

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS JURÍDICAS – PPGCJ
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITOS HUMANOS

MICHELLE BARBOSA AGNOLETI

TRAVESTIS: PERCURSOS E PERCALÇOS PARA A CONQUISTA DA CIDADANIA

JOÃO PESSOA
MARÇO - 2010

MICHELLE BARBOSA AGNOLETI

TRAVESTIS: PERCURSOS E PERCALÇOS PARA A CONQUISTA DA CIDADANIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas, Área de Concentração em Direitos Humanos, da Universidade Federal da Paraíba como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Ciências Jurídicas.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Ramalho Rabenhorst
Co-orientador: Prof. Dr. Leôncio Francisco Rodriguez
Camino Larrain

João Pessoa - Paraíba

Março - 2010

A274t Agnoleti, Michelle Barbosa .

Travestis: percursos e percalços para a conquista da cidadania. / Michelle Barbosa
Agnoleti . - - João Pessoa: [s.n.], 2010.

128f. : il.

Orientador: Eduardo Ramalho Rabenhorst.

Co-orientador: Leôncio Francisco Rodriguez Camino Larrain

Dissertação (Mestrado) – UFPB/CCJ.

1. Direitos humanos. 2. Sexualidade. 3. Gênero. 4. Cidadania. 5. Travesti.

UFPB/BC

CDU: 342.7(043)

MICHELLE BARBOSA AGNOLETI

TRAVESTIS: PERCURSOS E PERCALÇOS PARA A CONQUISTA DA CIDADANIA

Aprovado em: _____ de _____ de 2010.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Eduardo Ramalho Rabenhorst
Orientador e Presidente
PPGCJ/UEPB

Prof. Dr. Leôncio Francisco Rodriguez Camino Larrain
Co-Orientador
PPGCJ/UEPB

Prof. Dr. Narbal de Marsillac
Avaliador Interno
PPGCJ/UEPB

Prof. Dra. Sílvia Garcia Nogueira
Avaliadora Externa
UEPB

Para Paloma, minha motivação e equilíbrio, razão
suprema de tudo de melhor que eu sou e faço.
Mais uma vez e sempre.
Dedico.

*“Forever and ever you'll stay in my heart
And I will love you forever and ever
We never will part and I will love you
Together, forever that's how it should be
To live without you could only mean heartbreak for me.”*

(Aretha Franklin, I say a little prayer)

AGRADECIMENTOS

Uma dissertação é um trabalho feito a muitas mãos. Embora apenas uma pessoa seja responsável por sua autoria, tantas outras lhe dão apoio imprescindível, muitas vezes mesmo sem a visibilidade merecida, para viabilizar as diversas etapas de sua concepção. Espero um dia poder compensá-las com mais que palavras, redundantes e jamais suficientes, embora sinceras e nascidas do fundo do coração, para expressar minha gratidão por suas preciosas colaborações. Por ora, segue um rol não taxativo de agradecimentos.

A Deus e à vida, que sempre me proveram de tudo o que precisei, força, fé, perseverança, luz, saúde, prazer, amor, felicidade, sem o que nada do que fiz até hoje, com todos os erros e acertos, teria sido possível.

À minha filha, por todas as vezes em que precisou ouvir “hoje [ou essa semana] não dá”, “mamãe está sem tempo”, “um dia, isso acaba” e tantas outras escusas igualmente verdadeiras e doídas; pelos choros que não pude aplacar, pelas dores que não pude sanar, pelas febres que não pude debelar, pelos sonhos que não consegui velar; pelo crescimento que tantas vezes não acompanhei, pelas tarefas escolares que não pude orientar, pelas reuniões a que faltei; por todos os passeios e brincadeiras frustrados pelo meu comprometimento com as atividades de pesquisa e com o trabalho, pela compreensão, pela paciência (e pela impaciência também); pelos sorrisos, pelos abraços apertados, pelos beijos e cheiros cheios de carinhos sem ter fim; pelas conversas em que eu sempre me espantava com a sua visão de mundo, por ter um coração puro de preconceitos, pelo seu jeito único e especial de embarçar as linhas da minha mão; pelos longos telefonemas para falar dos gatinhos, da escola, dos coleguinhas, das atividades, das saudades, pelo incomensurável amor - “mais que tudo nessa vida” - que nos liga de forma inseparável. Ela renova todos os dias a minha fé na vida, nas pessoas, faz-me querer lutar por um mundo melhor para que viva nele. Sem ela, a vida restaria inabitável, simulacro de existência.

A minha mãe e ao meu sobrinho Gabriel, que mesmo sem estarem de maneira constante fisicamente ao meu lado em diversos momentos dessa empreitada, sempre me acompanharam com orações, torcida, boas vibrações e estímulo.

Ao meu Tio Barboza, que a despeito do aparente conflito entre os temas por mim pesquisados e suas convicções espirituais, sempre apoiou incondicionalmente meus estudos, sendo uma das minhas maiores referências de erudição e amabilidade. Espero poder honrar todo orgulho que ele me dedica.

A Rosa, Carlos e Marcos, que com atenção e amor desmesurados guardaram minha filha nos momentos mais críticos da pesquisa, buscando preencher as lacunas da minha ausência sem julgamentos ou cobranças, zelando sempre por sua educação e pelo cultivo dos mais nobres valores humanos em sua formação. Ainda, a Silvana, Marcelo, Juliana, Ana Maria, Patrícia, Eduarda, que junto com eles se empenharam nesses cuidados. À *Abuelita Rosa (in memorian)*, por também fazer parte dessa história.

A meu pai, minhas irmãs Larissa e Leila, meu irmão Toni, meus sobrinhos, enfim, a toda a minha família em Iriri, que mesmo a milhares de quilômetros, encurtaram distâncias e se tornaram presentes através de alguma tecnologia e muito afeto.

Aos meus Orientadores, Prof. Dr. Eduardo Rabenhorst e Prof. Dr. Leôncio Camino, pela sabedoria e infinita paciência com a minha indisciplina; pela sempre pronta disposição para debater as idéias que estruturaram o presente trabalho.

Aos colegas de turmas e amigos do Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos, por partilharem do ideal de triunfo dos Direitos Humanos e sua plena realização para todas as pessoas. Aos colegas do Núcleo de Gênero e Direito, por acreditarem no paradoxo da igualdade na diferença, em especial a Danielle, Rosana e Celino.

À Prof. Dra. Renata Rolim e ao Prof. Dr. Robson Antão, pela acurada análise e valiosas contribuições ofertadas por ocasião da qualificação.

Aos demais professores e professoras do Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas que acreditaram nas possibilidades dessa conquista, e que conosco dividiram seus conhecimentos durante as diversas atividades promovidas pelo Mestrado. À Prof. Sílvia Garcia Nogueira e ao Prof. Narbal de Marsillac, pela disponibilidade para leitura da dissertação e composição da banca de avaliação.

A Carlos, Luciene, Gilma, Josy e Lys, pelo trabalho árduo, incessante e competente de tirar as pedras burocráticas do caminho desde meu ingresso no PPGCJ. A Heloísa, pela sua torcida pelo meu retorno aos quadros docentes da UFPB, desta vez em caráter oficial e definitivo. A Dona Maria, que também sem um cafezinho, ninguém segura esse rojão.

A Larissa Pelúcio, minha professora de etiqueta, pessoa incrível e inteligente, pela disposição para compartilhar seu vasto conhecimento com uma estudante que, tendo lido alguns de seus escritos na internet, procurou estabelecer contato sem apresentar qualquer referência mais próxima, cheia de dúvidas e vícios de postura acadêmica. Com suas dicas de leituras – notadamente de sua tese, que ela dividiu comigo antes da defesa - e procedimentos, com sua orientação sempre certa e sincera, ela redirecionou meu olhar para a travestilidade, descortinando novos horizontes de pesquisa, e é o espelho do que eu quero ser. Sua bênção, Madrinha!

A William Peres, educador militante, que, mesmo após um brevíssimo contato durante as atividades do GT 61 do Fazendo Gênero 8, reconheceu-me e, generosamente, atendeu meu pedido de envio de sua tese de Doutorado, uma das principais referências dessa dissertação, não apenas pelas teorias consistentemente desenvolvidas, mas pela sensibilidade perceptível em cada linha de seu trabalho, e pela cativante humildade com que pediu a minha opinião a respeito dele. Creio que a resposta tardou em meio a tantos afazeres, mas sua tese é maravilhosa e inspiradora, assim como ele também o é. Mandeí suas lembranças a Fernanda, mas fiquei devendo o beijo na boca!

A Berenice Bento, musa intelectual, que, também durante o Fazendo Gênero 8, ao contemplar a minha tietagem com um autógrafo em sua obra “O que é transexualidade?”, formulou-me um instigante e irresistível apelo para me alinhar às

trincheiras da luta pela humanização dos Direitos Humanos. Espero que esse trabalho seja uma contribuição válida nesse sentido.

A Prof. Dra. Loreley Garcia, por ser uma das principais responsáveis pela minha formação teórica em gênero, por sua postura sempre perspicaz, crítica e austera, nunca condescendente ou sutil, pela acuidade das suas pertinentes observações, por acreditar na minha capacidade e apostar no meu potencial, prontificando-se a me orientar durante o Doutorado em Sociologia.

A todas as minhas informantes, não por acaso nomeadas como estrelas nesse trabalho, por terem autorizado meu acesso às suas vidas, às suas histórias, aos seus sonhos; a todas as travestis, por cotidianamente lutarem pelo direito de serem quem são, exatamente como são. A elas devoto minha admiração, meu carinho, meu respeito. Espero que o resultado final corresponda às suas expectativas. Axé pra vocês, queridas!

A Glauco, mais que um colega de trabalho, um amigo que, já tendo passado pelas mesmas aflições, e dificuldades que enfrentei, ajudou-me a antevê-las e superá-las, pela sua solidariedade e pelo bem-querer recíproco, pelas conversas que tornaram os trabalhos profissional e acadêmico mais leves, sempre cheias de bom humor e entrecortada por muitas gargalhadas, e pelo sonho comum de seguir carreira como professor.

A Talita, parceira de pesquisa, pelo inestimável auxílio para a realização das entrevistas, e a Alessandra, cujo apoio e paciência foram cruciais para que os depoimentos das travestis pudessem ser sistematizados e analisados.

A Fernanda Benvenutty, Felipe Soares, Alcemir Freire, Cleudo Gomes, Walmir Ferreira, Gel Laverna, em nome dos quais rendo minhas homenagens a todas as lideranças do movimento LGBTT, por dedicarem suas vidas no combate à homofobia, ao machismo, ao racismo e a todas as formas de intolerância.

Aos servidores do DPF Sinomar Maria Neto, Wilemar Rodrigues Júnior e José Serpa de Santa Maria Júnior, por terem sido chefes tão compreensivos durante esses anos de estudo, e, nos últimos meses, terem anuído com a concessão e fixação de minha licença-capacitação em um período bastante conturbado pela carência de efetivo. A Michelle Urbano, Eliane, Teonise, Michele Andréia, Eraldo, Castelo, Dejófilo, colegas de trabalho sempre prestativos.

A Six, Rinaldo, Michel, às “Exegéticas” Maria Juliana, Helma e Lílian, a Amanda, Hugo, Anielle, Alessa, Artur, Celso, Ricardo, amigos que com abraços fraternos me acolheram em momentos tormentosos, e que comigo também brindaram grandes alegrias.

A THC e Iverson, pelos *insights*, pelos desabafos, pelos aperreios, pelos puxões de orelha, pelas produtivas discussões sobre a pesquisa, pela lealdade e cumplicidade que unem o Fab4 – que, segundo Leite (2007), é a “(...) gang mais forte da faculdade de direito. A indissolúvel... na verdade, é uma patota, e para ser honesta, bem supimpa por sinal”.

Ao Prof. Humberto, D. Paola, Carmen, Maria, Humberto Jr., Felipe, Mariana, Wilma, Lucianna, Walter Filho, Humberto Neto, enfim, a toda a Família Mello, que me receberam de forma tão calorosa.

A Pedro e Anna, pela confiança, respeito, e, sobretudo, pelo carinho com que me acolheram.

E, *last, but not least*, ao Pai de Pedro e Anna, Meu Orientador Honorário, Advogado a quem eu confio todas as minhas causas, Diletíssimo Mestre, Educador Apaixonado, Parceiro Intelectual, Exemplo de militância, ética, virtude e amor ao Magistério; crítico mais mordaz, incentivador mais exigente e incisivo; Consorte de tantos sonhos, de tantas aventuras e desventuras, de tantas dores e delícias, cuja força me sustém quando a minha se esvai, presente em todas as horas, boas ou más, sem quem a vida definitivamente não teria a mesma graça. Minha Paixão, Meu Amor, Meu Nego. Meu Amigo e Companheiro no infinito de nós dois. O Meu José.

“(...) a vida como objeto político foi de algum modo tomada ao pé da letra e voltada contra o sistema que tentava controlá-la. Foi a vida, muito mais do que o direito, que se tornou o objeto das lutas políticas, ainda que estas últimas se formulem através de afirmações de direito. O ‘direito’ à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à satisfação das necessidades, o ‘direito’ acima de todas as opressões ou alienações, de encontrar o que se é e tudo o que se pode ser, esse ‘direito’ tão incompreensível para o sistema jurídico clássico, foi a réplica política a todos esses novos procedimentos de poder (...)”

(Michel Foucault)

“Soberana é a vida, não a lei.”

(Min. Sálvio de Figueiredo Teixeira)

Resumo

Este trabalho intenta discutir a conquista de uma cidadania para as travestis, não pela ótica da igualdade, mas baseada em seus valores e suas especificidades. Busca-se demonstrar como a evolução dos conceitos e representações de sexo e gênero engendraram articulações de saber e poder que possibilitam um severo controle sobre os indivíduos, disciplinando seus comportamentos, e sancionando como ilegítimos e abjetos os modos de interpretação das normas de gênero em construções corporais que repercutem em transformações subjetivas das travestis. Por meio de entrevistas, buscou-se uma melhor compreensão de suas realidades e suas histórias, a partir de relatos de uma infância geralmente marcada por conflitos e pela repressão de suas brincadeiras e seus desejos, de vivências escolares atravessadas por histórias de agressões físicas e verbais, de abandono dos estudos, de dificuldades de inserção no mercado de trabalho, das condicionantes sociais e culturais das relações por elas estabelecidas, das esperanças de realização e de seus sonhos. Propõe-se uma alternativa possível de superação da discriminação usualmente dirigida contra as travestis através do fortalecimento dos vínculos de pertencimento que fomentam o associativismo em torno de um projeto político e social próprio, organizado em redes de solidariedade que coletivizam suas demandas pontuais e lhes permite reivindicar dignidade e direitos humanos em uma perspectiva de respeito às suas peculiaridades.

Palavras chaves: Direitos Humanos; Sexualidade; Gênero; Cidadania; Travesti.

Abstract

This paper intends to discuss the achievement of a citizenship for the *travestis*, not through the perspective of equality, but based upon their own values and specificities. It is intended to demonstrate how the evolution of the concepts and representations of sex and gender created articulations of knowledge and power that allowed a strict control over individuals, disciplining their behaviours and sanctioning as illegitimate and abject the interpretations of gender norms in bodily constructions that echo in subjective transformation of the *travestis*. Through interviews, it is sought an enhanced comprehension of their realities and stories, from descriptions of a childhood usually marked by conflicts and repression of their games and desires, of school experiences complete with physical and verbal assault, of dropping out, of difficulties of insertion in the labour market, of the social and cultural conditionings established by themselves, of their hopes and dreams. It is made a proposition for a possible alternative of overcoming the discrimination usually addressed to *travestis*, through the strengthening of the belonging bonds that stimulate the association around a political and social project of their own, organized in solidarity networks, which make their specific demands become collective ones, and allow them to claim for dignity and human rights in a perspective of respect for their peculiarities.

Key words: Human rights; sexuality; gender; citizenship; *travesti*.

Siglas e abreviaturas

ABGLT – Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais

ALCESTE – *Analyse Lexicale par Contexte d'un Ensemble de Segment de Texte* - Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto

ANTRA – Articulação Nacional de Transgêneros, Travestis e Transexuais

ASTRAL – Associação de Travestis e Liberados

ASTRAPA – Associação das Travestis e Transexuais da Paraíba

CD – *Cross-dresser*

CEP/CCS/UFPB – Comitê de Ética na Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba

CHD – Classificação Hierárquica Descendente

CNS – Conselho Nacional de Saúde

DPF – Departamento de Polícia Federal

ENTLAIDS –

GLS – Gays, Lésbicas e Simpatizantes

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

LGBT/LGBTB/GLBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (a ordem varia, mas determinação do movimento social instituiu, na Conferência Nacional da categoria, a primeira configuração)

MPOG – Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

MSN – *MicroSoft Network*

NCDH – Núcleo de Cidadania e Direitos Humanos

ONG – Organização Não Governamental

PN-DST/AIDS – Programa Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e Aids

PT – Partido dos Trabalhadores

RENATA – Rede Nacional de Travestis e Transexuais

RENTRAL – Rede Nacional de Travestis, Transexuais e Liberados

SAM - Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil

SEDH/PR - Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República

SPI - Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos

SUS – Sistema Único de Saúde

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

TOP – Trabalho, oportunidade e previdência

UCE – Unidade de Contexto Elementar

UCI – Unidade de Contexto Inicial

LISTA DE GRÁFICOS E TABELAS

Gráfico 1 – Ocorrência de termos por classes

Gráfico 2 – Classificação Hierárquica Descendente

Gráfico 3 – Análise fatorial de correspondência

Tabela 1 – Termos significativos mais freqüentes da classe 1

Tabela 2 – Exemplos de discurso da classe 1

Tabela 3 – Termos significativos mais freqüentes da classe 2

Tabela 4 – Exemplos de discurso da classe 2

Tabela 5 – Termos significativos mais freqüentes da classe 3

Tabela 6 – Exemplos de discurso da classe 3

Tabela 7 – Termos significativos mais freqüentes da classe 4

Tabela 8 – Exemplos de discurso da classe 4

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
1 - DO CAMPUS AO CAMPO - TRILHAS METODOLÓGICAS.....	22
1.1 Os espaços estudados	22
1.2 - A natureza da pesquisa	23
1.3 - Métodos e técnicas utilizadas.....	26
1.4 - A escolha dos sujeitos	29
1.5 – Considerações éticas.....	30
2 - O GÊNERO E AS TRAVESTIS	37
2.1 – A evolução dos conceitos de sexo e gênero	37
2.2 – O gênero travesti	51
3 – FAMÍLIA, ESCOLA, MERCADO DE TRABALHO – HÁ LUGAR PARA AS TRAVESTIS?.....	66
3.1 – Nem sempre tão doce lar – afetos e conflitos no ambiente doméstico ..	66
3.2 – Escola – a difícil equação entre igualdade e diferença	71
3.3 – Trabalho e emprego para as travestis - do estigma à realização pessoal e profissional.....	73
4 – NOTAS PARA UMA CIDADANIA TRAVESTI.....	79
4.1 – O ativismo político como estratégia de empoderamento	80
4.2 – Travestis e suas representações de cidadania	93
5 - ANÁLISE DO DISCURSO	97
5.1 – Sobre o software Alceste	97
5.2 – Quando as estrelas falam: análise das entrevistas realizadas	100
5.3 – Análise fatorial de correspondência: a contextualização e a convergência das representações	113
CONSIDERAÇÕES FINAIS	116
REFERÊNCIAS.....	121

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tencionou avaliar a inserção das travestis em um contexto de reivindicação de direitos e cidadania. Buscou-se, para tanto, dimensionar o fosso existente entre as garantias jurídicas que nivelam demandas, ignorando especificidades, e as que lhes são negadas pelo fato de ousarem transpor as fronteiras de um esquema binário (e, portanto, taxativo) de sexo e gênero, assim definido nas searas moral e jurídica, que projeta seus efeitos nas mais diversas (e adversas) situações por elas vividas.

Alguns fatores influenciaram a escolha do tema estudado. O primeiro deles foi uma intensificação de contato com travestis através do trabalho exercido junto ao Setor de Expedição de Passaportes da Polícia Federal. Até então, elas se afiguravam como personagens de noticiários sensacionalistas (onde a representação construída delas como pessoas marginais e perigosas, e as imagens banhadas de sangue das vítimas do ódio homofóbico eram – e, infelizmente, ainda são - exploradas à exaustão), da propaganda eleitoral (em 2004, a travesti Fernanda Benvenutty havia sido candidata a uma vaga no parlamento municipal pelo PT, tendo novamente concorrido à vereança em 2008), ou eram apenas vistas de relance à noite, em pontos conhecidos de prostituição no município de João Pessoa, como o anel externo do Parque Solon de Lucena (mais conhecido como Lagoa, no centro da cidade), as proximidades do 1º Grupamento de Engenharia e Construção “General Lyra Tavares”, unidade do Exército Brasileiro situada na avenida Eptácio Pessoa, logradouro predominantemente comercial e de intenso tráfego durante o dia (liga o Centro às praias urbanas), ou ainda nas avenidas João Maurício (orla marítima) e Edson Ramalho, situadas em Manaíra, bairro nobre da capital paraibana.

Alimentando o sonho de ir para a Europa, travestis iam requerer seus documentos de viagem, e muitas vezes, entre a paquera com um policial e um muxoxo de insatisfação pela foto do passaporte (na qual elas geralmente apareciam sisudas e descaracterizadas, sem maquiagem ou bijouterias, com o cabelo preso, trajando camisetas sem qualquer decote - às vezes até terno e gravata -, para evitar problemas com as polícias brasileira e italiana), entabulavam conversas que principiaram a desconstrução dos mitos e estereótipos que as cercam, e despertaram um interesse de estudo de suas realidades. O passo seguinte foi

procurar a ASTRAPA (Associação das Travestis e Transexuais da Paraíba), onde foi possível conhecer novas histórias e travar contato com as bandeiras de luta do movimento LGBTT (Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). A discriminação e os preconceitos por elas enfrentados cotidianamente constituem um grave problema cultural e social, informado por questões históricas, religiosas e moralmente conservadoras, reverberando em exclusão e vulnerabilidade social, que impõem óbice à conquista da cidadania e à materialização do princípio da dignidade da pessoa humana, corolário da plena realização dos direitos humanos.

A ampla maioria da sociedade referenda práticas de violência física e/ou simbólica. A irrisão muitas vezes é o gatilho da agressão, pois cria situações de explícita discriminação e de demonstração de ódio. A maioria das pessoas parece tolerar, até se divertir com piadas de cunho machista, e justificar o preconceito contra homossexuais, principalmente contra travestis, sob o argumento de que elas são pessoas anormais, pervertidas, desregradas, imorais, nocivas e perigosas, que buscam o risco e o merecem, pois a ele deliberadamente se expõem quando assumem uma identidade sexual e de gênero que não observa a matriz heterossexual (BUTLER, 1993) como padrão de conduta. A progressiva consciência de tais injustiças fez com que o interesse, a princípio vago, fosse se tornando uma necessidade de estudar, através de relatos das travestis, suas vidas, suas certezas e incertezas, seus afetos, desafetos e paixões, suas experiências, seus sonhos, desejos e reivindicações, que se desenvolvem alheios a um ordenamento jurídico que as trata como homens e a uma realidade social que teima em excluí-las, invisibilizar suas demandas e negar-lhes a condição de cidadãs. Para tanto, foi imprescindível ouvir suas histórias e constatar *in loco* suas realidades.

A Constituição da República Federativa do Brasil afirma, em seu artigo 5º, *caput*, que todos são iguais perante a lei, o que possibilita inferir que a regra prima por assegurar oportunidades equivalentes e tratamento equânime pela lei segundo critérios razoáveis respaldados no ordenamento jurídico, garantindo tratamento diferenciado para corrigir desigualdades por imperativo de justiça. O inciso I ratifica o princípio da igualdade, colocando-o em termos dos dois sexos juridicamente possíveis: homem e mulher são iguais em direitos e obrigações. Alegar que travestis são contempladas nesse preceito é ignorar que lhes são negadas condições para o exercício de direitos, pelo que a igualdade perante a lei resta utópica, uma afirmação

demagógica, miopia de um ideário democrático acrítico.

A pesquisa busca, a partir da compreensão das especificidades de gênero das travestis, constatar os mecanismos de exclusão operados pelo preconceito contra elas dirigidos no lar, na escola, no trabalho, e de como tais práticas discriminatórias lhes sonegam cidadania. Buscou-se ainda verificar a construção de um caminho viável para a conquista de uma cidadania baseada no respeito às diferenças, na solidariedade e na articulação política que catalisa forças e possibilita transformações sociais - o todo é maior do que a soma das partes.

No primeiro capítulo, foi abordada a questão metodológica do presente estudo, sua natureza, pela qual se pretendeu: explicar de que forma preconceito e discriminação são dirigidos às travestis em razão da orientação sexual e identidade de gênero, fatores que fomentam a exclusão de sujeitos que escapam aos mecanismos regulatórios de gênero; elucidar singularidades e complexidades do núcleo doméstico no qual elas se desenvolveram, seus conflitos, violências e raros apoios; lançar um olhar sobre a realidade do cotidiano escolar, e sobre o papel dos professores e gestores na valorização das diferenças em favor de um convívio harmônico e da inclusão através da educação; evidenciar em suas falas perspectivas de vida e expectativas para o futuro; traçar um caminho para a conquista da cidadania através da coletivização das demandas e do cultivo de valores de solidariedade e de um senso de pertencimento que as una em torno de suas necessidades e reivindicações específicas; demonstrar a eficácia de programas e políticas públicas destinados a assegurar pontualmente seus direitos e a cidadania que lhes é devida.

A partir de um levantamento bibliográfico e de seus depoimentos, foi possível dimensionar os elementos de formação identitária das travestis. No segundo capítulo, pretendeu-se demonstrar a historicidade do sexo, conceito apresentado como essência humana imutável, mas cujas representações têm mudado ao longo do tempo e nas mais diversas sociedades; dos desejos por ele supostamente condicionados; e do gênero enquanto projeção “natural” do sexo sobre os comportamentos social e sexual. A partir da desconstrução do eixo de continuidade entre esses três elementos – continuidade essa considerada imprescindível ao reconhecimento e sancionamento social dos indivíduos como normais – tencionou-se ainda destacar o papel dos corpos nas performances de gênero das travestis,

avaliando como as experiências de transformação estética vão plasmando nelas um feminino peculiar e imprimindo-lhes mudanças que ultrapassam as contingências do corpo.

As relações familiares das travestis foram mostradas com todas as tensões e conflitos inerentes ao ambiente doméstico ao longo do terceiro capítulo, com destaque para o papel por elas desempenhado para reprodução, controle e manutenção das normas de gênero, através da instituição de atividades, brincadeiras e comportamentos “adequados” ao sexo das crianças, da reprovação às primeiras experiências sexuais e de transformação corporal empreendidas pelas travestis, e da repressão muitas vezes praticada através de insultos, castigos e/ou expulsão de casa. Ainda nesse capítulo, evidenciou-se o ambiente escolar como um *continuum* das discriminações experimentadas no lar, local onde a maioria relata enfrentar perseguições e chacotas por parte de colegas e professores, onde situações corriqueiras e aparentemente prosaicas, como o uso do banheiro e a chamada de verificação de presença às aulas, podem ser extremamente vexatórias, tendo muitas vezes o condão de exercer uma pressão tão forte que as faz interromper os estudos e terem dificuldades de inserção em atividades que lhes permitam auferir renda e realizarem-se profissionalmente.

Em seguida, longe de apresentar uma solução acabada, pretendeu-se, no quarto capítulo, mostrar uma forma possível para reverter os processos de discriminação e exclusão. Procurou-se desenvolver a idéia da associatividade, da solidariedade e da afirmação e legitimação das diferenças características das travestis como instrumento de conquista da cidadania, não apenas como a conquista de direitos de caráter genérico, mas que considere e respeite suas reais necessidades. A partir da participação consciente e engajada das travestis em processos de construção nos quais elas realmente possam se fazer ouvidas e aduzir suas necessidades e anseios é possível apontar uma via plausível de emancipação e conquista de direitos em um plano coletivo para garantir-lhes a pleno exercício de seus direitos, assegurando-se-lhes dignidade e respeito, não independentemente, mas observando suas peculiaridades físicas ou morais de modo a compensar eventuais vulnerabilidades havidas em virtude dessas características.

O quinto e último capítulo foi dedicado à análise das informações coletadas, as quais foram processadas pelo *software* ALCESTE (*Analyse Lexicale par Contexte*

d'un Ensemble de Segment de Texte, - Análise Lexical Contextual de um Conjunto de Segmentos de Texto). Com esse procedimento, tencionou-se verificar a procedência ou improcedência das suposições lançadas como hipóteses da pesquisa pela apreciação de sua base empírica, formada pelos dados obtidos através de entrevistas orientadas por um roteiro semi-estruturado, realizadas com 20 (vinte) travestis com idades entre 18 e 48 anos; esse procedimento permitiu apreender uma ampla diversidade de reminiscências de violências físicas e morais, de experiências de transformação de gênero e vivências da sexualidade, de modos pessoais de enfrentamento de realidades de discriminação e perspectivas de realização e superação de preconceitos.

Para arrematar o trabalho, foram apresentadas de forma sistematizada os resultados obtidos através das entrevistas feitas com as travestis e das leituras que respaldaram as idéias nele defendidas. Mais que esclarecimentos, foram suscitadas algumas inquietações e reflexões surgidas no curso da investigação, bem como questionamentos e sugestões a respeito da construção da cidadania para as travestis. Insta salientar que todas as ações que compuseram a atividade de pesquisa foram pautadas no respeito aos seus limites éticos e na preservação irrestrita do interesse e dos direitos das travestis entrevistadas.

1 - DO CAMPUS AO CAMPO - TRILHAS METODOLÓGICAS

Ao longo deste capítulo, serão apresentados os aspectos da metodologia empregada para a realização deste estudo. Assim, nele serão descritas as motivações e razões da delimitação espacial para escolha do universo a ser estudado, a natureza da investigação empreendida, seus propósitos e suas fases, os métodos e técnicas empregados, compreendendo a abordagem do tema e os instrumentos eleitos para explorá-lo, os critérios adotados para escolha das pessoas a serem entrevistadas, e, por fim, algumas reflexões sobre ética na pesquisa e uma breve descrição dos procedimentos adotados para afiançar respeito aos seus limites.

1.1 Os espaços estudados

Para Kulick, as travestis possuem características *sui generis*, não sendo possível retratá-las “nas tipologias sexuais correntes do universo euro-americano: as travestis não eram transvestidos, tampouco transexuais”, por uma “combinação singular de atributos físicos femininos e subjetividade homossexual masculina” (KULICK: 2008a, p.22). O autor é sueco, e a edição original de sua instigante etnografia, publicada em língua inglesa, preservou a grafia “travesti”, rejeitando o uso do termo “*transvestite*”, uma tradução literal que não refletiria a peculiaridade das pessoas com as quais ele conviveu em Salvador. Tipicamente brasileiras em suas expressões constitutivas de gênero e desejo, elas podem ser encontradas em qualquer cidade do país, de pequeno, médio ou grande porte.

Assim, em razão dessa ampla distribuição geográfica das travestis por todo o território brasileiro, a delimitação espacial do âmbito da pesquisa à cidade de João Pessoa foi mais um imperativo de ordem metodológica, que, entretanto se deveu também a uma questão prática, qual seja, o tempo, já que foi preciso conciliar trabalho, aulas das disciplinas do mestrado¹ e entrevistas, que foram realizadas no período noturno, em finais de semana ou durante férias. Também é preciso levar em

¹ Como as aulas ocorriam durante o expediente de trabalho, foi preciso fazer compensação de horário.

consideração que, sendo uma capital, a cidade atrai muitas travestis do interior do estado, que nela buscam fuga de preconceitos, liberdade de vivência de suas identidades e seus prazeres, oportunidades de estudo em ambientes que julgam menos discriminatórios e possibilidades de inclusão em atividades que lhes possibilitem auferir alguma renda, ainda que informais. Ademais, para viabilizar as entrevistas foi preciso contar com uma rede de contatos que, apesar de não ser impossível, seria mais árduo estabelecer em outras cidades, dadas as contingências de tempo, imprescindível para estabelecer interações, além das dificuldades de deslocamento.

1.2 - A natureza da pesquisa

Pontualmente, balizou-se o trabalho de pesquisa teórica e prática em duas perspectivas. A primeira delas foi a investigação dos lugares e condições de exercício do controle social sobre a sexualidade, a partir de uma seleção de uma vasta literatura sobre gênero e sexo, através da qual se buscou refletir sobre o caráter polissêmico, a construção histórica e as implicações políticas desses conceitos. A partir daí foi possível discorrer sobre as premissas em que se baseiam as disciplinas que produzem e sustentam as distinções de gênero no curso da vida social, inconscientemente questionadas pelas travestis por meio de suas peculiares transformações. Segundo Butler (1987, p.145), “na medida em que as normas de gênero operam sob a égide das constrições sociais, a reinterpretação daquelas normas pela proliferação e variações de estilos corpóreos torna-se um modo muito concreto e acessível de politizar a vida pessoal. ” Nesse sentido, as transformações físicas foram consideradas enquanto constitutivas de subjetividades e materializadoras de desejos, ampliando-lhes o espectro de visibilidade para o bem e para o mal, na medida em que elas passam a atrair olhares de admiração, mas também de ridicularização. O impacto dessa notoriedade se faz sentir também nas relações familiares e nas experiências de violência física e simbólica muitas vezes vividas no espaço idealizado como naturalmente acolhedor, pelo que foi discutida a noção de privacidade dos domínios da vida doméstica. A escola, apesar de fomentar o convívio com as diferenças fora do lar e de, devido à sua missão de educar,

constituir foro de desconstrução de estereótipos e preconceitos, muitas vezes os reproduz em ações e omissões de professores, gestores e outros estudantes, pelo que se analisou a vivência nesse ambiente. Discorreu-se também sobre como as experiências vividas na escola e as transformações que empreendem em seus corpos repercutem na inserção das travestis no mercado de trabalho.

A outra perspectiva buscou situar as reivindicações das travestis, não apresentando fórmulas infalíveis, mas apontando caminhos possíveis para buscar, a partir da promoção de uma cultura de afirmação e resistência coletiva, reverter processos multicausais de exclusão e discriminação para a conquista de uma cidadania plena. Na análise sensível de Peres (2005, p.41),

Podemos problematizar a exclusão vivida por gays, lésbicas, travestis e transexuais, de modo a considerarmos alguns fatores que contribuem para a produção da exclusão: exclusão por orientação sexual; exclusão por classe social; exclusão por raça e etnia; exclusão por gêneros. Essas diversas formas de exclusão contribuem para a destruição da autoestima e do sentimento de solidariedade de gays, lésbicas, travestis e transexuais entre seus pares, de modo a promover subjetividades empobrecidas que naturalizam a exclusão e levam as pessoas a aceitarem migalhas de cidadania, tornando-as cada vez mais cidadãos de segunda categoria.

Para tanto, foi traçado um panorama do preconceito como operador da exclusão social, não a partir de suas causas, mas da forma como ele as atinge. Também se buscou localizar e esquadrihar os espaços de exclusão e os mecanismos utilizados para a sua prática. A exclusão é aqui referenciada como um complexo de ações que podem objetivar, para atingir seu intento, marginalizar, tomando a norma como referencial de centro, alijando as travestis do convívio social, circunscrevendo-as a espaços temporal e geograficamente delimitados; eliminar as possibilidades de coexistência, através da supressão física ou simbólica; e ainda impor a descaracterização estética e subjetiva, o silenciamento das demandas e a normalização dos comportamentos das travestis como critérios para a dispensa de um tratamento tolerante, uma aceitação condicional e a concessão de uma cidadania paradoxalmente seletiva. Tal estatuto precário de humanidade também foi objeto de uma abordagem crítica sobre os paradigmas adotados para a concepção dos Direitos Humanos e para a nomeação de seus sujeitos. Assim como a dimensão do alcance e da titularidade dos Direitos Humanos, a noção de cidadania também foi

problematizada a partir de seus referenciais e de seus efeitos de sujeição disciplinar daqueles aos quais concede seus favores, e de circunscrição daqueles aos quais os nega a um domínio de abjeção.

A constatação obtida através dessas reflexões propiciou cotejar as relações estabelecidas pelas travestis em vários contextos de exclusão, suas percepções de si, de seus corpos, de seus desejos, com aquilo que elas buscam: não apenas uma imagem feminilizada, mas reconhecimento da legitimidade de suas experiências de transformação, garantias de direitos básicos, como vida, integridade física e moral, segurança, e, sobretudo, a liberdade de serem quem são, do jeito que são, sem que precisem mudar para se fazerem aceitas e respeitadas.

Um ponto recorrente na pesquisa foi o modo como as travestis pontuam suas demandas em uma esfera protetiva de direitos – se elas se sentem amparadas, não só no tocante à aplicação das normas, mas se estas contemplam satisfatoriamente suas subjetividades, se o que nelas se encontra disposto corresponde às suas aspirações e retrata seus anseios, e de que forma lhes atingem o preconceito, a negação de direitos e as pressões normalizadoras. Também: por que diante de uma singular configuração de uma sociedade conhecida em todo o mundo pelo caráter de permissividade dos padrões sexuais, pela exaltação da sensualidade, há tanto preconceito contra as travestis? De acordo com Varella (2009):

Se fosse possível juntar os preconceitos manifestados contra negros, índios, pobres, homossexuais, garotas de programa, mendigos, gordos, anões, judeus, muçulmanos, orientais e outras minorias que a imaginação mais tacanha fosse capaz de repudiar, a somatória não resvalaria os pés do desprezo virulento que a sociedade manifesta pelos travestis.

O Grupo de Defesa da Cidadania LGBT “Leões do Norte”, sediado em Recife/PE, divulgou, no fim do ano de 2009, uma relação enumerando 78 direitos previstos no ordenamento jurídico brasileiro negados a pessoas não-heterossexuais (MOVIMENTO: 2009). Essa lista colocou em números a idéia que avultava como hipótese inicial da pesquisa: a negação de direitos pela via jurídico-legal como fator de violação. A implementação de programas e políticas públicas voltados para gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis, quando ocorre, em geral demanda mais tempo do que o previsto para a execução de tais metas, e essa também foi uma

conjectura inicialmente lançada.

Entrementes, no curso da pesquisa, outras questões surgiram, e novas suposições se lhe afiguraram como prováveis respostas, devido à revisão bibliográfica, discussões, conversas, entrevistas, que deslocaram o foco de análise para o preconceito como base das exclusões, e seus desdobramentos – dentre os quais se afigura a própria negação de direitos civis.

1.3 - Métodos e técnicas utilizadas

Para atingir os propósitos lançados pela pesquisa, foi necessário eleger métodos apropriados. Assim, de acordo com a classificação apresentada por Kahlmeyer-Mertens (*et. al.:* 2007, pp.52-56), é possível classificar a pesquisa, quanto aos fins, como descritiva; buscou-se identificar a forma como práticas de preconceito e discriminação concorrem para os processos de marginalização que culminam na exclusão, fenômeno para o qual concorrem diversos fatores cuja convergência finda por sonegar direitos a pessoas que fogem ao estereótipo do “bom cidadão”, e esclarecer as alternativas apresentadas para a reversão dessa grave questão social que viola os direitos humanos e opõe entraves à consolidação da cidadania.

A exploração do tema se deu através de pesquisa instrumental, dada sua feição eminentemente prática. A abordagem foi feita primordialmente tomando por parâmetro o método indutivo, haja vista a necessidade de desenvolver um raciocínio a partir dos fatos particulares, fundando-se nas narrativas das travestis para traçar as linhas gerais que permitiram vislumbrar o fenômeno da exclusão e suas representações. Para tanto, valeu-se de observação direta e entrevistas. Entretanto, não se pôde prescindir da utilização do método dedutivo, em alguns momentos da pesquisa, especialmente naqueles dedicados à análise do tema à luz da bibliografia disponível, dos documentos normativos e também dos programas e políticas destinados a mitigar a discriminação e a exclusão de travestis. Pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo se complementaram: os escritos proviam os dados para um primeiro olhar sobre a realidade em estudo, e a realidade direcionava as leituras,

permitindo confirmar ou descartar as informações fornecidas pelas obras analisadas, documentos referenciais e textos da norma escrita.

Dentre os programas e planos de ação, foram priorizados aqueles que tivessem sido amplamente discutidos entre governo e sociedade civil, de modo que organizações de defesa de direitos afetos à sexualidade e ao gênero pudessem pontuar as aspirações e anseios de lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, e, no que interessava mais especificamente à presente pesquisa, travestis. Nesse sentido, destacaram-se o “Programa Brasil sem Homofobia” (2004), que pautou seus princípios e ações na equiparação de direitos e no combate à violência e à discriminação homofóbicas, e também o “Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT” (2009), que foi elaborado por uma Comissão Técnica Interministerial a partir das deliberações da Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008.

Com suas diretrizes e ações, o Plano contribui para o fortalecimento do Brasil sem Homofobia ao pontuar reivindicações históricas do movimento LGBT organizado de modo a torná-las políticas de Estado em curto (2009), médio prazo (2010 e 2011) e longo prazo (2012), de acordo com suas metas de execução. A importância das campanhas lançadas com especial atenção às suas peculiaridades de gênero também foi ressaltada, por constituírem marcos de conquistas da articulação das travestis em torno de um movimento próprio, da progressiva difusão de uma consciência política entre elas e de um maior empoderamento das mesmas. Dentre as campanhas, foram analisadas aquelas especificamente voltadas para travestis, de cujo processo de elaboração elas tenham efetivamente sido chamadas a participar.

Para a realização da parte eminentemente teórica da pesquisa, diversos autores nortearam a elaboração dos sistemas de referência para o exame das questões atinentes ao gênero, ao corpo, à sexualidade. Para tanto, as obras de Michel Foucault (1999a, 1999b, 2002, 2008, 2009), Judith Butler (1987, 1993, 2003, 2004), Thomas Laqueur (2001), Beatriz Preciado (2002, 2008), dentre outras, foram de capital importância. Na questão mais especificamente afeta à travestilidade, foram fundamentais etnografias que, mais que fórmulas e reflexões, também forneceram inspiração pela forma como foram conduzidas por pesquisadores sérios e sensíveis - Don Kulick (2008a, 2008b), Berenice Bento (2006, 2008), William Peres

(2005), Hélio Silva (2007), Larissa Pelúcio (2005a, 2005b, 2007a, 2007b), dentre outros autores citados ao longo do texto e na bibliografia, sem cujas referências certamente essa pesquisa não teria sido possível. Para traçar os caminhos de uma cidadania que não apenas conferisse direitos em uma perspectiva de igualdade, mas que acima de tudo trabalhasse pelo viés da legitimação e valorização das diferenças, as reflexões foram fundamentadas nos postulados da “Teoria Feminista do Direito” e das “Teorias do Reconhecimento”.

Foram usados tanto o método de avaliação qualitativo como o quantitativo. As incursões em campo foram realizadas por meio de entrevistas realizadas junto a travestis que moram na cidade de João Pessoa/PB, com auxílio de roteiro semi-estruturado discutido com orientador e previamente aprovado em sede do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CCS/UFPB). A opção por tal instrumento para coleta de dados se deveu à percepção de que ele permitia que a entrevistada pudesse discorrer de forma livre e espontânea sobre os temas sugeridos, e também evitar que questões alheias à entrevista lhe comprometessem a realização.

Idade, cidade de origem, as etapas vivenciadas na construção do gênero e no exercício de suas sexualidades, situação profissional, experiências de exclusão e preconceito sofrido nos mais diversos ambientes, expectativas de futuro, foram temas que nortearam as questões apresentadas às travestis que consentiram na concessão de entrevista, às quais foram submetidas à análise do *software* ALCESTE, classificando os termos em classes de acordo com contextos que permitiram a identificação de aspectos relevantes das vidas das travestis, expressos em seus discursos.

Quanto aos locais de intervenção, procurou-se atender a uma variedade que contemplasse as diferentes atividades por elas desenvolvidas e situações vividas – residências, salões de beleza, boates, pontos de prostituição, o posto de expedição de passaportes da cidade de João Pessoa, a sede da Associação das Travestis da Paraíba. Sempre que possível, as entrevistas eram marcadas para um momento posterior e confirmadas, pessoalmente ou por telefone.

1.4 - A escolha dos sujeitos

No Programa Brasil sem Homofobia, há uma definição para transgêneros que alcança travestis e transexuais: são homens que se relacionam com o mundo como mulheres. Apesar de nem de longe contemplar a multiplicidade das experiências de trânsito entre as fronteiras de gênero, a definição serviu de ponto de partida para identificação dos sujeitos da pesquisa. Com o tempo, tornou-se possível aferir certas especificidades que escapam a um olhar direcionado por representações que não distinguem os modos de interpretação e incorporação das normas de gênero de travestis, transexuais, transformistas, *drag queens*, *cross-dressers* – embora se reconheça que as vivências e as experiências muitas vezes embaralham essas distinções, e elas não são marcadas pela definitividade: a título de exemplo, a transformista, a *drag*, a *cd* de hoje pode ser a travesti de amanhã.

A meta fixada em vinte sujeitos, pensada como razoável para execução da pesquisa no tempo institucionalmente proposto, foi efetivamente alcançada, tendo sido as entrevistas realizadas com travestis de idades entre 18 e 48 anos. Embora as entrevistadas tenham aludido a processos de transformação corporal para construção da identidade travesti que se iniciam cada vez mais cedo, por volta dos 12 anos de idade, a escolha de realizar a pesquisa apenas junto a travestis adultas se deveu à plenitude da capacidade civil das mesmas; assim, pôde-se prescindir da autorização de representantes legais e evitar maiores constrangimentos para anuência na concessão das entrevistas e utilização de seus dados na redação da dissertação. Inicialmente, pretendeu-se restringir o universo da pesquisa às que exercem a prostituição, mas o contato com as realidades por elas vividas, a pluralidade de suas ocupações e atividades, a eventualidade, a não-profissionalidade e o mascaramento sutil do desempenho da atividade prostitutiva, dentre outros fatores, redundaram no redirecionamento do projeto inicialmente concebido e a conseqüente modificação na estrutura do trabalho investigativo e demonstraram a inviabilidade de tal delimitação.

A escolha das entrevistadas se guiou pelo interesse que as mesmas apresentaram pela pesquisa quando sondadas para colaboração com a mesma, pela disponibilidade em dividirem suas histórias, empatia e razões outras que fogem à capacidade de racionalização, certamente compartilhadas com muitas outras

peças que se propõem a buscar no campo as respostas aos problemas de suas pesquisas – rigorosamente, não é possível dizer que foi aleatória.

Durante todo o tempo da pesquisa, foi constante a preocupação com a observância de seus princípios éticos e a preservação dos interesses das entrevistadas, conforme se pode depreender da leitura da seção seguinte, onde os procedimentos adotados e detalhes da execução foram examinados à luz da Resolução CNS 196/96.

Descrita a metodologia de trabalho e as características dos sujeitos da pesquisa, vislumbrou-se as nuances das travestis e as principais formas de violação de seus direitos, pelo que se passa à avaliação dos resultados obtidos e se constata o alcance dos objetivos propostos, apresentando ao longo do trabalho observações e impressões da realidade estudada.

1.5 – Considerações éticas

A opção por realizar essa pesquisa com incursões ao campo foi pontuada pelo enfrentamento de algumas dificuldades. De início, a falta de conhecimento sobre ferramentas teóricas e técnicas para instrumentalizar tal empreitada. Muitas dúvidas, uma idéia na cabeça e uma imensa vontade de realizá-la motivaram a busca por caminhos em ciências de que o Direito se vale como fonte auxiliar.

Também houve a necessidade de aprovação do projeto por um Comitê de Ética na Pesquisa (CEP). Trata-se de órgão colegiado de atuação independente, composto por especialistas de variadas áreas do conhecimento, dotado de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. A exigência de submissão de projetos de pesquisas envolvendo seres humanos ao seu crivo é exigência instituída pela Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde, com base em documentos internacionais como o Código de Nuremberg (1947), a Declaração dos Direitos do Homem (1948), a Declaração de Helsinque (1964/1975/1983/1989), o Acordo Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), as Propostas de Diretrizes

Éticas Internacionais para Pesquisas Biomédicas Envolvendo Seres Humanos (1982/1993) e as Diretrizes Internacionais para Revisão Ética de Estudos Epidemiológicos (1991).

Pela Resolução, a pesquisa envolvendo seres humanos deve se basear na autonomia, (anuência lúcida e inequívoca do sujeito para participar da pesquisa); não-maleficência (minimização dos danos previsíveis); beneficência (contribuição com a melhoria das condições do participante da pesquisa); e justiça (importância da pesquisa, cujos resultados devem oferecer benefícios aos sujeitos da pesquisa e, desejavelmente, redução dos processos de vulnerabilidade). Devem ser garantidas confidencialidade, privacidade, proteção da imagem, respeito aos valores culturais, sociais, morais, religiosos e éticos, bem como hábitos e costumes das comunidades envolvidas. Deve ainda haver o compromisso de retorno dos resultados da pesquisa, condições de acompanhamento de seu andamento, incluindo a possibilidade de desistência na participação sem que isso implique constrangimento, vedados quaisquer ações que resultem em estigmatização e utilização das informações obtidas em prejuízo dos sujeitos.

A exigência de aplicação de atestados formais e escritos de consentimento é apontada como desnecessária por muitos pesquisadores, e até opressiva para certos grupos examinados. Nesse particular, é possível rememorar uma conversa tida por ocasião de uma cerimônia de premiação, com antropólogos que relatavam reputar desnecessários tais protocolos, uma vez que cultura popular é uma área de livre intervenção, inexistindo a necessidade de obtenção de permissões outras que não a dos participantes da pesquisa, e isso de maneira não solene, frisando ainda que o mais importante seria preservar a capacidade de agência e, sobretudo, assegurar respeito às identidades e especificidades dos sujeitos.

Benedetti (2005), em pesquisa realizada com travestis que se prostituem na cidade de Porto Alegre/RS, formula um arrazoado sobre a ética na pesquisa por ele realizada. Primeiramente, ele pontua que os esclarecimentos foram feitos na medida em que surgiam dúvidas, curiosidades a respeito de seus objetivos, de forma espontânea, devido à relação amistosa desenvolvida com as pessoas entrevistadas. Argumenta ainda com a não-obrigatoriedade de obtenção da autorização formal no código de ética da Associação Brasileira de Antropologia, e do risco de incorrer em violência simbólica ao aplicar o TCLE “a grupos pouco letrados, em situação

socioeconômica precária, com pouca informação sobre os procedimentos científicos e quase nenhuma inserção nas esferas públicas de reivindicação de direitos” (BENEDETTI: 2005, p.48). Ele enfatiza a confiança mútua entre pesquisador e sujeitos da pesquisa, mais que qualquer explicação elaborada e cerimoniosa, como principais fatores de credibilidade e respeito a viabilizar o curso da investigação. Ressalta ainda a omissão de nomes sociais e os nomes de registro das pesquisadas, estes últimos até mesmo devido ao fato de não ter tido acesso a documentos de identidade.

Pelúcio (2007b), em sua etnografia a respeito dos programas preventivos de AIDS voltados para travestis, tece uma análise bastante lúcida e sensível sobre as questões éticas que nortearam os procedimentos de que se valeu para a construção de sua tese. Não desmerecendo o que ela menciona como boas intenções que orientam a Resolução 196/96 – CNS, ela enfatiza o valor da reciprocidade de informações que possibilita o desenvolvimento de relações de confiança – “Trocamos histórias, informações, cumplicidades, miçangas², favores” (PELÚCIO: 2007b, p.46). Apenas depois de estabelecida essa confiança ela se apresentou o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, pois este se revelou mais intimidatório que elucidativo. Aos clientes de travestis, que geralmente não assumem livremente suas práticas sexuais com elas por temor de sanções morais, o TCLE impingia insegurança, apesar da imperiosidade do anonimato.

Ela destaca que foi a convivência que fez com que pudesse ser aceita, fazendo-se presente nos pontos de prostituição, em espaços de interação e sociabilidade – físicos e virtuais -, nas casas das cafetinas, salões de beleza, unidades de saúde. Essa aceitação se deu primeiramente no plano pessoal, depois houve uma aceitação do trabalho por ela desenvolvido. As situações adversas, de resistências e tensões, ela relata terem sido escassas e superadas. Estar sempre pronta para esclarecimentos, aberta aos questionamentos sobre a pesquisa, mudar o nome de entrevistados (mesmo a contragosto de algumas travestis, que tinham como fator de prestígio a menção a seus nomes) foram posturas por ela observadas. Por fim, ela conclui que as relações que possibilitaram a obtenção de dados se basearam na troca como operador da confiança, estabelecida independentemente

² N.A. - Em seus agradecimentos, ela menciona em nota a origem da expressão “troca de miçangas”, uma alusão ao marco da conquista da confiança dos balineses por parte do antropólogo Clifford Geertz. (PELÚCIO: 2007b, p.5, n.1)

de documentos formais.

Ponderando que todas essas considerações são procedentes, porém levando em conta que a presente pesquisa foi desenvolvida em uma área de conhecimento que prima peculiarmente pelo rigor formal e pela legalidade, optou-se por seguir as recomendações das normas que versam sobre ética na pesquisa. A escolha e o trilhar dessa via não se deu sem dificuldades. No tocante às questões burocráticas, foi imprescindível contar com o suporte do Professor Leôncio Camino, co-orientador da presente dissertação, pela sua vasta experiência e familiaridade com tais procedimentos, bem como de membros do Grupo de Pesquisa em Comportamento Político por ele coordenado, que auxiliaram na elaboração dos documentos necessários para submissão do plano dessa pesquisa ao Comitê de Ética na Pesquisa do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal da Paraíba.

Aprovada a realização da pesquisa pelo CEP/CCS/UFPB, e cumpridas as exigências por ele estabelecidas, iniciou-se a realização das entrevistas, que seguiram um roteiro previamente aprovado pelo Comitê, com a inestimável ajuda de Talita Leite Tavares, graduanda em Psicologia.

Pesquisar sobre travestis possibilitou a aproximação do movimento LGBTT local, o que propiciou a participação, no primeiro semestre do ano de 2008, das Conferências, em níveis municipal e estadual, sobre o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT).” Para encaminhar as propostas dos Estados para a Conferência Nacional, foram eleitos delegados, representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada. Culminando como resultado dessas articulações em todas as regiões do país, a Conferência Nacional GLBT aconteceu em Brasília no período de 5 a 8 de junho de 2008, sendo a primeira conferência com essa abordagem no mundo.

No encontro, foram discutidas políticas públicas e a necessidade elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTT. Também foi objetivada a revisão, avaliação e definição de estratégias para consolidação das ações propostas no Programa “Brasil sem Homofobia”, além da intensificação do debate sobre o Projeto de Lei da Câmara nº. 122/2006, que objetiva criminalizar práticas de preconceito baseado na orientação sexual e identidade de gênero. As propostas da I Conferência Nacional LGBT foram

discutidas e sistematizadas por representantes de 17 pastas a partir das deliberações votadas em assembléia por ocasião do evento. Esse trabalho resultou no lançamento, em maio de 2009, do Plano Nacional da Cidadania e de Direitos Humanos de LGBT, destinado a orientar políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Participar de um momento histórico tão singular foi gratificante, e permitiu também uma melhor compreensão da realidade estudada no âmbito do Mestrado. Além disso, marcou um fortalecimento da interação com lideranças LGBTTT locais que, mais que mediar ou afiançarem aproximações que resultaram em entrevistas e *insights* para a pesquisa, ofereceram uma amizade de valor incomensurável e inspiração com suas lutas e ideais.

A seleção das participantes não obedeceu a um critério específico, e elas foram sondadas, conforme já dito, em lugares variados – residências, salões de beleza, boates, pontos de prostituição, o posto de expedição de passaportes da cidade de João Pessoa, a sede da Associação das Travestis da Paraíba; a disposição, o interesse e o entusiasmo foram elementos que encorajaram as abordagens e possibilitaram o estabelecimento de uma relação de empatia. Em muitos casos, o mero fato de tratá-las de maneira respeitosa, sem menções pejorativas às suas identidades, perguntando o nome pelo qual elas gostariam de ser chamadas e sempre estabelecendo referências no feminino, ajudou a “quebrar o gelo”, diluindo tensões que geralmente se fazem sentir diante de uma pessoa desconhecida e cheia de perguntas, além de desarmar posturas defensivas de quem muitas vezes é tratado de forma descortês e preconceituosa. Isso suscita uma reflexão sobre o respeito, que, longe de ser uma liberalidade, é uma obrigação ética, mas que infelizmente parece uma exceção no cotidiano das entrevistadas.

Sempre que possível, as entrevistas eram marcadas para um momento posterior a uma sondagem prévia, na qual eram apresentados os objetivos e procedimentos da pesquisa, e confirmadas, pessoalmente ou por telefone, de modo que fosse possível à entrevistada avaliar sua decisão de discorrer sobre sua identidade de gênero e também gerir seu tempo. Houve negativas, que não foram questionadas, para afastar qualquer possibilidade de constrangimento ou pressão, preservando a liberdade de não-participação e desistência, asseguradas em qualquer fase da pesquisa. Nenhuma delas se opôs à gravação de seus relatos, e,

mesmo previamente alertadas de que poderiam deixar de responder perguntas que julgassem inoportunas, invasivas ou inconvenientes, não houve recusas nesse sentido.

Fez-se mister também refletir sobre o privilégio que é poder usar o próprio nome nas mais variadas situações, sem que isso implique indesejada descaracterização e situações constrangedoras. As travestis pareciam se sentir à vontade sendo tratadas no feminino, mas impunha-se uma ruptura nesse tratamento em virtude da necessidade de assinatura do TCLE. Não raro, surgia a pergunta “como é que eu assino?” A invocação do nome masculino costuma ser tolerada apenas no núcleo familiar mais restrito (pai, mãe, irmãos e/ou avós), e às vezes nem mesmo no ambiente doméstico, evidenciando que o que nelas é socialmente marcado como oficial não reflete suas subjetividades. Mesmo nas situações que demandam alguma formalidade, como a assinatura de documentos (RG, passaporte, o próprio TCLE) ou o atendimento em determinados serviços, elas escrevem de forma resignada o nome de registro, mas, curiosamente, recusam-se a pronunciá-lo para se referirem a si mesmas no tempo presente³ e experimentam uma aflição bastante perceptível quando são por eles chamadas - às vezes, reagem de forma agressiva, principalmente quando sentem alguma intenção de deboche. Era embaraçoso pedir-lhes para assinarem nomes masculinos, o que elas fizeram de forma compreensiva, mas reconhecer e respeitar suas identidades femininas faz com que se veja tal exigência com uma espécie de angústia solidária. Mesmo entre travestis que tinham uma relação de amizade mais próxima com a pesquisadora, apesar do pedido ser recebido às vezes até em tom de brincadeira e assim compreendido e aceito, o desconforto era visível – os gracejos pareciam tentativas de minimizar o mal-estar.

Houve alguns desencontros e parcas atitudes desconfiadas, mas com a maioria das entrevistadas foi travada uma relação mais próxima, de afeto mesmo, estreitando e fortalecendo vínculos. O fato da pesquisa ser desenvolvida por uma mulher – seja lá o que isso quer dizer – também fez surgir cumplicidades, confidências espontâneas e alguns interesses comuns, mais que qualquer

³ As menções que foram feitas aos nomes de registro em geral se deram em relatos do período anterior ao início do processo de transformação – em alguns casos, aquele que precedia o uso cotidiano de roupas femininas; em outros, a ingestão de hormônios. Nessas ocasiões, as referências pareciam remeter a uma terceira pessoa, um aspecto de suas masculinidades que elas situavam fora de si e em um tempo passado, devidamente superado.

rivalidade. O próprio nome da pesquisadora foi apontado por algumas como um elemento de afinidade – segundo elas, “Michelle Agnoletti é nome de travesti”.

Diante do exposto, ressalta-se que esta pesquisa segue a ritualística ética, embora se reconheça que as relações que permitiram a coleta dos dados que a informam se fundam na confiança e no respeito, os quais não podem ser reduzidos a termo em um documento escrito, assinado em duas vias. Por outro lado, o TCLE não necessariamente espelha a ética desejada nas relações estabelecidas por ocasião de uma pesquisa, mas oferece a materialidade probatória para cumprimento de um compromisso institucional. Na redação do Termo, buscou-se utilizar de linguagem acessível e clara, com explicitação dos objetivos, indicação dos propósitos de uso das informações prestadas e dos meios de contato com a pesquisadora, como e-mail, *msn* e telefone. Buscou-se preservar as identidades, e todas as entrevistadas contribuíram de muito bom grado com as narrativas de suas vidas, tendo mesmo algumas delas dispensado o anonimato, mas este foi mantido. Elementos de identificação, como nome de registro ou nome social, foram propositalmente omitidos.

2 - O GÊNERO E AS TRAVESTIS

A apreensão do conceito de gênero representou uma grande revolução nos estudos sobre o feminismo, ao alargar as possibilidades relacionais para homens e mulheres, e questionar as atribuições sociais a eles conferidas. Sua compreensão experimentou mudanças substanciais desde 1949, ano em que foi publicado na França o livro “O Segundo Sexo”, no qual a autora asseverava que

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino. Somente a mediação de outrem pode constituir um indivíduo como um Outro. (BEAUVOIR: 1967, p.8).

Há nesse emblemático enunciado uma correlação de forças que sugere a mulher como produto da alteridade, de uma diferenciação sexual que tem no homem o seu ponto de origem, ignorando possibilidades outras na vivência do gênero que não se encaixam em um pólo desse par dicotômico; entretanto é inegável que ela abriu caminhos para uma mudança de pensamentos, de cultura, de costumes, ao contestar a relação de causa e efeito entre sexo e gênero.

Neste capítulo, serão apresentadas algumas teorias a respeito das normas do “bom sexo” e do “bom gênero”, disparidades em suas compreensões e conceituações, além do modo como essas normas são interpretadas pelas travestis em suas vidas e seus discursos.

2.1 – A evolução dos conceitos de sexo e gênero

A percepção das diferenças que estabelece as classificações sexo/gênero dá conta de um esforço para circunscrever limites de uma dita normalidade, colocando tudo aquilo que lhe foge à tentativa de categorização (ou mesmo de compreensão) como desvio. Louro (2004, p.82) aduz:

Para garantir a coerência, a solidez e a permanência da norma, são realizados investimentos continuados, reiterativos, repetidos. Investimentos produzidos a partir de múltiplas instâncias sociais e culturais: postos em ação pelas famílias, pelas escolas, pelas igrejas, pelas leis, pela mídia ou pelos médicos, com o propósito de afirmar e reafirmar as normas que regulam o gênero e a sexualidade. As normas regulatórias voltam-se para os corpos para indicar-lhes limites de sanidade, de legitimidade, de moralidade ou de coerência. Daí porque aqueles que escapam ou atravessam esses limites ficam marcados como corpos – e sujeitos – ilegítimos, imorais ou patológicos.

Interessa questionar como se estabeleceram os parâmetros para determinar o normal, e, conseqüentemente, o anormal, em matéria de sexualidade e gênero, bem como a validade e a legitimidade dessas concepções, e diversas correntes teórico-ideológicas têm contribuído para esclarecer sobre os mecanismos de poder engendrados para arbitrar tais conceitos. De acordo com Weeks (2007: p.63),

(...) o modo como a atividade sexual é conceptualizada, e conseqüentemente dividida, tem uma história e uma história que importa. A discussão sobre termos, no final do século XIX, assinala um novo esforço para redefinir a norma. Uma parte importante desse processo centrava-se na definição do que constitui a anormalidade. Os dois esforços — a redefinição da norma e a definição do que constitui anormalidade — estão inextricavelmente ligados.

Ao longo do tempo e nas mais diversas sociedades, esse poder se expressa por meio de uma forma de organização que racionaliza “*discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas*” em torno do que Foucault (1999b, p.244) denominou de “dispositivo da sexualidade”. Destinado a um sofisticado controle das populações por meio da regulação das pulsões, sensações, desejos, prazeres, esse dispositivo é ordenado por meio da produção de conhecimento sobre os corpos e suas implicações nas relações de poder, em um processo que culmina com a exclusão de indivíduos e grupos sobre os quais esse controle se demonstra falho (FOUCAULT: 2009, pp.117-118). Santos (2006, pp.280-281), a respeito desse controle e dos mecanismos de pertencimento social que ele opera, observa o seguinte:

Se a desigualdade é um fenómeno sócio-económico, a exclusão é sobretudo um fenómeno cultural e social. Trata-se de um processo histórico através do qual uma cultura, por via de um discurso de verdade, cria o interdito e o rejeita. Estabelece um limite para além do qual só há transgressão, um lugar que atira para outro lugar, a heterotopia, todos os grupos sociais que são atingidos pelo interdito social, sejam eles a delinquência, a orientação sexual, a loucura, ou o crime. Através das ciências humanas, transformadas em disciplinas, cria-se um enorme dispositivo de normalização que, como tal, é simultaneamente qualificador e desqualificador. A desqualificação como inferior, louco, criminoso ou pervertido consolida a exclusão e é a perigosidade pessoal que justifica a exclusão. A exclusão da normalidade é traduzida em regras jurídicas que vincam, elas próprias, a exclusão. Na base da exclusão está uma pertença que se afirma pela não-pertença, um modo específico de dominar a dissidência. Assenta num discurso de fronteiras e limites que justificam grandes fracturas, grandes rejeições e segregações. Sendo culturais e económicas ainda que não se definam primordialmente por elas. Aqui a integração não vai além do controle da perigosidade.

Saber e poder se imbricam, e o controle assim concebido não apenas se opera por meio de interdições, mas pela produção de certas verdades, que se efetivam através dos discursos – também o jurídico. Sobre o direito, Ruiz (2000, p.21) assevera:

(...) é um discurso social, e, como tal, dota de sentido a conduta dos seres humanos e os converte em sujeitos, ao tempo que opera como o grande legitimador do poder, que fala, convence, seduz e se impõe através das palavras da lei. Esse discurso jurídico institui, dota de autoridade, faculta a dizer ou fazer, e seu sentido resulta determinado pelo jogo das relações de dominação, pela situação das forças opostas em um certo momento e lugar. [tradução livre]

As análises de Foucault sobre a disciplinarização da sexualidade objetivam esclarecer as regras pelas quais enunciados são ditos verdadeiros ou falsos, os tipos discursivos que tais regras operam e sancionam como verdadeiros, os critérios de distinção, a forma como se dá esse julgamento, o *status* de quem é investido da prerrogativa de realizar tal ponderação e os métodos empregados para alcance dessa verdade. Os discursos mobilizam saberes e procedimentos para produzir os objetos que referenciam, constroem sentidos, formam realidades; se faz necessário então

(...) não mais tratar os discursos como conjuntos de signos (elementos

significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse *mais* que os torna irreduzíveis à língua e ao ato da fala.(FOUCAULT: 2008, p.55)

A esse propósito, Bento faz uma incisiva análise, apoiada em Austin, sobre o caráter não apenas representativo, mas também performativo da linguagem:

(...) é necessário apontar que a linguagem não tem somente a função de descrever a realidade, devendo ser compreendida como uma modalidade produtora de realidades. No caso da linguagem científica, a tarefa de desvelamento dessa função é consideravelmente complexa, pois sua eficácia consiste na idéia da suposta capacidade da ciência em descrever uma dada realidade de forma neutra. (BENTO: 2006, p. 45).

Nesse sentido, designar, mais que meramente descrever, propõe, prescreve e sugere possibilidades:

Nomear é, ao mesmo tempo, dar a representação verbal de uma representação e colocá-la num quadro geral. Toda a teoria clássica da linguagem se organiza em torno desse ser privilegiado e central. Nele se cruzam todas as funções da linguagem, pois é por ele que as representações podem vir a figurar numa proposição. (...) não se pode pensar uma palavra — por mais abstrata, geral e vazia que seja — sem afirmar a possibilidade daquilo que ela representa. (FOUCAULT: 1999a, pp.164-165)

Assim, nomear o normal e o anormal em matéria de sexualidade e identidade de gênero não é meramente constatar um dado natural, pré-discursivo, mas fazer pôr em marcha o dispositivo que articula saber e poder para constituir aquilo que efetivamente designa. O indivíduo e as práticas homossexuais são então coadunados com a formulação sexológica de perversão. Conforme Weeks (2007: p.63),

A tentativa de definir mais rigorosamente as características do “pervertido” (termos descritivos tais como “sado-masoquismo” e “travestismo” para as atividades relacionadas com sexo emergiram no fim do século XIX, ao lado de termos como “homossexualidade” e “heterossexualidade”) foi um elemento importante naquilo que estou chamando de institucionalização da heterossexualidade nos séculos XIX e XX. Essa definição era, em parte, um

empreendimento sexológico. A sexologia tomou a si duas tarefas distintas ao final do século XIX. Em primeiro lugar, tentou definir as características básicas do que constitui a masculinidade e a feminilidade normais, vistas como características distintas dos homens e das mulheres biológicos. Em segundo lugar, ao catalogar a infinita variedade de práticas sexuais, ela produziu uma hierarquia na qual o anormal e o normal poderiam ser distinguidos. Para a maioria dos pioneiros, os dois empreendimentos estavam intimamente ligados: a escolha do objeto heterossexual estava estreitamente ligada ao intercurso genital. Outras atividades sexuais ou eram aceitas como prazeres preliminares ou eram condenadas como aberrações.

Em “Os Anormais”, Foucault enfatiza a quebra do monopólio regulatório da Igreja em favor das ciências biomédicas e psi (psicologia, psicanálise, psiquiatria) como instituições de controle, e chama a atenção para uma mudança de forma de exercício dessa disciplina (2002). A ciência, dado seu caráter objetivo, supostamente isento, foi então investida de autoridade para ditar as normas sobre os comportamentos eróticos, os prazeres obtidos da transgressão dos valores sexuais hegemônicos foram escrutinados, psiquiatrizados; o caráter anormal atribuído às sexualidades não-procriativas e reputadas promíscuas passou a designar os indivíduos que desenvolviam as práticas que caracterizavam o desvio, e assim foram historicamente criadas “‘posições-de-sujeito’ ao redor dessas atividades” (WEEKS: 2007, p.52). De acordo com Bozon (2004a, p.140),

A medicalização da sexualidade produz importantes efeitos normativos, na medida em que difunde entre o público uma definição exclusivamente técnica (em aparência) do que seria um bom funcionamento sexual, cuja consequência indireta é reforçar as definições normativas do feminino e do masculino.

O sintoma do declínio moral do homem foi somatizado em debilidade orgânica, o pecado foi tornado psicopatologia, eventualmente também crime, o que ensejava intervenções de ordem médica, psicológica, jurídica. Incitado a ser verbalizado, enunciado, confesso, o sexo condiciona corpo e mente, e é tornado a expressão cabal daquilo que o indivíduo é. Tudo isso possibilitou a plena manifestação da força política do sexo como metáfora da vida: assim foi concebida a chamada biopolítica, regime de gestão vital que, administrando os corpos, individual e socialmente considerados, formata subjetividades e regula populações (FOUCAULT: 2009, p.152).

O conceito de biopolítica (e seu correlato biopoder) influenciou decisivamente estudos sobre a emergência de novas identidades político-sexuais em um contexto pós-moderno, fundadas em uma espécie de iconoclastia dos padrões fixos. Explodir a idéia de que só há dois sexos humanamente possíveis e gêneros especulares, dentro das prescrições sociais de linearidade de desejos, práticas e condutas instituídos como “normais” – talvez fosse mais adequado falar em não-identidades, essa é a proposta das Teorias *Queer*. *Queer* significa esquisito, estranho, excêntrico, mas também é gíria cuja tradução equivale, em português, aos termos pejorativos e jocosos destinados às sexualidades dissidentes, tais como “bicha” ou “sapatão”. O nome já sugere o caráter de resistência de suas formulações, um espaço aberto de críticas e contestações, ao apropriar-se do escárnio dirigido aos corpos e identidades desviantes, subvertendo a opressão subjacente ao insulto, convertendo em orgulho o que antes era destinado a humilhação, transformando-a em fator de empoderamento.

Essas teorias surgiram de um movimento heterogêneo, nascido nos Estados Unidos no final da década de 80, não convencionalmente organizado, formado por pesquisadores e ativistas comprometidos com a resistência a políticas de identidade gays e lésbicas que prescreviam uma assimilação dos “desviantes” na cultura heterossexual hegemônica. Mais que demandar igualdade de direitos ou fazer uma apologia das diferenças, as teorias *queer* defendem uma análise crítica dos processos culturais e políticos pelos quais se constroem as identidades sexuais e de gênero, assinalando os mecanismos de exclusão, normalização e naturalização que acompanham a fixação das identidades. Dentre as teóricas *queer* internacionalmente conhecidas, pode-se citar Eve K. Sedgwick, Donna Haraway, Judith Butler, Teresa de Lauretis, Judith Halberstan, Marie-Hélène Bourcier, Beatriz Preciado. No Brasil, é possível elencar Guacira Lopes Louro, Richard Miskolci, Berenice Bento, Larissa Pelúcio, além de outros pesquisadores cuja produção acadêmica centra-se em pressupostos *queer*.

Em “Manifesto Ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX” (2000), cuja primeira versão foi publicada em 1985, Donna Haraway, uma das precursoras das teorias *queer*, advoga em favor das diferenças, da fragmentação, formulando uma crítica contundente das identidades através da figura do ciborgue. As transformações das relações sociais da contemporaneidade, cada

vez mais transversalizadas pela ciência e pela tecnologia, são por ela simbolizadas no personagem ficcional híbrido de homem e máquina que sugere a “transgressão das fronteiras, potentes fusões e perigosas possibilidades” (2000, p.50), além da dessacralização da vida, como alicerces de um novo acordo político, refutando as idéias criacionistas e o misoneísmo tecnológico. O ciborgue é um mito de identidade política, arquétipo dessa aliança fundada na afinidade, no “parentesco político”, e não mais em uma identificação concebida como natural (HARAWAY: 2000, p.54). Um outro postulado de Haraway é a desconstrução das ontologias dualistas, procedimento imprescindível à compreensão do gênero no âmbito das teorias *queer*, pois tais estruturas binárias estão na base das desigualdades e opressões. Nesse sentido, ela diz que

(...) certos dualismos têm sido persistentes nas tradições ocidentais; eles têm sido essenciais à lógica e à prática da dominação sobre as mulheres, as pessoas de cor, a natureza, os trabalhadores, os animais – em suma, a dominação de todos aqueles que foram constituídos como outros e cuja tarefa consiste em espelhar o eu [dominante]. Estes são os mais importantes desses problemáticos dualismos: eu/outro, mente/corpo, cultura/natureza, macho/fêmea, civilizado/primitivo, realidade/aparência, todo/parte, agente/instrumento, o que faz/o que é feito, ativo/passivo, certo/errado, verdade/ilusão, total/parcial, Deus/homem. O eu é o Um que não é dominado, que sabe disso por meio do trabalho do outro; o outro é o um que carrega o futuro, que sabe disso por meio da experiência da dominação, a qual desmente a autonomia do eu. Ser o Um é ser autônomo, ser poderoso, ser Deus; mas ser o Um é uma ilusão e, assim, estar envolvido numa dialética de apocalipse com o outro. Por outro lado, ser o outro é ser múltiplo, sem fronteira clara, borrado, insubstancial. Um é muito pouco, mas dois [o outro] é demasiado.

As Teorias *Queer* empreendem um questionamento da correspondência biunívoca estabelecida entre gênero e sexo, demonstrando o caráter histórico de tais conceitos, malgrado todo um empreendimento feito por diversas instituições no sentido de naturalizar a heterossexualidade, prescrevendo seus ditames como normais – fundamento da heteronormatividade. Desconstroem os pares conceituais masculino/feminino, natureza/cultura, sexualidade adequada/inadequada, heterossexual/homossexual, bem como a prescrição de um sexo que resulta em determinado gênero e condiciona o desejo de acordo com uma “matriz heterossexual” (BUTLER: 2003, p.23). Identificam que construções de sexo/gênero eclodem em uma miríade de possibilidades (embora não sejam todas reconhecidas e sancionadas pela ordem das instituições de controle), refutando assim as

estruturas universais com as quais se buscam catalogar as sexualidades. De acordo com Scott (1992, pp. 15-16),

O gênero implica (...) conceitos normativos que colocam em evidência interpretações do sentido dos símbolos que tentam limitar e conter as suas possibilidades metafóricas. Esses conceitos são expressos nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas ou jurídicas e, tipicamente, tomam a forma de uma oposição binária que afirma, de modo categórico e inequívoco, o sentido de homem e mulher, de masculino e feminino. De fato, essas afirmações normativas dependem da rejeição ou da repressão de outras possibilidades alternativas e, às vezes, ocorrem confrontações abertas a seu respeito (...). A posição que emerge como dominante é, apesar de tudo, declarada a única possível. A história posterior é escrita como se essas posições normativas fossem o produto de um consenso social e não de um conflito.

Nesse contexto, mesmo o corpo perde seu caráter essencial, apresentando-se ele próprio como um constructo social naturalizado para justificar hierarquizações, relações desiguais de poder. Nas palavras de Le Breton (2007, p.26), “O corpo é uma falsa evidência, não é um dado inequívoco, mas o efeito de uma elaboração social e cultural”. O desejo permanece desde sempre imbricado em uma esfera de forte controle social, exercido sob os auspícios das mais diversas instituições e por elas legitimado ou não, respaldado nas teorias e políticas por elas elaboradas (LOURO, 2004, pp.29-30). Tais características humanas, gênero, corpo e desejo, não guardam entre si uma relação de causa e consequência ou um eixo linear de contigüidade. A convergência desses três elementos na formação das identidades pode se dar na forma de arranjos múltiplos que apresentam um potencial desafiador da lógica heteronormativa e das práticas por ela instituídas para regulação dos corpos e constrição de impulsos (BUTLER, 2003, p.38).

Além do gênero, também influem na constituição das pessoas marcadores sociais outros, tais como classe e etnicidade, e a convergência dessas variáveis possibilita a emergência de múltiplas configurações de poder a forjar em seu bojo tanto relações de dominação quanto resistências (WEEKS: 2007, pp.55-61). A esse respeito, valendo-se de uma ampla referência a outros autores, Preciado, em entrevista a Carrillo (2007, pp.376-377) assim dispõe:

Trata-se de estar atentos, dirá bell hooks, ao “sobrecruzamento de opressões” (*interlocking oppressions*). Não é simplesmente questão de ter em conta a especificidade racial ou étnica da opressão como uma variável a

mais, junto com a opressão sexual ou de gênero, mas de analisar a constituição mútua do gênero e da raça – o que poderíamos chamar de sexualização da raça e de racialização do sexo – em ambos os movimentos constitutivos da modernidade sexo-colonial. Kimberly Crenshaw indicará a necessidade de evitar a criação de hierarquias entre as políticas de classe, raça, nação, sexualidade ou de gênero e demandará, ao contrário, pelo estabelecimento de uma “interseccionalidade política” de todos estes eixos de estratificação da opressão. Trata-se, diz Avtar Brah, “de pensar em uma ‘política relacional’, de não compartimentar as opressões, mas de formular estratégias para desafiá-las conjuntamente, apoiando-se em uma análise de como se conectam e se articulam”.

De acordo com Butler (1987), o gênero é uma construção não apenas social, mas também pessoal, um projeto executado através de apropriações e atos performativos. Tal formulação convida a uma especulação teórica sobre a identidade, sobre o gênero como fator de inteligibilidade e a existência de um estatuto ontológico que o anteceda. Esclarece a autora que não há uma relação de causalidade estabelecida entre sexo e gênero, e que o corpo sexuado não guarda uma essência. Ultrapassamento em si das contingências, ele é dinâmico, devendo ser compreendido como modo de intencionalidade, força direcional e modo de desejar, sendo vivido e percebido como contexto e meio para esforços humanos. O gênero já não é mais compreendido como produto de relações culturais e psíquicas, mas como forma de organização de normas passadas e futuras que condicionam o corpo para que possa se projetar ativamente no mundo. Este passa a ser, enquanto uma situação, lugar de interpretações culturais, realidade material situada e definida dentro de um contexto social, e campo de potencialidades interpretativas, processo de reinterpretação de um conjunto histórico de significados que lhe são atribuídos. Desse modo, se gênero é modo de existir o corpo e o corpo é uma situação cultural, a suposta essencialidade do sexo é posta em xeque, a idéia de naturalidade que lhe é associada carece de veracidade. Cabe mesmo discutir a arbitrariedade de uma distinção entre sexo e gênero. Ao assinalar a probabilidade de que o sexo tenha sido gênero desde sempre, Butler considera que o sexo não é um dado natural, mas retoricamente construído, assim como o gênero; este então parece menos uma função do corpo que qualquer de seus possíveis usos, e as interpretações culturais sobre a anatomia se revelam bem mais restritivas que a anatomia em si. Distinções de sexo ocorrem dentro de uma tessitura política e de relações de poder que as hierarquizam; esse ato interpretativo é carregado de pressupostos normativos sobre um sistema dual de gêneros. Nas exatas palavras de Butler (2003, p.168),

Considerada coletivamente, a prática repetida de nomear a diferença sexual criou essa aparência de divisão natural. A “nomeação” do sexo é um ato de dominação e coerção, um ato *performativo* institucionalizado que cria e legisla a realidade social pela exigência de uma construção discursiva/perceptiva dos corpos, segundo os princípios da diferença sexual.

Isto posto, percebe-se que homem e mulher são categorias políticas, não fatos naturais (WITTIG *apud* BUTLER: 2003, p.168), e carecem de sentido fora da lógica heteronormativa. O corpo é maleável, plural, assumindo uma grande variedade de expressões que superam, em número e intensidade, o binômio masculino/feminino. As estruturas de gênero foram inventadas para limitar essa multiplicidade, preceituando condutas, posturas e desejos adequados aos dois únicos sexos inteligíveis. Consoante Kulick (2008a, p. 28),

A percepção de que tudo que é dito sobre sexo já está necessariamente implicado em concepções de gênero e só pode ser interpretado com base nelas fez com que as discussões teóricas se afastassem decisivamente das noções de que o gênero é apenas uma leitura, ou elaboração, cultural do sexo biológico.

Mesmo a compreensão da morfologia dos corpos masculinos e femininos variou ao longo do tempo. De acordo com Laqueur (2001, p.189), o discurso científico hegemônico a respeito do sexo se fundava no isomorfismo até meados do século XVIII. Havia um padrão sexual único, sendo a diferença entre homens e mulheres apenas estágios evolutivos da anatomia - o corpo feminino era um corpo masculino invertido, e seu valor era estimado inferior, por se lhe atribuir um desenvolvimento falho, imperfeito. Os saberes médicos e jurídicos ditaram então a emergência do dimorfismo sexual, fundado na concepção de dois sexos plausíveis e corpos a eles congruentes, opostos e complementares entre si. Isso não foi fruto do advento de uma determinada descoberta científica da biologia, da genética, da anatomia, da fisiologia, mas muito mais de manobras políticas de uma ciência que se demonstrou estrategicamente comprometida na dinâmica das relações de poder sobre a vida, a serviço de uma nova economia política dos corpos baseada na gestão social da reprodução:

(...) o novo conhecimento sobre sexo de alguma forma vinculou as afirmações sobre a diferença sexual feitas no seu nome. Nenhuma descoberta ou grupo de descobertas originou o modelo de dois sexos, precisamente pelas mesmas razões que as descobertas da Renascença não originaram o modelo de sexo único; a natureza da diferença sexual não é suscetível a exames empíricos. É logicamente independente de fatos biológicos, pois, já impregnada na linguagem da ciência, pelo menos quando aplicada a alguma construção culturalmente ressoante da diferença sexual, está a linguagem do gênero. Em outras palavras, tudo menos as declarações mais restritas sobre sexo são, desde o início, carregadas de trabalho cultural feito por essas proposições. Apesar da nova condição epistemológica da natureza como base sólida de distinções, e apesar da acumulação de fatos sobre sexo, a diferença sexual dos séculos pós-revolução científica não ficou mais estável do que era. Dois sexos incomensuráveis eram e são, tanto os produtos da cultura como era e é o modelo de sexo único. (LAQUEUR: 2001, p.193)

Não se trata de negar diferenças anatômicas e morfológicas, mas de questionar como elas são política e moralmente estruturadas em hierarquias de saber e poder que as convertem em fatores de desigualdade (LOURO: 2004, p.80). De acordo com Camino (s/d, p.3),

Que significa ser homem ou ser mulher? Em geral pensa-se automaticamente em papéis diferentes na sociedade e que estes papéis são determinados pela biologia. As mulheres seriam destinadas biologicamente à geração de filhos e ao cuidado destes; os homens, à proteção e ao provimento das necessidades materiais da prole. Esta maneira como a mulher é representada afeta a sua vida. Afeta, sem dúvida, suas relações interpessoais, mas afeta também sua vida profissional e econômica, pois os papéis do homem e da mulher na vida de trabalho vêm sendo definidos como uma extensão dos papéis biológicos (Mtb, Assessoria Internacional, 1998). Assim, as mulheres, a partir de suas características sexuais, seriam mais eficientes e pacientes no cuidado de crianças (professoras), pessoas doentes (pediatras, enfermeiras, psicólogas, fisioterapeutas), pessoas idosas (filhas cuidando dos parentes idosos). Esta especialização no mercado de trabalho não é determinada diretamente pelos fatores biológicos mas por um conjunto de visões e práticas sociais que dão significado e interpretação a estas diferenças biológicas. Estas visões e práticas sociais foram se formando na história e são passadas de geração em geração, não como algo cultural, mas como algo natural. Aliás, um dos papéis da ideologia é o de fornecer explicações “verdadeiras” às diferenças sociais, transformando-as não em injustiças, mas em situações naturais.

Cumprir verificar como as diferenças sexuais passaram a ser analisadas de forma isolada do restante do corpo e valoradas socialmente enquanto determinantes de inescapáveis destinos, servindo de modelos de normalidade na medida em que expressem práticas e desejos heterorientados. A percepção das distinções entre os sexos não é um dado imediato da experiência, mas interpretação de atributos físicos

- só é dito sexual aquilo que está ligado à reprodução, pelo que a heterossexualidade se torna compulsória, uma necessidade fisiológica, condição prévia da identidade humana apresentada como fato natural, mas que, curiosamente, precisa ser constantemente reiterada, materializada nos corpos, continuamente regulada (BUTLER: 1993, p.2).

O ponto mais destacado e mais controverso da teoria de Judith Butler é o caráter performativo do gênero. A principal crítica dirigida ao conceito de performatividade é a de que ele passa ao largo das experiências de sujeitos que reivindicam o reconhecimento do gênero a partir de seus corpos, e, mais especificamente, das transformações que nele inscrevem como condição precípua de inteligibilidade, de reconhecimento social, da compreensão de si e de seu estar no mundo. Essa cruzada de resgate ao corpo fez com que Butler buscasse, em sua obra seguinte, "*Bodies that matter – on the discursive limits of 'sex'*"⁴, esclarecer o equívoco das interpretações que colocam o gênero como escolha livre, autônoma, consciente, ou como *script* performático. Diz a autora (BUTLER: 1993, p.94):

Há uma tendência a pensar que a sexualidade é construída ou determinada: se ela é construída, é em algum sentido livre; se determinada, é, de alguma forma, fixa. Essas oposições não descrevem a complexidade do que está em jogo em qualquer esforço para ter em conta as condições em que o sexo e a sexualidade são assumidos. A dimensão "performativa" da construção é precisamente a reiteração forçada das normas. Neste sentido, então, não somente há coação à performatividade, mas deve a coação ser repensada como a própria condição de performatividade. Performatividade não é jogo sem regras ou representação teatral, nem pode ser simplesmente equiparada com a performance. Além disso, a coação não é necessariamente o que estabelece um limite à performatividade, mas o que a impele e a sustém. [tradução livre]

Uma das críticas mais mordazes dirigidas ao conceito de performatividade de gênero é formulada por Preciado (2002). Ela argumenta que a teoria não logra êxito em promover uma reflexão proativa sobre os processos corporais e sociais de apreensão de sexo e gênero, pois privilegia construções discursivas na constituição de subjetividades. Para a autora,

Butler, ao ter acentuado a possibilidade de cruzar os limites dos gêneros por

⁴ Apenas o capítulo introdutório foi traduzido para o português (BUTLER: 2007, pp.151-172)

meio de performances de gênero, havia ignorado os processos corporais e especialmente as transformações que se sucedem nos corpos transgênero e transexuais, assim como as técnicas de estabilização do gênero e do sexo que operam nos corpos heterossexuais. O que as comunidades transexuais e transgênero têm posto sobre a mesa não são tanto performances teatrais ou de cenário através dos gêneros (*cross-gender*), mas transformações físicas, sexuais, sociais e políticas dos corpos fora da cena, dito de outro modo, tecnologias precisas de trans-incorporação (...).(PRECIADO, 2002, p.75) [tradução livre]

Em *Undoing Gender* (2004), Butler buscou problematizar a produção de normas de gênero dentro de um contexto social e ideológico que proporciona o reconhecimento dos sujeitos como humanos e de suas vidas como habitáveis; transgredir ou resistir a tais valores, ainda de que forma não intencional, seria desafiar as possibilidades de sobrevivência social, de inteligibilidade, de reconhecimento, e, em última instância, abdicar da própria humanidade. É necessário, então, adequar-se a essas normas - ou repensar as categorias de reconhecimento socialmente sancionadas como legítimas; não se trata de reivindicar uma assimilação ou aceitação nas estruturas vigentes, mas de renegociar a desconstrução dos modelos hegemônicos de gênero através de uma estratégia de articulação coletiva politicamente organizada dos sujeitos ditos ininteligíveis, o que descortina os horizontes de uma efetiva transformação social. Propõe Butler (2004: p.2):

Os termos pelos quais somos reconhecidos como seres humanos são socialmente articulados e mutáveis. E às vezes os próprios termos que conferem “humanidade” a alguns indivíduos são aqueles que privam tantos outros da possibilidade de atingir esse *status*, produzindo um diferencial entre os humanos e os menos-que-humanos. Essas normas têm profundas conseqüências para a forma como entendemos o modelo do humano sujeito de direitos ou incluído na esfera de participação na deliberação política. O ser humano é compreendido de maneira diferenciada em função da sua raça, da legibilidade dessa raça, da sua morfologia, do reconhecimento dessa morfologia, de seu sexo, da verificabilidade perceptível desse sexo, da sua etnia, da compreensão categórica dessa etnicidade. Alguns seres humanos são reconhecidos como menos que humanos, e tal forma de reconhecimento qualificado não conduz a uma vida viável. Determinados seres humanos não são reconhecidos em absoluto como humanos, e isso os leva a uma outra ordem de vida inabitável. Se parte do que pretende o desejo é ganhar reconhecimento, então o gênero, na medida em que é animado pelo desejo, almejará ser igualmente reconhecido. Mas se os esquemas de reconhecimento que nos estão disponíveis são aqueles que desfazem a pessoa para conferir reconhecimento, ou a desfazem evitando seu reconhecimento, então o reconhecimento se torna uma esfera de poder pela qual o humano é diferencialmente produzido. Isto significa que, na medida em que o desejo é implicado nas normas sociais, ele está ligado

com a questão do poder e com o problema de quem é qualificado como reconhecidamente humano e quem não é. [tradução livre]

Apesar da tentativa de Butler em elucidar o caráter sócio-político, e não meramente retórico da performatividade (segundo ela, uma compreensão simplista do conceito), Preciado persiste em frisar a insuficiência de suas teorizações para ter em conta os corpos e as transformações nele inscritas a título de reivindicações identitárias, atribuindo isso a uma certa abstração característica da trajetória acadêmica de Butler e das referências que norteiam sua formação:

Ainda que em seus livros posteriores, incluindo o mais recente - *Undoing Gender* (2004) -, Judith Butler tenha se esforçado para restituir os “corpos” que haviam sido diluídos entre efeitos paródicos e performatividade lingüística, seu próprio construtivismo hegeliano lhe impossibilita qualquer forma de materialismo imanentista. Podemos dizer que foram abertos pelo menos dois espaços de conceitualização: um dominado por noções performativas, cujo impacto tem sido de especial relevância no âmbito estético, e outro de corte biopolítico, no qual se perfila uma nova definição do corpo e da vida. (CARRILLO: 2007, p.382)

Preciado (2008) ressalta que a identidade sexual envolve imperativos corporais, mas também sofisticadas tecnologias sociais e políticas. Uma parte substancial de sua produção intelectual e de seu ativismo se volta para o exame do estatuto do corpo e da subjetividade em um contexto de produção biotecnológica acelerada. Em sua obra, são recorrentes as referências a Donna Haraway, notadamente quando discorre sobre tecnologias que otimizam e condicionam as sexualidades, o gênero, pensado não como performativo, mas protético, e, dessa forma, incorporável, além do próprio corpo, também este dotado de plasticidade. Sexualidade e gênero constituem sistemas abertos, ideais normativos culturalmente construídos, virtualidades coletivas; a relevância política do sexo suscita a necessidade da disciplina de normalização dos corpos, categorizando aqueles que escapam à regulação como anormais. Segundo Louro (2004, p.82),

Apesar de todo esse investimento, os corpos se alteram continuamente. Não somente sua aparência, seus sinais ou seu funcionamento se modificam ao longo do tempo; eles podem, ainda, ser negados ou reafirmados, manipulados, alterados, transformados ou subvertidos. As marcas de gênero e sexualidade significadas e nomeadas no contexto de uma cultura, são também cambiantes e provisórias, e estão,

indubitavelmente, envolvidas em relações de poder.

Posto que o fluxo das tecnologias discursivas, corporais e representativas não é calculável nem uniforme, sua apropriação não se dá de forma homogênea, pelo que se faz mister a apropriação, inversão e ressignificação dos artifícios e técnicas destinados à produção da subjetividade sexual de corpos ditos “normais” por parte dos ditos “anormais”, cedendo espaço a “outros prazeres e outras posições de identidade” (PRECIADO: 2002, p.87). Uma vez que eles não são os destinatários originais de tais tecnologias, essa apreensão subversiva apresenta elevado potencial de abalar a estabilidade heterocentrada do gênero e a economia de saber/poder baseada na heterossexualidade. Tal operação remete, entre outros sujeitos, às travestis, personagens centrais dessa pesquisa. Elas se apoderam dos hormônios que regulam os ciclos corporais das mulheres, das próteses cirúrgicas para aumento dos seios vendidas a elas com garantias de resgate da auto-estima, do silicone industrial que lubrifica máquinas, para, a partir da incorporação desses elementos, construir seus corpos, moldarem seus gêneros e expressarem seus desejos, suscitando o questionamento, quiçá a reinvenção, de noções como essencialidade e autenticidade. Agrado, personagem interpretada por Antonia San Juan no drama “Tudo sobre minha mãe”, de Pedro Almodóvar, sentencia que “se é mais autêntica quanto mais se parece com o que sonhou para si mesma”. É precisamente essa a autenticidade buscada pelas travestis: a contradição apontada entre seus corpos e gêneros é por elas desfeita com a coerência e a lealdade aos seus ideais e desejos, o que as orienta para uma infundável incorporação dos signos culturais do feminino.

2.2 – O gênero travesti

“Ser travesti” é uma contínua construção subjetiva e social de gênero. Na arguta percepção de PELÚCIO (2007b, p. 274), “*Ser travesti não é uma aventura, algo efêmero, uma fantasia que se tira ao chegar em casa, mas uma transformação que passa por um profundo processo.*” Esse “processo” referenciado pela autora se pauta pela ambivalência, pela combinação de elementos culturalmente reputados

próprios do masculino e do feminino, sem contudo se constituir como andrógino, mas como um feminino peculiar. Esse ideal feminino próprio passa necessariamente pela construção de seus corpos e vidas

[...] na direção de um feminino, ou de algo que elas chamam de feminino. Em sua linguagem êmica, elas querem ser mulher ou se sentir mulher. Se sentir mulher é uma expressão que por si só já traz algumas pistas de como este feminino é concebido, construído e vivenciado pelas travestis. De fato, a maior parte não se iguala às mulheres, nem tampouco o deseja fazê-lo. O feminino travesti não é o feminino das mulheres. É um feminino que não abdica de características masculinas, porque se constitui em um constante fluir entre estes pólos, quase como se cada contexto ou situação propiciasse uma mistura específica destes ingredientes do gênero. (BENEDETTI: 2005, p.84-85)

Travestis e suas interpretações do feminino se colocam com uma das variáveis possíveis de arranjos identitários que subvertem a ordem de coerência socialmente estabelecida entre gênero, sexo e desejo. As transformações que inscrevem em seus corpos, seus códigos de sociabilidade e conduta, os nomes que adotam, dão algumas pistas de como o gênero é por elas assumido e adaptado, de modo a ressignificar o que comumente se entende por ser mulher. Não negando as expectativas sociais lançadas sobre as mulheres, as travestis não desejam mimetizá-las, mas sim reelaborarem-se subjetiva e culturalmente a partir desse referencial, de uma forma autônoma. Peres (2005, p.26) destaca:

Assim, temos a constituição de uma feminilidade que é construída sobre um corpo biológico masculino, evidenciando os valores e significados que as pessoas tem sobre o próprio feminino, e que norteiam suas próprias fantasias sobre o feminilizar-se. Essa feminilização não poderia ser generalizada, considerando os contextos singulares que promovem a subjetividade de cada pessoa e que estabelecem parâmetros fantasiosos sobre a mulher que se deseja ser.

Na medida em que se manifestam possibilidades diversas de construções identitárias a partir da tríade sexo/gênero/desejo, Louro (2004, pp.80-81), traz uma explanação precisa e uma problematização bastante pertinente da continuidade prescrita para esses elementos:

Certa premissa, bastante consagrada, costuma afirmar que determinado sexo (entendido, nesse caso, em termos de características biológicas) indica determinado gênero e este gênero, por sua vez, indica o desejo ou induz a ele. Essa seqüência supõe e institui uma coerência e uma continuidade entre sexo-gênero-sexualidade. Ela supõe e institui uma conseqüência, ela afirma e repete uma norma, apostando numa lógica binária pela qual o corpo, identificado como macho ou como fêmea, determina o gênero (um de dois gêneros possíveis, masculino ou feminino) e leva a uma forma de desejo (especificamente, o desejo dirigido ao sexo/gênero oposto). Ainda que o corpo possa se transformar, ao longo da vida, espera-se que tal transformação se dê numa direção única e legítima, na medida em que esse corpo adquire e exhibe os atributos próprios de seu gênero e desenvolve sua sexualidade, tendo como alvo o pólo oposto, ou seja, o corpo diferente do seu. Essa seqüência será, contudo, imperativa? Natural? Incontestável? Que garantias há de que ela ocorra, independente de acidentes, acasos? Não há qualquer garantia. A seqüência não é natural nem segura, muito menos indiscutível. A ordem pode ser negada, desviada. A seqüência desliza e escapa. Ela é desafiada e subvertida. Para suportá-la ou assegurar seu funcionamento são necessários investimentos continuados e repetidos; não se poupam esforços para defendê-la.

A polarização dual masculino x feminino, tomada como dado natural pela idéia de complementaridade reprodutiva dos corpos e tendo a heterossexualidade como corolário inequívoco dessa “essência”, não conta com os corpos que escapam e com os desejos que transbordam esses limites senão para delimitar uma zona de normalidade, pelo que sua suposta estabilidade é, com propriedade, questionada por Butler (2003, pp. 24-25):

A hipótese de um sistema binário dos gêneros encerra implicitamente a crença numa relação mimética entre gênero e sexo, na qual o gênero reflete o sexo ou é por ele restrito. Quando o *status* construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a conseqüência de que *homem* e *masculino* podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e *mulher* e *feminino*, tanto um corpo masculino como um feminino.

Travestis tencionam apreender as representações culturais do feminino das mulheres, absorvendo deles apenas o que reflete a subjetividade almejada, o que acrescenta às suas construções identitárias e corporais.

A identidade é construída não apenas a partir do reconhecimento individual e coletivo do sujeito, mas também por meio de atribuições sociais de papéis e funções. Em se tratando de travestis, isso implica não apenas suas práticas sexuais, mas suas performances de gênero, transgressão de valores hegemônicos, a descoberta

e a idealização do corpo, as expectativas sociais sobre a produtividade⁵ desse mesmo corpo, formas peculiares de opressão, demanda por direitos, bem como a recorrente incapacidade de muitas instituições de lidarem com suas especificidades (PRADO e MACHADO, 2008, p.17).

Imprescindível se faz destacar o protagonismo do corpo na formação da identidade, não somente das travestis – de acordo com Haraway (2000, p.105), “Nossos corpos são nossos eus; os corpos são mapas de poder e identidade”. O corpo das travestis é construído não apenas por modificações deliberadamente inscritas em sua aparência e seus contornos⁶, mas também ao preconceito e à violência que nele produzem sinais indelévels à revelia daquelas pessoas que as carregam. De acordo com Louro (2004, p.76), “*Características dos corpos significadas como marcas pela cultura distinguem sujeitos e se constituem marcas de poder*”. Marcas de bala, cicatrizes, tatuagens, alterações no formato do nariz derivadas de fraturas causadas por brigas, deformações produzidas pelo silicone, às vezes em decorrência de espancamentos propositalmente dirigidos para a região onde ele é aplicado, constituem estigmas, signos corporais que repercutem negativamente na imagem social daquelas pessoas nos quais se apresentam (GOFFMAN: 1988, p.11). Não raro, as travestis que apresentam tais marcas são tidas como perigosas, “bagaceiras”, “(...) são aquelas que se misturam com marginais”, de acordo com Bárbara, informante da pesquisa realizada por Benedetti entre travestis prostitutas de Porto Alegre (2005, p.64). Tal comprometimento moral é agravado quando os estigmas se apresentam no rosto, apresentação primeira de qualquer pessoa, parte do corpo saturada de significados, conforme Le Breton (2007, pp.70-71):

O rosto é, de todas as partes do corpo humano, aquela onde se condensam os valores mais elevados. Nele cristalizam-se os sentimentos de identidade, estabelece-se o reconhecimento do outro, fixam-se qualidades da sedução, identifica-se o sexo, etc. A alteração do rosto, que expõe a marca de uma lesão, é vivida como um drama aos olhos dos outros, não raro como um sinal de privação de identidade. (...) O rosto é, ao mesmo título que o sexo, o lugar mais valorizado, o mais solidário do Eu. O comprometimento pessoal é tão maior quando um ou outro é atingido. Numerosas são as tradições nas quais o rosto é associado a uma revelação da alma. O corpo encontra aí o caminho de sua espiritualidade, suas cartas de nobreza. O valor ao mesmo

⁵ Aqui compreendida como capacidade procriativa.

⁶ O que nos remete à noção de limites e fronteiras que elas tanto se orgulham em borrar, ultrapassar, transgredir.

tempo social e individual que distingue o rosto do resto do corpo, sua eminência na apreensão da identidade é sustentada pela idéia de que o ser inteiro aí se encontra.

Chama a atenção o fato de que em muitos assassinatos e lesões corporais tentados ou consumados, empreendidos com motivação homofóbica ou transfóbica, algozes se empenham em desfigurar os rostos de suas vítimas⁷, o que remete a um aspecto de ordem prática, a dificuldade de reconhecer um corpo sem face e assim promover a responsabilização do(s) agressor(es); também no rosto se expressam com clareza dor e medo, cuja contemplação pode desencorajar a continuidade da ação delitiva por solidariedade ou piedade. Tal operação pode ser vista ainda como uma tentativa de desumanizar a vítima, mitigando a culpa de quem agride – o sem face, irreconhecível, “monstro”, é visto como inferior, não-humano, aquele que pode ser eliminado sem maiores dilemas morais.

Mas nem só de marcas de violência é feita a apresentação estética das travestis: “(...) o rosto, sendo a apresentação da pessoa, é a parte do corpo que, segundo o ponto de vista nativo, deve dar a ver o maior número possível de atributos femininos”, assinala Benedetti (2005, p.58). Os cuidados dedicados ao rosto visam destacar o que há de feminino nele, ou construir tal aparência. O atributo culturalmente associado à feminilidade mais valorizado pelas travestis é a sensualidade. Para formular e ressaltar tal característica, elas se lançam a um infundável projeto de transformação corporal, em um ciclo onde a beleza possibilita maiores ganhos sociais e até mesmo financeiros, dos quais uma significativa parcela é investida em beleza, retroalimentando um infundável processo de reinvenção de si mesmas, que as orienta na direção do prestígio - este tanto maior será quanto mais se parecerem com mulheres⁸ - não quaisquer mulheres, mas aquelas glamourosas, belas e sedutoras (PELÚCIO: 2007b, p.106).

Os sentimentos que a maioria das travestis compartilha sobre as mulheres oscila da percepção delas como referencial estético a uma certa dose de rivalidade, o que fornece uma idéia de como se dá a construção do feminino travesti; este

⁷ Em relatório detalhado sobre assassinatos de gays, lésbicas e travestis no ano de 2002, feito através da sistematização de notícias sobre crimes homofóbicos publicadas em jornais de todo o país, Mott e Cerqueira (2003) freqüentemente aludem a golpes desferidos na face e no crânio.

⁸ “Passar por mulher”, expressão bastante corrente entre as travestis, é motivo de orgulho, indicativo de uma transformação bem sucedida.

guarda com o feminino das mulheres alguns pontos de contato, cumplicidades, mas também diametrais divergências, hostilidades, o que pode ser exemplificado pelas palavras de Electra, informante dessa pesquisa, que, ao discorrer sobre sua percepção de feminilidade, aponta:

O que é ser feminina? É eu passar perto de uma mulher, ter um homem e uma mulher, ele olhar e a mulher dar na cara dele! Deve incomodar a ela, né, o desejo dele incomoda ela, porque, quando eu passo lá nx [bairro], os machos ficam todos olhando pra mim, e eu nem dou confiança!

Os códigos de sociabilidade e sexualidade das mulheres vão sendo por elas apropriados, ressignificados, expressando-se nos seus desejos, no modo de vestir, de andar, de falar, no gestual, nas transformações a que submetem seus corpos na busca do modelo de feminilidade acima descrito, o qual se insere no âmbito de uma tecnologia corporal denominada por Denizart (1997) de “Engenharia Erótica”.

Essa construção geralmente se inicia com elementos exógenos, como roupas, sapatos e adornos, que em geral apresentam brilho, estampas vistosas e/ou cores vibrantes - embora o branco opere como recurso para destacar o bronzeado, ressaltando o exotismo tão apreciado por muitos clientes daquelas que exercem a prostituição, notadamente os estrangeiros, e o preto seja usado de forma recorrente para composição de um visual de *femme fatale*. Tons pastel e cores suaves estão fora desse contexto de projeção de uma imagem sexualizada. As vestimentas mais utilizadas costumam ser ajustadas ao corpo, com decotes, fendas, ajustes e comprimentos insinuantes, e o uso de *lingerie* feminina é bastante apreciado. É quase unanimidade entre travestis o uso de uma técnica corporal conhecida por “fazer a boceta⁹” ou “acuendar a neca¹⁰”, consistente em ocultar o pênis entre as pernas, pressionando-o sob o saco escrotal contra o períneo. (DENIZART, 1997; PELÚCIO, 2005; BENEDETTI, 2005) Os sapatos mais preferidos são os de salto alto¹¹, cujo hábito de uso é valorizado como atributo de elegância¹², disciplinando o modo de andar. Além disso, dada dificuldade de encontrar sapatos de salto alto que

⁹ Genitália feminina, em expressão coloquial.

¹⁰ Genitália masculina em bajubá, jargão travesti derivado do ioruba-nagô.

¹¹ “No salto”, expressão que entre as travestis significa “impecável”, alude ao valor conferido a calçados que apresentam tal característica.

¹² Há pessoas que nunca se acostumam ao uso, e isso é apontado como insucesso no processo de elaboração da feminilidade, evidência de masculinidade.

caibam em pés grandes, tais produtos em geral são feitos por encomenda, pelo que custam mais caro, criando uma ilusão de pertencimento a altas classes sociais e denotando maior sucesso e poder aquisitivo das travestis que, altivas, sobre eles se equilibram. Por fim, os acessórios arrematam a produção, e saber combina-los com a roupa é imperativo de bom gosto que proporciona reconhecimento social no meio, como destaca Benedetti (2005, p. 72-73):

Não é à toa que as travestis têm tamanha dedicação à questão das roupas e da apresentação de si nos diferentes espaços sociais que circulam. As vestimentas são um eficiente meio de comunicação e também vestem a pessoa de diferentes atributos sociais. Leroi-Gourham (s/d: 162) sublinhou a importância do vestuário e do adorno como formas eficientes de comunicação e de reconhecimento social. É através das roupas e dos acessórios que se pode identificar o sexo, a idade, a posição social de uma pessoa. São de fato símbolos importantes da cultura do grupo, uma vez que localizam e diferenciam as pessoas inseridas neste grupo das outras pessoas presentes no universo amplo da cidade. Poderíamos também afirmar que as roupas dizem muito a respeito da posição social, já que o gosto que define os formatos, as cores, os adornos, e é marca fundamental na diferenciação das classes. (Bourdieu, 1983) Enfim, as vestimentas e adornos são uma peça importante no processo de transformação do gênero vivenciado pelas travestis, já que têm a função de comunicar ao grupo e às pessoas em geral características e atributos daquela pessoa.

Todos os elementos acima elencados fazem parte do que elas chamam de *montagem*. Ainda merecem destaque nessa caracterização exterior: a remoção de pêlos¹³ do rosto (feita com cera, pinça e/ou eletrólise, de modo a suavizar ao máximo o aspecto da pele), sobrancelhas bem delineadas, unhas compridas e pintadas com esmaltes de cores vivas, longas madeixas, naturais, apliques ou perucas; a maquiagem, historicamente associada ao feminino, bastante elaborada, com olhos bem marcados por sombras, lápis, delineador e/ou rímel, lábios ressaltados com batons de cores vivas e/ou *gloss*, brilho labial geralmente preferido pelas travestis mais jovens. Os cosméticos ainda se revelam recursos eficientes para disfarçar eventuais angulosidades atribuídas a feições masculinizadas, além de possibilitar a cobertura de marcas que persistem após a remoção dos pêlos faciais (BENEDETTI: 2005, pp.55-63).

Assim, concebe-se a estética feminina travesti como ênfase, acentuação, daquilo que elas consideram a quintessência das mulheres: a capacidade de

¹³ O ato de remover os pêlos é por elas denominado de “desacuendar o chuchu”. O uso de medicamentos à base de hormônios femininos também é apontado por informantes desta pesquisa como inibidor do crescimento dos pêlos faciais.

notabilizarem-se através sedução, de provocarem fascínio e atração sexual em homens hipermasculinizados (BOZON: 2004b, p.138). A identificação física com o “sexo oposto” é buscada a partir de artifícios que acentuam as características que lhe são culturalmente atribuídas. A imagem é cuidadosamente cultivada para negociar socialmente um gênero que se opõe a rígidas prescrições fundadas na heteronormatividade.

Com o tempo, as transformações se aprofundam, e geralmente por indicação de outras travestis ou orientadas por balconistas de farmácia, começam a tomar medicamentos à base de estrogênio (pílulas contraceptivas e remédios para reposição hormonal em mulheres no climatério). Tal operação, que promove um sensível desenvolvimento das mamas, suaviza as formas corporais e pode comprometer a capacidade erétil (o que implica perda de algumas oportunidades de programas entre as que se prostituem), é considerada o signo por excelência da diferenciação entre travestis e transformistas, *drag queens* e outras caracterizações onde o feminino é uma inscrição epidérmica ou paródia e entretenimento, lúdico e ocasional, não identificação de gênero. A travesti Zaniah aponta:

(...) não é porque vou colocar uma roupa e ser uma travesti não, vestir uma roupa de mulher e ser uma travesti não. Existe uma diferença de travesti, transformista e o *gay*. O homossexual se envolve com pessoas do mesmo sexo, não é isso? Travesti é aquela que se veste de mulher 24 horas por dia, e transformista é aquele que se transforma em mulher somente à noite, durante o dia é homem. Tem gente que não sabe diferenciar, e aí pensa que tudo é travesti, mas não é bem assim.

De acordo com Oliveira (1994, p.45),

No sentido moderno e emergente do termo, travestis são aqueles indivíduos que, diferentemente dos transformistas ampliam os limites da alteração corporal. Modificam os quadris, as nádegas e o rosto através de hormônios e silicone num processo de transformação contínuo e cotidiano, para alcançarem o mais próximo a forma anatômica da mulher. Modelam seus corpos via um exercício permanente e disciplinar de novos gestos e linguagem. Querem contudo conservar a ambivalência, a estranheza que provocam nos outros, principalmente nos homens: a visão de uma mulher bonita de corpo, com peitos, quadris femininos, usando blusas insinuantes e batons de cores chocantes e exibindo um pênis entre as pernas.

A radicalidade da metamorfose se dá com a aplicação de silicone para criar

formas próprias de alguns corpos de mulheres. O silicone mais utilizado é o do tipo industrial, administrado por *bombadeiras* com auxílio de seringas de uso veterinário, de maior calibre para a aplicação do líquido denso que avoluma nádegas, coxas, seios, fabricando corpos exuberantes que tanta admiração e curiosidade atraem. Elas relativizam o risco e a dor¹⁴, pela importância que creditam a tais práticas na construção de suas subjetividades. Algumas das travestis colaboradoras desse trabalho contam sobre o medo que têm de uma aplicação mal-sucedida, que pode ocasionar tanto prejuízos estéticos como complicações graves à saúde. Há delas que apontaram como sonho a mamoplastia de aumento através da aplicação de próteses cirúrgicas¹⁵ - apenas duas delas havia se submetido a esse procedimento, menos doloroso e mais seguro, apesar de bem mais oneroso financeiramente. Para outras, a quebra das angulosidades e o crescimento dos seios proporcionados pelo uso contínuo de estrógenos já proporciona relativa satisfação – embora reconheçam que o hormônio leva tempo para “realçar”¹⁶.

Na experiência travesti, o corpo é o esteio material de transformações que comunicam ao mundo a identidade feminina auto-percebida. Enquanto situação cultural, ele é, ao mesmo tempo, realidade material ínsita e definida em um contexto social e um contínuo processo de reinterpretação de um conjunto histórico de significados que lhe são atribuídos. Isto posto, cumpre questionar a essencialidade do sexo, calcada como evidência biológica. Então, se o sexo “natural” é uma ficção, resta claro que a idéia de naturalidade carece de sentido, posto que se encontra saturado de significados culturais, generificados. Foucault (2009, p.168), a esse respeito, teceu as seguintes considerações:

(...) a noção de “sexo” permitiu agrupar, de acordo com uma unidade artificial, elementos anatômicos, funções biológicas, condutas, sensações e prazeres, e permitiu utilizar essa unidade fictícia como princípio causal, sentido onipresente, um segredo a descobrir em toda parte: o sexo pôde, portanto, funcionar como significante único e significado universal.

¹⁴ Referenciada por Electra e Nashira como “a dor da beleza”, expressão compartilhada por informantes de diversos trabalhos acadêmicos que referenciam a construção do corpo travesti (PERES: 2005; PELÚCIO: 2007, p.258).

¹⁵ A matéria-prima das próteses geralmente é gel coesivo de silicone (que possui uma maior resistência e mínimas possibilidades de rejeição pelo corpo), mas as travestis em geral parecem reservar o termo “silicone” para designar o líquido industrial, e “prótese” para o silicone cirúrgico.

¹⁶ Produzir alterações físicas visíveis - neste caso, em relação à aplicação de silicone, na qual o resultado é imediato.

Uma perspectiva binária de coerência entre sexo e gênero ocorre dentro de um contexto político e de relações de poder que estabelecem uma assimetria e uma hierarquia entre os pólos diametralmente opostos *masculino* x *feminino*. Reinterpretar as normas postas sobre tal configuração sexo-gênero é, segundo Butler (1987), modo de politização da vida pessoal.

Ao designar diferenças sexuais, estas são criadas, tendo por característica principal o vínculo com a reprodução, pelo que se produz o mecanismo da compulsoriedade da heterossexualidade. Para Lamas (2000, p.24),

Tentar esclarecer os processos psíquicos e culturais mediante os quais as pessoas se convertem em homens e mulheres dentro de um esquema que postula a complementaridade dos sexos e a normatividade da heterossexualidade conduz a uma nova definição de nossa compreensão da liberdade

A heterossexualidade é posição política hegemônica imposta como fato natural, uma necessidade ontológica colocada como imprescindível à inteligibilidade dos corpos e condição prévia da identidade humana – não se trata apenas de exclusão política e social; em um sistema de legitimação que faz da “essência humana” a fonte da igualdade de direitos, o não-reconhecimento dos direitos daqueles que fogem aos ditames da heterossexualidade cogente faz pesar sobre eles uma suspeita sobre sua plena e inteira humanidade, e tende a associar à sua inferioridade social uma inferioridade antropológica (DORLIN, 2008, pp.151-152). Bento (2008, p.128), com bastante clareza e acuidade, observa que:

A possibilidade de se reivindicar direitos humanos se restringe a um grupo muito reduzido de sujeitos que têm atributos que os lançam no topo da hierarquia: são heterossexuais, brancos, homens masculinos, membros da elite econômica/intelectual/política. O afastamento desses pontos qualificadores de humanidade reduz a capacidade de o sujeito entrar na esfera dos direitos e de reivindicá-los. Os direitos humanos se transformam, nesse processo, num arco-íris: lindo de se ver, impossível de se alcançar. As normas de gênero só conferem inteligibilidade, ou seja, vida, àqueles seres que estão alocados em gêneros apropriados aos corpos sexuados.

Distinções anatômicas baseadas no sexo são analisadas de forma isolada do restante do corpo, e valoradas socialmente enquanto determinantes de destinos, e mesmo como requisitos de humanidade. De acordo com Le Breton (2008, p.223)

Essa visão de mundo que isola o corpo e suspende o homem como uma hipótese secundária e decerto negligenciável, hoje depara com uma resistência social e um questionamento ético generalizado. Se o homem só existe por meio das formas corporais que o colocam no mundo, qualquer modificação de sua forma provoca outra definição de sua humanidade. Se as fronteiras do homem são traçadas pela forma que o compõe, tirar dele ou nele acrescentar outros componentes metamorfoseia a sua identidade pessoal e as referências que lhe dizem respeito diante dos outros.

Apesar da almejada semelhança física, travestis não desejam ser mulheres; tampouco se reconhecem como homens. Enquanto alguns caracteres ditos femininos são valorizados, outros são vistos com desdém ou desprezo – como subordinação aos homens, recato, o descaso com cuidados estéticos, especialmente quando sucede à maternidade. A própria idéia de ter filhos não parece seduzi-las¹⁷, conforme se depreende dos trechos de entrevistas transcritos adiante:

(...) quero ter meu **marido**, quero construir uma **família**, quero ter meu marido, queria ter meu **companheiro fixo**, assim, uma coisa que fosse **duradoura**, né? **Filhos, não pretendo**. Porque eu sou de acordo que um filho, eu como fui filho de uma mãe que é heterossexual, eu não sou contra casais homossexuais terem filhos, mas eu não pretendo porque eu **fui muito feliz na parte da minha infância porque eu tive uma mãe heterossexual**. Então, a **figura paterna** e a **figura materna** foram essenciais para a construção do meu **caráter**. Não quer dizer que porque eu sou travesti foi porque o exemplo que eu tive dentro de casa foi uma porcaria, ou foi uma, uma, uma vergonha. Não. **Tive exemplos**. Tive uma figura materna, tive um homem e uma mulher como genitores, aquilo ali me ajudou muito. Ser travesti é outra coisa, é uma questão de genética. Então, eu acho assim que pra uma criança é **essencial** a figura de uma mãe e de um pai, de um homem e de uma mulher, mas, deixo bem claro, eu não sou contra, eu seria a última pessoa de ter preconceito, eu **não sou contra de um casal homossexual**, seja dois *gays*, ou duas lésbicas, **haverem filhos**, ou **adotarem** filho. (Alya, 26 anos)

(...) **quero ter meu companheiro** junto comigo, eu e ele crescendo junto, tá entendendo? **Sem adotar filhos, que não precisa** e, no mínimo, **um cachorrinho na minha própria casa**, sendo minha e pronto, minha meta de vida é essa, é ser feliz, é o que eu mais quero. (Meissa, 30 anos)

Também atribuem às mulheres a debilidade física, romantismo pudico, falta

¹⁷ Apenas uma das informantes relatou que sonha em adotar uma criança, e uma delas tem dois filhos adotivos.

de iniciativa, interesse e criatividade nos jogos sexuais. A *trans* Nashira comenta:

Eu costumo dizer que talvez a **vida de alguns heteros**, não tô dizendo todos, que eu não posso falar por uma grande maioria, mas eu tenho observado, eu acho muito **monótona**, eu acho uma vida, principalmente **sexualmente**, eu acho uma vida muito **fechada**, muito **reprimida**, essa é a diferença da homossexualidade, porque as pessoas que vivem a homossexualidade, elas não têm **receio de viver** isso, elas não têm **receio de amar**, de serem amadas, elas não têm receio de **começar uma relação**, se não dá certo, **terminar**, começar outra, de **trocar de parceiro**, assim, de três em três meses, de três em três dias, (...) essa é a diferença, que os heteros se apegam muito em uma **afetividade** que muitas vezes **não existe**, existe só de um lado, do outro não existe, e têm **medo** de romper com esse relacionamento. Nós, não, nós somos mais **abertos** pra isso, por isso que eu acho que eu não sei se um dia eu queria viver uma vida heterossexual. Eu acho que a minha vida tá muito boa dessa forma, porque abre **um leque de prazeres**, e **situações prazerosas**, que os heteros, eu acho que eles não têm isso, eu acho que **eles não vivem essa sexualidade plenamente**.

Os atributos ditos masculinos que sempre evocam são a liberdade de praticar sexo e escolher seus parceiros, a coragem, “fazer-se respeitar fisicamente através da força” (BOZON, 2004b, p.139) - em situações de perigo, não hesitam em despertar o “rapaz” que carregam “adormecido” dentro de si¹⁸. Também houve menção à honra da palavra dada, sintetizada na expressão “palavra de homem”, e ainda a referência masculina como um ponto de contato com uma natureza originária, de modo que a redesignação sexual almejada por algumas passa a ser encarada com castração, abdicação do prazer sexual, uma afronta às leis divinas - de acordo com a colaboradora Meissa,

(...) ser mulher pra mim é isso, é ter o **pensamento feminino**, não esquecendo da **identidade masculina** porque, **de vez em quando, a gente precisa usar ela**. É como a mulher, também tem o seu lado masculino, mas ela **não precisa estar com ele tão aflorado**. O travesti, não, ele é uma mulher, ele é **sensível**, ele tem o pensamento feminino, mas ele **não pode esquecer que ele é um homem** e vai ter **circunstâncias da vida** que ele vai ter que agir como tal, principalmente, quando ele diz assim “**eu tenho palavra de homem**”. Então, isso entra a questão masculina, a questão machista e, então, **a gente não pode perder essa referência**. Eu acredito muito nisso, que a gente **tem que ser travesti**, sim, porque gosta, porque é feliz, porque tem vontade, mas pensar no pensamento da mulher, ter um diálogo, bater a mesma consciência com a mulher, não esquecendo que somos homens. Somos homens e temos **coração de homem**, temos o **sangue de homem**. Eu acredito muito nisso, como **Rogéria**, Rogéria é meu

¹⁸ Em nota de rodapé, Silva (2007, p.171) explica, através de exemplos, o que ele denomina de “idéia de um homem subjacente, sacável, que aflora”.

ídolo. Rogéria é travesti porque ela é linda, ela é maravilhosa, mas ela não perde a referência masculina, ao contrário de **Roberta Close**, que a primeira coisa que ela fez foi **castrar o seu próprio membro** [pênis]. Então, na verdade, ela **não aceita a homossexualidade dela**, ela quer ser mulher, ela quer **driblar a natureza**, isso não, eu não acho certo. Pra mim, ser mulher é isso, é viver como uma mulher, tendo a certeza de que não, **jamais, vai ser uma**, é um homem.

A respeito da cirurgia de transexualização [neovulvosopia ou redesignação MtF (BENTO, 2006)], Zaniah, informante, diz:

(...) tem a transexual, que é justamente quem faz a cirurgia, que é já **cirurgiada ou então quem tem na mente** - que é um pensamento que a pessoa tem na mente: **“eu sou mulher”**, e acabou-se, **não consegue ter ereção** de jeito nenhum, é totalmente feminina, essa é... eu não, eu não sou transexual, sou travesti, (...) transexual é uma coisa, travesti é outra, por isso que **eu sou diferente** também, porque eu sou travesti, eu não sou transexual, não.

A travesti Maia aponta: “(...) com o passar do tempo, elas [travestis] colocam uma prótese, fazem plástica, tem delas até que faz cirurgia de sexo. Aí é onde começa, tudo depende da sua cabeça, tem que ter certeza do que você quer, (...)”. Apenas uma das colaboradoras da pesquisa, Alya, mencionou o desejo de realizá-la. Para qualificá-la como transexual, os protocolos médicos exigiriam um discurso de aversão ao próprio pênis e à atividade sexual de penetração, preferencialmente uma postura assexuada e uma certa misantropia na fase pré-operatória. Entretanto, ela se identifica como travesti. Assim como a distinção homem/mulher, a diferenciação travesti/transexual é borrada pelas vivências e experiências. A respeito dos papéis assumidos em relações sexuais, ela relata:

Eu queria ser só passiva. Mas eu já tive namorados que eu amei, que a gente durou, que teve uma relação boa, gostosa, mas que foi ambos, eu passivo, eu ativo, e também com 25 anos **eu descobri que essa coisa de ativo, de passivo, isso não é uma lei**, (...) é uma coisa assim que, se tá bom pros dois, se tá bem pro casal, se rola ali, os dois tão de acordo, não causa nenhum trauma. Pra mim, tá ok, tá tudo bem, vale, entendeu? Se pra meu namorado tá bom daquele jeito, se pra mim tá também bom daquele jeito, se não vai causar trauma em nenhum dos dois, tá ótimo. **Não importa a forma de amar, o importante pra mim é amar**, é isso.

Kulick (2008b) relata que muitas travestis enfatizam a masculinidade para

desqualificar moralmente homens que se deixam penetrar por elas, para extorqui-los ou cominar sanção por ofensas sofridas. A maioria das informantes dessa pesquisa relatou lidar com naturalidade com a negociação das práticas sexuais. Para a entrevistada Nashira,

Por uma questão (...) de viver bem na sociedade, nós criamos esses mitos, que homossexuais são pessoas impotentes, que não têm ereção, que não têm orgasmo, que só praticam sexo anal, isso não é verdadeiro. Isso hoje já caiu, as pessoas estão mais abertas, existe televisão, existe internet, um monte de meios em que as pessoas vão conversando, e a gente vai discutindo isso em seminários, em congressos. Eu hoje tenho a clareza (...) de falar disso abertamente, eu não sou uma pessoa que tem relação sexual só ativa ou só passiva, depende de com quem eu estou, depende do prazer que aquela pessoa vai me proporcionar, depende da relação que eu estou tendo. Se uma pessoa quer uma relação apenas passiva, aquela relação de homem e mulher, ele vai ter essa relação. Se é o inverso, essa relação também vai acontecer, porque eu não sou uma pessoa doente, eu não sou uma pessoa impotente, eu sou uma pessoa que sei que a minha sexualidade, ela é igual à de qualquer outra pessoa hetero, o que diferencia é a minha orientação, pra quem eu destino o meu desejo, e o meu desejo sempre foi direcionado pra homens. Eu sou uma pessoa muito bem resolvida, e uma coisa que eu posso dizer é que, mesmo tendo relações como ativa e passiva, uma coisa que eu nunca tive foi relação com mulher.

Embora muitas manifestem suas preferências por “fazer papel de mulher”, relatam que não vêem problemas se o parceiro quiser ser passivo (penetrado). Cinco delas mencionam que não cogitam a possibilidade de serem ativas na relação sexual, e apenas quatro estabeleceram a divisão verificada em etnografias sobre a prostituição travesti (BENEDETTI: 2005, p.120; KULICK: 2008a, p.140; PELÚCIO: 2007b, p.80): na rua, o cliente estabelece as práticas e paga por elas, podendo ser ativo ou passivo; com o namorado, só admite ser penetrada, nunca penetrar. Consoante relato de Syrma,

Depende do que o cliente quer. Olha, eu, por dinheiro, topo tudo, eu faço tudo. Eu só não saio com casal. Mas tem muita amiga minha que sai com casal. Eu não curto mulher, não, eu só gosto de homem. Mas, de 10 homens com quem saio, pra 9 eu sou ativa, e só com 1 eu sou passiva. (...) com meu marido, eu só sou passiva. Ele é ativo comigo. Mas quando, nos programas, eu saio com as *mariconas*¹⁹, é só pra gente ser ativo com eles. Eu estive até comentando com [outra travesti] aqui hoje, “eu só sou passiva com meu marido”, e ela disse “é assim mesmo. As *mariconas* não querem ser mais ativas com a gente não, a gente é que tem que ser ativo com eles”.

¹⁹ Cliente de programa que tem trejeitos masculinos, mas que muitas vezes é passivo no sexo. (PELÚCIO: 2007b, p.311)

Assim, a identidade travesti apresenta-se ambígua em suas performances de gênero, em uma combinação estratégica de elementos culturalmente associados a homens e mulheres. Consciente ou inconscientemente, as travestis embaralham as representações hegemônicas do feminino e do masculino, desempenhando os papéis socialmente prescritos para um e outro gênero de acordo com suas necessidades e conveniências.

3 – FAMÍLIA, ESCOLA, MERCADO DE TRABALHO – HÁ LUGAR PARA AS TRAVESTIS?

Idealizada como ponto de fuga dos problemas cotidianos, ligada à idéia de segurança, apoio, afeto e amparo emocional, a família pode não ser tão afável quando um de seus entes esboça orientação sexual e identidade de gênero díspares das culturalmente impostas em razão de seus caracteres corporais. Em lugar de proteção, o lar pode ser para travestis um lugar de repressão e violência. Poucas famílias dão conta de administrar os conflitos que surgem quando um de seus membros esboça uma orientação sexual e de gênero divergente das estabelecidas pelos ditames da heterossexualidade compulsória.

A escola, por sua vez, em geral também se limita a reproduzir o preconceito existente na sociedade, quando professores reprimem em homossexuais, travestis e transexuais comportamentos considerados inadequados ao gênero masculino, quando silenciam diante das perseguições sofridas por essas pessoas e quando se omitem na tarefa de promover o diálogo e o respeito às diferenças, razões pelas quais muitos abandonam a escola, experimentando vulnerabilidades que os põem à margem do processo produtivo e do mercado de trabalho.

No decorrer desse capítulo, será exposta a confluência desses fatores de exclusão acima elencados, que faz com que às travestis não sejam conferidas oportunidades para preenchimento de vagas de emprego formal e, por outro lado, faz com que não sejam reconhecidas como legítimas as atividades por elas exercidas de modo não-formal.

3.1 – Nem sempre tão doce lar – afetos e conflitos no ambiente doméstico

Travestis começam a vivenciar a exclusão muito cedo na vida. As colaboradoras desta pesquisa, quando instadas a descrever suas primeiras lembranças sobre suas identidades de gênero, evocam a infância e o apego a roupas, brinquedos e atividades consideradas “coisas de meninas” – em geral,

ligadas à esfera doméstica. Saias, vestidos, saltos, colares pertencentes em geral à mãe ou às irmãs, são experimentados às escondidas, provocando-lhes um misto de medo e fascínio. O comportamento “estranho” do “menino” vira alvo de comentários na vizinhança e, quando chegam ao conhecimento dos pais, muitas vezes despertam neles sentimentos de negação, confusão e, não raro, provocam atitudes de repressão. Também é comum que as travestis relatem desejos eróticos, brincadeiras e iniciações sexuais bastante precoces, pelo que algumas famílias recorrem a castigos físicos, humilhações e muitas expulsam filhos considerados “efeminados” de casa. Meissa, informante desta pesquisa, relata que é mais fácil enfrentar a discriminação e a violência na rua do que dentro de casa:

Me sentia muito [discriminada] pela minha família, os meus **piores inimigos**, os meus piores momentos, as **maiores violências** que um ser humano pode passar, um travesti pode passar na rua, eu encontrei **dentro de casa**. Na rua eu não encontrei isso porque eu sempre soube **driblar esse problema**. Eu já tive pessoas na família, pessoas **já tentaram me matar dentro de casa**, do meu **próprio sangue** tentou fazer isso comigo, pessoas da minha própria família. Lá fora, eu nunca... A gente, assim, tá uma turma numa festa, aí aparece um grupinho de caras que ficam brincando, tirando onda, **a gente sabe tirar isso de letra**, mas **na família a gente não consegue**. Então, os meus piores inimigos, meus piores problemas que eu passei na minha vida foi dentro da minha própria casa. Hoje mais não, mas no passado sofri um bocado. **Em nada fez eu me tornar uma pessoa dura**, me fez tornar uma pessoa dinâmica e acreditar que tudo pode mudar como hoje mudou. Hoje, as pessoas que me fizeram mal são pessoas que **precisam de mim**, são pessoas que estão ali, necessitadas de mim e isso me deixa, não satisfeita, mas me deixa consciente de que **Deus existe e que ele não é contra os travestis**.

A idéia de privacidade do ambiente doméstico reforça a impunidade de práticas violentas que ocorrem no interior do lar, pelo que Carbonnier (1998: p.26) o classifica como um local onde a incidência das leis é abrandada – o “espaço de não-direito” por excelência:

(...) ainda hoje, nossas casas são nossas fortalezas; e embora o direito possa penetrá-las, às vezes, através de buscas e apreensões legais, a pressão jurídica ali é infinitamente menos pesada que nas ruas ou lugares públicos. Um outro traço de não-direito no nosso Direito: na medida em que a lei penal faz da publicidade um elemento constitutivo de certas infrações, ela confessa, *a contrario* que, para o setor jurídico considerado, os esconderijos são lugares de não-direito.

Embora sua análise seja fundada no Direito francês, a garantia de inviolabilidade do domicílio é consagrada como fundamental, nos termos do art. 5º, XI da Constituição Federal brasileira, mas no próprio dispositivo constam exceções que se destinam à efetivação do cumprimento de ordem judicial no período diurno e à proteção de bens juridicamente mais relevantes, como a integridade física, e, sobretudo, a vida das pessoas que nele se encontram. Após a promulgação da Carta Magna, os sistemas de proteção à infância (consubstanciado na Lei 8.069/1990) e de combate à violência doméstica (materializado na Lei 11.340/2006) também se colocam como exemplos dessa relatividade. Segundo Susan Okin (2008, p. 322),

A natureza patriarcal das noções liberais de privacidade doméstica tem sido significativamente desafiada pela defesa crescente, feita por feministas e defensoras dos direitos das crianças, no sentido de que os indivíduos, no interior das famílias, tenham direitos à privacidade que muitas vezes precisam ser protegidos da própria unidade familiar.

Orientação sexual e identidade de gênero, apesar de serem expressões individuais da personalidade, quando contrariam a ordem heteronormativa, na qual a complementaridade procriativa entre os sexos é vista como padrão de normalidade, ganham visibilidade, e de assuntos íntimos e personalíssimos passam a ser alvo de conversas de familiares que se sentem absolutamente à vontade para opinar, debochar, interferir, buscar mudar por meio de agressões físicas e/ou morais, amparados pela ilusão de que estão educando para “corrigir um desvio”, exercendo de forma legítima a tarefa de disciplinar comportamentos que se atribui à responsabilidade dos pais. O íntimo e o privado se confundem, então. A crítica feminista evidenciou a necessidade de mitigar essa impenetrabilidade para coibir a impunidade das violências praticadas no interior das residências. De acordo com Loretoni (2006, pp.500-501),

Em relação a essa estruturação/separação [entre público e privado], o direito durante muito tempo ou escolheu não intervir, deixando o âmbito da família considerada como espaço separado, fora do controle jurídico, ou interveio para consolidar e legitimar o modelo patriarcal. Em ambas as estratégias, o espaço do “patriarcado” conservou-se como uma espécie de “estado de natureza” dentro do mais amplo “estado civil”. Sob esse enfoque é preciso entender o próprio *slogan* feminista dos anos 1970: ao afirmar que

“o pessoal é político” entendia-se exatamente evidenciar aquela série de relações internas à família tradicionalmente impedidas à visão pública, e que graças à impermeabilidade produzida por essa separação puderam ser mantidas intactas. No decorrer de séculos nos quais ocorreram mudanças radicais no cenário político, a estrutura de poder entre os gêneros no interior da família permaneceu quase inalterada. Poder tornar público esse mundo escondido, confinado às margens do cenário político e do discurso jurídico, significou fazer emergir a natureza coletiva da experiência familiar das mulheres e determinou a partilha - no sentido literal de colocar em comum - daquela condição. Tornar público o privado significou então permitir que, na esfera doméstica, encontrasse cidadania aquela dimensão da escolha livre e responsável que parecia, ao contrário, exclusiva da esfera pública.

Na medida em que isola sujeitos e silencia eventuais agressões por eles sofridas, gerando assim desigualdade e marginalização, a noção clássica de privacidade evidencia seu caráter político e a historicidade de uma forma de configuração grupal que é apresentada como natural. De acordo com Rabenhorst (2009),

A crítica à separação público/privado tem enorme relevância para o direito. Afinal, tal separação aparece como uma espécie de pano de fundo jamais explicitado de muitas das categorias legais e doutrinárias do direito. No mais, ela permite compreender o desinteresse das teorias da justiça sobre a família como núcleo primário de agregação e convivência, como também das relações de poder. Neste sentido, no discurso jurídico dominante a família é vista como natural e legítima, devendo ser preservada das intervenções estatais.

Mesmo que a Constituição garanta, e que o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº. 8.069/90) regulamente a proteção legal da vida e da integridade física e moral de crianças e adolescentes, a frequência com que são comunicadas agressões em virtude da orientação sexual é baixa. Por um lado, a representação por meio dos responsáveis legais resta prejudicada pelo interesse contrário (uma vez que crianças e adolescentes não podem deduzir de forma autônoma suas pretensões em juízo); por outro, há um desconhecimento sobre órgãos de proteção e defesa de direitos, ou desconfiança em relação à atuação destes, fundada no receio de sofrerem mais preconceitos ou de serem apontadas como provocadoras das agressões sofridas.

Uma questão interessante atravessa muitos dos depoimentos coletados: apesar da família muitas vezes recriminar e, por vezes, até praticar atos de violência e intimidação, agredir física e/ou moralmente, às vezes mesmo expulsar de casa,

muitas das travestis entrevistadas são bastante apegadas às suas famílias, e têm um vínculo muito forte com elas, especialmente com as mães, com quem elas estabelecem uma referência positiva de maternagem e cuidado – em muitos casos, são elas que mediam conflitos com os outros membros da família e a travesti, mesmo que, no mais das vezes, estejam relutantes, chocadas, confusas, e torcendo para que a identidade de gênero assumida pelo “filho” – agora filha - não passe de uma doença curável, fase, “coisa de criança” ou “rebeldia de adolescente”; talvez por isso, muitas travestis sonham ganhar bastante dinheiro, não apenas para satisfação das próprias necessidades e ambições, mas para ajudar financeiramente a família, provendo conforto e até bancando alguns luxos, especialmente das mães. Vega, que na adolescência apanhava dos irmãos devido ao comportamento efeminado e às primeiras “montagens”, e que conta de forma bastante sutil ter sido sexualmente assediada pelo marido da mãe – “(...) pra o meu padrasto não me ver com outros olhos, né? Eu falava pra minha mãe, só que ela não acreditava. Aí, eu saí [de casa] por causa que eu não queria acabar o casamento dela, tu tá entendendo?” – revela seu mais acalentado sonho:

(...) eu vim de uma **família muito pobre**... Quero dar pra eles **o que eles nunca tiveram: conforto**, um belo **plano de saúde**, é isso. Apesar de tudo o que eu passei, eu tenho um grande sonho, que é o de dar pra minha família, **pra todos eles**, o que eles nunca tiveram.

Electra, no mesmo sentido, diz: “Eu queria ter muito dinheiro, pra fazer muitas vontades de minha mãe. Conforto, luxo, porque eu acho que mãe é tudo, né?”. Alifa diz que “Se eu tiver outra oportunidade, pode ser até que eu queira sair do meu trabalho, pra mim trabalhar melhor, ganhar melhor, ajudar minha avó.” Também Diphda tenciona poder “dar do bom e do melhor” à mãe. Há delas que, depois de obterem alguns ganhos materiais, levam a família para morarem consigo, e/ou se dispõem a sustentá-la. Uma leitura possível destas aspirações e atitudes é a de que elas se pretendem uma forma de obter acolhimento – ou de demonstrar gratidão pelo já conquistado reconhecimento e aceitação da travestilidade - e angariar afeto (PELÚCIO: 2005b, p. 30).

3.2 – Escola – a difícil equação entre igualdade e diferença

Paralelamente aos conflitos que ocorrem no lar, a escola, primeira instância de educação formal e foro de controle social sobre os corpos e seus impulsos, via de regra também reflete o senso comum em práticas discriminatórias por ação ou omissão. Travestis que tiveram acesso a esse ambiente costumam discorrer sobre a hostilidade que ali sentiam, expressa em insultos nos quais resta patente a misoginia e repúdio a práticas, trejeitos e performances atribuídas ao gênero feminino com o qual se identificam as travestis. Conforme observa Santos (2008, p.78):

É através dos jogos sociais, e na dinâmica de sua interação com outros atores como pai, mãe, colegas, professores, vizinhos, parentes, etc., que o menino aprende que ser homem é ser diferente da mulher e, sendo diferente, a desejá-la. Em outras palavras, que é necessário desvincular-se do modelo feminino em si. Assim a mulher torna-se o centro da rejeição, transforma-se num inimigo interior que deve ser combatido sob pena de, ao ser associado a uma mulherzinha, ser mal tratado. Portanto o menino assimila que há uma necessidade masculina interior de se distinguir dos fracos, das mulherzinhas e dos “veados”, ou seja, daqueles que são considerados como não-homens. E assim também vai aprendendo a desejar o não homem, o feminino. Em outras palavras, ele subjetiva que desejar sexualmente o feminino é o correto, mas que deve rejeitá-lo em seu próprio corpo.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica, propugna-se a orientação sexual como tema transversal a permear o currículo de todas as disciplinas em que se possa pôr tal assunto em discussão. Apesar de constituir uma diretriz política já há bastante tempo proposta, ainda é notória a dificuldade dos educadores em lidar com o tema. Tais dificuldades se intensificam quando a escola é confrontada com a diversidade sexual. Perplexidades, preconceitos, tabus e proscricões costumam dar a tônica do tratamento da questão. Em geral, uma discussão mais aberta é conduzida por educadores “simpáticos” ao tema ou assumidamente LGBT, cujo conhecimento e consciência se desenvolvem dentro dos movimentos sociais que lutam por dignidade e respeito para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. A presença de estudantes não-heterorientados, a curiosidade e o tratamento discriminatório que costumam experimentar neste espaço, a imperiosidade da harmonização do convívio com as diferenças e a necessidade de garantir a permanência deles através do respeito às suas identidades demonstram a urgência de abordar tais questões no cotidiano escolar.

De acordo com o educador e ativista Jesus (2006),

Para os alunos GLBTs a escola é sempre um ambiente hostil. Há risos provocados por piadas, agressões físicas e verbais. Eles têm uma visibilidade não almejada. São sempre apontados de maneira negativa por conta de sua orientação sexual e identidade de gênero. A homofobia dentro da escola não deve ser banalizada, precisa ser encarada como uma reprodução, no microuniverso da escola, da violência que se encontra na sociedade como um todo. Quando se trata de discutir a sexualidade com o/a adolescente, o educador não deveria, por exemplo, partir do pressuposto de que toda a classe é heterossexual. Se um jovem sair de uma escola achando que negros, índios, nordestinos, mulheres ou os homossexuais são categorias inferiores, pouco importa que ele saiba gramática, álgebra ou alguma língua estrangeira. A escola terá falhado drasticamente porque os professores – em seu conjunto – não puderam intervir ao longo do curso, por não considerarem isso prioritário.

Muitas crianças ainda sem consciência da própria sexualidade ou da de outrem, apresentam atitudes claramente preconceituosas na escola, em geral repetindo o discurso de adultos que sobre elas exercem influência. Diante disso, a escola pode coibir tais atitudes discriminatórias ou reforçá-las – e a observação da realidade cotidiana aponta para o segundo caminho. Sutil ou explicitamente, professores e gestores buscam socializar o *desviante* entre meninos, o que acirra tensões e corrobora sentimentos de inadequação, de estranheza, de não-pertencimento, bem como incita à prática do que hoje se conhece por *bullying*²⁰, o que provoca alto grau de evasão²¹, resultando em baixos índices de escolarização, e, conseqüentemente, de inserção no mercado de trabalho formal.

A relação escola-família deve, no lugar de constituir uma parceria de recrudescimento da opressão, possibilitar a compreensão, a tolerância, o respeito e a valorização da diversidade (MELLO NETO e AGNOLETI: 2008, p.60). Por outro lado, o grande período de permanência na escola amplia as possibilidades relacionais e afetivas, não podendo a instituição se eximir ante a relevância da abordagem dessas questões, representando um lócus privilegiado para o debate.

Travestis devem encontrar na escola um espaço seguro para

²⁰ Por *bullying* entende-se a prática de violência deliberada e contumaz, que pode se dar por meio de agressão imotivada, física e/ou psicológica, dentro de uma relação desigual de poder, dirigida por um indivíduo ou grupo para intimidar seu(s) opositor(es) dentro do ambiente escolar (OLWEUS, 1993).

²¹ Bento (2008, p.129) prefere denominar *expulsão*, já que esse processo ocorre à revelia da vontade do indivíduo, decorrendo da generalizada incapacidade das instituições escolares de promoverem a harmonização do convívio com as diferenças.

desenvolvimento de suas potencialidades e uma formação que lhes permita escolher seus caminhos profissionais, e não terem suas escolhas condicionadas por uma escolaridade precária derivada do preconceito sofrido.

Abordar a diversidade sexual e de gênero no ambiente escolar não é das tarefas mais fáceis; requer boa vontade, coragem, e, muitas vezes, um esforço individual (e, por que não dizer, solitário) para a busca do conhecimento a ser compartilhado, de modo que o educador possa fornecer informações seguras, confiáveis, não discriminatórias e com uma base científica consistente para promover um debate esclarecedor e mitigador do preconceito e da segregação. Para tanto, é necessário que promovam um árduo trabalho de desconstrução de mitos, não só junto aos estudantes, mas também por seus responsáveis, e que tenham o apoio de gestores comprometidos com a promoção da cidadania e respeito para todos os alunos, independentemente da orientação sexual que apresentem.

3.3 – Trabalho e emprego para as travestis - do estigma à realização pessoal e profissional

A clássica divisão de trabalho normalmente se funda no gênero - tradicionalmente, a mulher deve ficar em casa, enquanto ao homem compete a tarefa de provedor, nem que para isso seja necessário se submeter a riscos (PISCITELLI, 2005). Tal visão, além de passar ao largo de novas configurações do modelo de família, também tende a desconsiderar a emergência de novos atores sociais, cujo aspecto político-identitário reivindica um reconhecimento específico - não leva em conta a orientação sexual, senão o sexo genético, ao qual atribui uma identidade de gênero “coerente”. Em muitos contextos, travestis são tidas como homens, embora exerçam e almejem atividades culturalmente tidas como femininas, e sejam tratadas com mais rigor e violência do que mulheres normalmente experimentam.

A discriminação em virtude da identidade de gênero pode ser apontada como causa provável do baixo número de contratações de travestis. Peres (2005, p.30) pontua que “Devido as características estéticas das travestis e o preconceito da

sociedade, torna-se difícil às mesmas conseguirem empregos para cuidar de suas subsistências, restando na maioria das vezes a prostituição como forma de sobrevivência.” Oliveira (1994, pp.122-123) comenta:

Muitos afirmam que, devido a suas aparências já efeminadas, as oportunidades de trabalho são menores porque a sociedade ainda tem preconceito contra bichas. “Mas o problema desemprego para nós é fogo. Por isso muitos vão fazer vida. Cachê de teatro, boate, essas coisas são uma vergonha”. O que este travesti parece indicar com seu discurso é que o travestismo, a inversão, antecedem a prostituição. Neste caso, ela não aparece como escolha, mas como imposição social, imposição a um determinado tipo de trabalho que os coloca inevitavelmente na marginalidade. O fato da inversão de sua imagem não ser aceita em outros ambientes de trabalho, haja visto ser raro encontrar um travesti trabalhando como *office-boy* ou operário, ou mesmo em repartições [sic] públicas, tornam suas figuras indissociadas da prostituição masculina.

Conforme observação de Pelúcio (2007b, p.150),

Os que as coloca em permanente “risco” (...) é (...) a dor do estigma que as expulsa de casa, fecha a porta da escola e, conseqüentemente, restringe as possibilidades no mercado de trabalho. Essa constante abjeção restringe suas vidas ao competitivo mercado do sexo, à noite e às esquinas.

O caminho que aponta para a fuga da opressão do ambiente doméstico é a rua, ícone da almejada liberdade, da independência que lhes permite vivenciarem seus prazeres, além do contato com outras travestis, o que geralmente inspira o início do processo de transformação. A esse respeito, Benedetti (2005, p.102) narra:

Não raro, estas histórias [de abandono/expulsão do lar] são acompanhadas de muitas aventuras na rua, como dormir ao relento, mendigar, brigas, violência, embates com a polícia, descoberta de novos espaços e práticas, etc. Ainda que seja um momento de reconhecimento dos muitos perigos e riscos que cercam este grupo, este movimento (o de estar na rua) traz uma liberdade antes não desfrutada, o que lhes permite que entrem em contato e passem a conviver com outras travestis, ou outras pessoas na mesma condição que a sua.

Mesmo o perigo da rua seduz, posto que o enfrentamento evidencia coragem, e propicia a aquisição de uma experiência necessária à sobrevivência. Kulick (2008a, p.201) observa que:

O único contexto em que as pessoas podem expressar alguma admiração pelas travestis é a rua, a prostituição. [...] Isso não quer dizer, é claro, que a prostituição nunca seja degradante. Trabalhando nas margens de ruas e avenidas à noite, as travestis estão expostas aos comentários ultrajantes de motoristas e são alvo da violência de pessoas que atiram objetos nelas – pedras, guimbas de cigarro e até garrafas. É também na “pista” que elas são vítimas da violência policial. [...] Porém, ao contrário dos outros contextos sociais em que tal menosprezo destrutivo é tudo o que as travestis recebem das pessoas, “a pista” constitui um contexto em que elas também recebem elogios, reconhecimento, convites amorosos e, não menos importante, recompensa financeira pelo fato de ‘serem travestis’. Portanto, o mercado sexual é praticamente o único contexto em que podem desenvolver autoconfiança e auto-estima. Na sociedade brasileira, qualquer um pode colher recompensas e receber incentivos em diversos contextos sociais e de diferentes modos, pelo fato de ser mulher ou homem, ao passo que as travestis não têm alternativa a não ser “a pista”. Somente ali elas podem transcender o insulto e a violência que experimentam diariamente em qualquer outro lugar.

Interpretar o enveredamento de algumas travestis pela prostituição como falta de opção seria por demais reducionista²². Apesar do forte estigma que pesa sobre tal atividade profissional e sobre a travestilidade, o mercado do sexo avulta como possibilidade concreta, não só de obtenção de renda e sustento, mas de socialização, e expressão de uma sensualidade feminina coerente com as identidades e desejos de travestis. Conforme diz Denebola, colaboradora da pesquisa,

Existe preconceito e tem muitos que vão pra **prostituição**. Aí, lá que se “**feminizam**” mais, porque lá tem mais **influência** dos outros, aí colocar **silicone, hormônio**, se “**travecar**” mesmo, que tem deles que eu tiro o meu chapéu. Tem deles que até me **enganam**, sabia? Eu tenho amigos que, antes de eu conhecer que eles eram **travesti**, eu pensava que eles eram **mulheres**, entendeu?

A rua lhes orienta condutas, práticas e profundas transformações, tanto físicas quanto psicológicas. Fora do ambiente doméstico, são aceitas, estabelecem referências positivas, experimentam a dinâmica dos jogos eróticos, testam seus poderes de conquista, vivenciam situações de prazer e sofrimento que lhes conferem maturidade, são acolhidas, aprendem a se vestir, a ingerir hormônios que lhes arredondam os corpos, a desenvolver cuidados estéticos típicos de

²² Pelúcio (2005a, p.247) enfatiza a importância de que a prostituição seja uma possibilidade de escolha, não um destino inescapável.

mulher, como maquiagem, depilação, tratamento de pele, cabelos, unhas. É na rua que se lhes mostram os caminhos para “se tornarem mulheres”. Isso faz com que muitas travestis não oponham tantas objeções morais, nem apresentem grande rejeição à possibilidade de desempenhar a atividade prostitucional, na medida em que muitas vezes é ela que cria condições de vivência da identidade *trans* de uma forma mais intensa, embora geralmente não a idealizem como forma de realização profissional, proponham-se outras metas e almejem trabalhos menos estigmatizados, vulneráveis, arriscados, mais estáveis e socialmente respeitados. Consoante depoimento da travesti Maia,

Todos os **relacionamentos** que eu tive, eu só me decepcionei. Foram **pessoas que me iludiram**, pessoas que me usaram, pessoas que nunca quiseram nada sério... Aí foi aonde eu pensei, “então, se eles querem me ter, é porque eles têm fantasia” - porque **travesti é uma fantasia**. Todo homem,... quase todo homem tem essa fantasia, de sair com travesti. E **fantasia, quem tem, paga por ela**. Eu acho que **programa** não deixa de ser um outro **trabalho**,... Não deixa de ser uma **profissão**, né? Uma **modelo**, quando ela **desfila**, tá **vendendo** o quê? A **beleza** dela, então, a **garota de programa**, ela **vende o sexo**.

À época da entrevista, Maia tinha projeto de ir para a Europa, de onde já tinha sido deportada, e não trabalhava com prostituição. Atualmente, pretende retornar ao Velho Continente, ainda trabalha como cabeleireira e passou a fazer programas esporadicamente – segundo ela, “unindo o útil ao agradável”, o prazer e o lucro.

Vale destacar que a maior parte das travestis entrevistadas no curso desta pesquisa, mesmo tendo abandonado ou nunca tendo tido experiência na prostituição, têm relações de amizade com travestis que dela vivem, e circulam de maneira desenvolta nos espaços de batalha²³; não observam o distanciamento “asséptico” e o medo da contaminação moral que a maioria das pessoas guarda com quem está inserido no mercado do sexo - mesmo aquelas que nele buscam satisfação para seus desejos o fazem de forma anônima, invisível e envergonhada, com medo de serem descobertas e socialmente reprovadas²⁴. A travesti Alcyone

²³ Em linguagem êmica, “batalhar” significa fazer programa, prostituir-se.

²⁴ Vale lembrar, a título de exemplo, a repercussão midiática do envolvimento de artistas, políticos e atletas famosos com travestis. No caso destes últimos, o fato se tornou motivo de piada e provocação de torcidas adversárias ao time que defendiam, ecoando nos estádios em dias de jogo; no caso dos políticos, é comum que sejam moralmente desqualificados por partidários de oposição, que a opinião pública se volte contra eles, que a baixa popularidade reflita em queda de intenções de

conta que “Tem homem que é casado, sai com a gente debaixo de sete capas, não quer que ninguém veja nem a placa do carro dele. Se pudesse, ele tirava a placa para entrar com a gente no motel!”

Um fato observado é que, mesmo quando exercem a prostituição, esta em geral não é assumida como trabalho, ou pelo menos não declarada como atividade principal, por razões que variam de restrições de ordem moral (declarada por poucas) à falta de regulamentação da atividade prostitutiva. A oferta de serviços sexuais de forma descontínua também não é encarada como trabalho, e algumas revelam manter relações íntimas de forma remunerada ocasionalmente, não enxergando tal prática como prostituição, mas como uma espécie de aventura lucrativa – a contrapartida é metaforizada como “caixinha” – quantia nem sempre expressiva, que elas não pedem, nem estipulam, mas também não recusam – “extra”, entendida como fonte alternativa e complementar de receita, ou “agrado”, expressão bastante comum no Nordeste para designar uma compensação que pode ser feita em dinheiro, favores ou presentes.

Ainda que algumas entrevistas tenham sido realizadas em pontos tradicionais de prostituição travesti em João Pessoa, apenas uma das informantes desse trabalho, Electra, ao ser inquirida sobre o ofício que exercia, afirmou de maneira explícita, com satisfação e orgulho, ser profissional do sexo, não desejando uma outra profissão – em suas exatas palavras, “Eu nasci pra ser puta, vou morrer puta! Eu gosto de fazer os homens felizes (...)”; Alya admitiu diretamente fazer programa, mas diz que a atividade não é para sempre; sente que, quando envelhecer, as possibilidades ficarão mais limitadas, pelo que almeja montar um negócio próprio, ser empresária – possivelmente, uma forma de driblar o preconceito dos empregadores. Syrma disse que faz programas sexuais ocasionalmente, não na rua – ela marca, através da internet²⁵, encontros sexuais remunerados em seu

voto e que experimentem um certo ostracismo no período subsequente à divulgação da notícia. Com os artistas, há uma certa condescendência – em entrevista ao CLAM (CENTRO: 2008), a antropóloga Larissa Pelúcio diz que “Não se conseguiu tirar do ator ou da atriz a suspeita sexual, por isso o grande público perdoa certas coisas. Existe um acordo tácito de que no ambiente da cultura artística certas coisas são permitidas”. Em praticamente todos os casos, o tempo traz a absolvição do esquecimento para os homens envolvidos. Para as travestis, não. Contribuindo com a discriminação, muitos meios de comunicação em massa trabalham de forma significativa para a popularização de uma imagem negativa, seja através da ridicularização da identidade feminina por elas assumida ou pela vinculação delas com atividades marginais e criminosas.

²⁵ Em redes de relacionamento (a exemplo do orkut), sites de bate-papo (*chats*) e programas de comunicação em tempo real (como o *msn*).

apartamento, não por necessidade, mas por prazer. Segundo ela,

Dá satisfação, eu gosto mesmo de fazer. Assim, eu sou uma pessoa, eu faço programa, mas eu comento com minhas amigas, eu escolho meus parceiros. As minhas amigas que são travestis, elas dizem que eles é que têm que escolher a gente. Eu digo que não. Eu trabalho, eu tenho a minha profissão. Não dependo de programa pra viver. Graças a Deus que eu tenho meu trabalho, gosto do que eu faço, tenho minha profissão, entendeu? Amo o que eu faço. Aí faço programa, assim, é como se fosse um *hobby* pra mim. Escolho o parceiro, se ele não dá certo pra mim, se eu não fui com a cara dele, ele pode me dar o dinheiro que for, que eu não quero. Ele pode dizer, “mas vamos, eu lhe dou tanto...”, que eu respondo, “não quero, não gostei de você”. Aí quando vem um boyzinho, e eu gosto, é ótimo, né, eu junto as duas coisas: ele é bonito, é gostoso e ainda vai me pagar!

Gemma, Vega, Thani, Nashira e Adhara declararam terem abandonado o mercado do sexo, pela incompatibilidade de horários com as suas atividades e/ou suas expectativas, ou mesmo pelo sentimento de inadequação à atividade prostitutiva. Bellatrix e Risha discutiram sobre a vontade de sair da prostituição, e não a declararam como atividade quando indagadas sobre a profissão que exerciam. Para a maioria, é como se a prostituição representasse uma atividade transitória, meio, não fim, uma forma legítima de acesso a outras oportunidades – e também a outros prazeres.

Silva aponta que, como realização da experiência ideal, a travesti “ganha seu dinheiro em lugares limpos e sofisticados, em trajes femininos, ou, mais que isso, mantendo a identidade feminina”. (2007, p. 63). Talvez essa seja uma explicação plausível para o fato das entrevistadas se inserirem ou almejem a inserção em ocupações culturalmente associadas ao gênero feminino – cabeleireiras, maquiadoras, cozinheiras, profissionais do sexo, auxiliares de enfermagem, costureiras,... Algumas também mencionam a importância de ter um negócio próprio, para driblar o preconceito de empregadores.

4 – NOTAS PARA UMA CIDADANIA TRAVESTI

A noção de cidadania é apresentada em uma multiplicidade de sentidos e em conjunturas variáveis. De acordo com Neves (1994, p.253), “A cidadania vem se constituindo um dos temas mais freqüentes da retórica política e do discurso das Ciências Sociais no Brasil. A ampliação do debate não implica, porém, univocidade do termo. Ao contrário, quanto mais se fala de cidadania, mais ambígua se torna a expressão”. Ainda nesse mesmo sentido,

Muito se tem discutido sobre o tema [cidadania], nos mais diversos locais, por diferentes atores sociais e por razões distintas, tornando o assunto uma questão cotidiana, beirando o corriqueiro e o banal. Se por um lado observa-se um avanço na socialização da discussão sobre cidadania, percebe-se, por outro, o risco de um esvaziamento de seu sentido original, passando a encará-la como um bem garantido, estático, cuja significação se faz totalizante, prescindindo de análises mais sofisticadas, tal qual um fenômeno natural.

No entanto, devemos reconhecer que o conceito é amplo e abrangente, passível de ser analisado e interpretado em várias dimensões que se entrecruzam em uma malha complexa de significados e entendimentos, principalmente se levarmos em conta que este conceito é forjado historicamente e, portanto, determinado por fatores sócio-culturais. (BRASIL: 2002, p.70)

Se é o contexto que define o significado, ele também o contingencia, e é necessário verificar a relação de pertinência aí estabelecida; se, porém, a atribuição de significado é um processo racional de escolha entre múltiplas possibilidades, – hipótese observada por este trabalho - é preciso analisar os valores que a informam, condicionam e permeiam, os pressupostos políticos e as relações de poder aí imbricadas.

Neste capítulo, serão discutidos alguns conceitos de cidadania, as implicações de um discurso jurídico conservador na manutenção das desigualdades de gênero, as conquistas obtidas pelas travestis após a organização em um movimento próprio, que possibilitou-lhes a inserção nas discussões e formulações de campanhas, políticas e programas a elas voltados, e as suas percepções sobre seus direitos, enfatizando a coletivização das demandas em torno de um projeto político próprio como estratégia de superação da exclusão e do preconceito.

4.1 – O ativismo político como estratégia de empoderamento

A idéia mais difundida de cidadania deita suas raízes na tradição jurídico-política. Em propagandas institucionais da Justiça Eleitoral, ela é freqüentemente associada ao exercício de direitos políticos, notadamente o de votar; também é comum que ela seja relacionada à nacionalidade, residência, trânsito e permanência em certos países. No texto constitucional, esta é elencada entre os fundamentos da República Federativa do Brasil (art. 1º, inciso II). Percebe-se, nessas acepções, a centralidade do Estado para referenciar a cidadania, o que, para Silva (2007, p.23), é problemático, uma vez que

Obstruído por interesses privados, o Estado é, portanto, incapaz de generalizar a legalidade necessária para a construção da cidadania. A conquista e a expansão da cidadania plena dependeriam, para tanto, da construção de uma esfera pública legal capaz de promover uma “integração jurídica generalizada e igualitária do conjunto da população na sociedade”.

A linguagem utilizada pelo Estado para exercer seu poder discursivo de disciplinar os processos sociais, e, não meramente enunciar, mas criar o conceito de cidadania, definindo seu sentido, seu alcance, seus sujeitos (e, por via de consequência, seus não-sujeitos), é o Direito, com sua linguagem de pretensão universal. De acordo com Taylor (1994, pp.37-8),

Com a passagem da honra à dignidade [cabe dizer, do mérito do particular à dignidade de todo o gênero humano], tem lugar uma política de universalismo, ressaltando a igual dignidade de todos os cidadãos, e o conteúdo dessa política foi a equiparação de direitos e prerrogativas. O que deve ser evitado a todo custo é a afirmação da existência de cidadãos de “primeira classe” e cidadãos de “segunda classe”. Naturalmente, as medidas específicas atuais justificadas por este princípio têm sido muito variadas, e, muitas vezes, controversas. Para alguns, a igualdade afetou apenas os direitos civis e os direitos políticos, para outros, ela se estendeu para a esfera socioeconômica. Pessoas que são sistematicamente impedidas pela pobreza de usufruírem ao máximo seus direitos de cidadania são consideradas, nesta perspectiva, terem sido relegadas ao status de segunda classe, necessitando de medidas corretivas através de equiparação. Mas através de todas as diferenças interpretativas, o princípio da igualdade de cidadania passou a ser universalmente aceito. Cada posicionamento, não importa o quão reacionário seja, é hoje defendido sob as cores deste princípio. (Tradução livre)

Embora seja, em tese, aplicável a todos os indivíduos, devendo, pois, refletir-lhes as necessidades e anseios, o Direito muitas vezes se presta a oprimir, ignorar

especificidades, gerar exclusões e assegurar privilégios; concebe a cidadania como dádiva, benesse, favor do ente político estatal, invisibilizando-lhe a dimensão política, a história, o dinamismo e a potencialidade transformadora e emancipatória. Vale lembrar do papel do discurso jurídico na fixação dos padrões de diferença e normalidade do sexo, e atentar para a forma como ele contribui para a criação e manutenção de divisões binárias e hierarquizações de gênero. Conforme sugere Smart (2000, p. 68),

O que desejo sugerir é que o direito é parte do processo de fixação de gênero e que constitui, mais do que o fazem as ciências biológicas, um discurso que insiste na rígida distinção entre macho e fêmea, masculino e feminino. Ao sentir-se mais seguro que a ciência acerca da anatomia biológica, o direito passa a insistir nos atributos que emanam da diferença biológica. Mais ainda, toma o masculino como o padrão de comparação do feminino. [tradução livre]

Um conceito mais fecundo de cidadania se legitima quando se supera o argumento da concessão em favor da consciência da conquista histórica de indivíduos unidos em torno das diferenças que os caracterizam. Para Ruiz (2000, p.26),

A chave para pensar hoje a noção de cidadania deveria passar por substituir a "igualdade" pela diferença, o que equivale a propor outro programa filosófico e político. O espaço desde o qual tem que trabalhar teórica e praticamente é uma sociedade fragmentada, que carece de projetos coletivos, que promove o individualismo mais exacerbado e a não-solidariedade mais atroz, que aparta, discrimina e desatende. Esse mundo não permite a afirmação inocente da igualdade perante a lei como um desiderato nem o desconhecimento da condição da qual nos encontramos situados em função de nossa idade, sexo, acesso à educação e ao mercado de trabalho, saúde, renda, etc. [tradução livre].

Conscientização, mobilização, agrupamento, organização, articulação e coesão fomentam o desenvolvimento de estratégias de mitigação das vulnerabilidades comuns e denunciar as exclusões sofridas ao fortalecer vínculos de solidariedade e identidade; isso possibilita a progressiva inserção, projeção de influência e força coletiva, incremento da capacidade de reivindicação, negociação e pressão, além de participação que lhes permite pautar necessidades específicas do grupo em discussões e deliberações nos espaços de poder.

Nas entrevistas, observações e leituras realizadas, verificaram-se diversos contextos de exclusão que findam por sonegar cidadania às travestis. Essa exclusão não se dá por critérios meramente econômicos, que remetem a questões relativas à *redistribuição* justa de bens e recursos, a qual foca na *desigualdade* como fator de hierarquização, mas por fatores que passam pelo preconceito em virtude de orientação sexual e identidade de gênero, que suscita o debate sobre *reconhecimento*, no qual se enxerga a *diferença* como valor, rejeitando a assimilação das normas culturais majoritárias ou dominantes como o preço a ser pago pelo respeito. (FRASER: 2007, p.113). Tais aspectos não podem ser vistos como dicotômicos ou mutuamente excludentes, mas complementares, de modo que o reconhecimento não implique marginalização das lutas pela superação das desigualdades socioeconômicas, nem reificação das identidade coletivas através da homogeneização e descaracterização de especificidades. (*Idem*, 2000).

Quando diretamente indagadas se sofrem preconceito, muitas negaram, mas relataram situações de flagrante discriminação em outros momentos da entrevista. Essa negativa pode ser interpretada de diversas formas: como uma indiferença calculada para resistir aos achaques – se elas demonstram que o preconceito não as atinge, esperam que quem o pratica acabe por se render à inocuidade de ações nele baseadas; como afirmação de merecimento de respeito, traduzido no pressuposto de que respeito é uma via de mão dupla – como elas respeitam (ou “se dão ao respeito”), devem ser respeitadas; como prova do prestígio devido a transformações corporais exitosas – a beleza despertaria desejo, não abjeção; ademais, a idéia de “passar por mulher” as imunizaria contra a discriminação (vide nota 8) - nessa análise, elas parecem não contar com o preconceito que recai sobre as mulheres, mas apenas com a inteligibilidade que confere reconhecimento social às suas anatomias; e ainda como indicativo de sucesso financeiro – nesse aspecto, Pelúcio (2007b, pp.108-109) assinala que “(...) o sonho de ascensão (...), para muitas, está associado à possibilidade de serem tratadas com menos preconceito. Essa possibilidade, por sua vez, está relacionada com a idéia de que no Brasil o dinheiro compra cidadania, isto é, respeito. ”

A clara admissão do preconceito se faz mais presente nos depoimentos de travestis que possuem alguma ligação com os movimentos sociais, mais como alusão a uma experiência coletiva do que a situações particulares. Elas relatam que

atitudes discriminatórias se fazem sentir, não apenas por parte da sociedade em geral, mas que ela também se manifesta dentro de determinados setores do movimento *gay*, onde suas demandas pontuais são por vezes tratadas como questões secundárias, malgrado as reivindicações coletivas sempre se apresentem como sendo “do movimento homossexual”, entendido este como uma unidade homogênea, não conflituosa . Fraser (2007, p.117), nesse sentido, pontua que

O modelo da identidade é profundamente problemático. Entendendo o não reconhecimento como um dano à identidade, ele enfatiza a estrutura psíquica em detrimento das instituições sociais e da interação social. Assim, ele arrisca substituir a mudança social por formas intrusas de engenharia da consciência. O modelo agrava esses riscos, ao posicionar a identidade de grupo como o objeto do reconhecimento. Enfatizando a elaboração e a manifestação de uma identidade coletiva autêntica, auto-afirmativa e autopoietica, ele submete os membros individuais a uma pressão moral a fim de se conformarem à cultura do grupo. Muitas vezes, o resultado é a imposição de uma identidade de grupo singular e drasticamente simplificada que nega a complexidade das vidas dos indivíduos, a multiplicidade de suas identificações e as interseções de suas várias afiliações. Além disso, o modelo reifica a cultura. Ignorando as interações transculturais, ele trata as culturas como profundamente definidas, separadas e não interativas, como se fosse óbvio onde uma termina e a outra começa. Como resultado, ele tende a promover o separatismo e a enclausurar os grupos ao invés de fomentar interações entre eles. Ademais, ao negar a heterogeneidade interna, o modelo de identidade obscurece as disputas, dentro dos grupos sociais, por autoridade para representá-los, assim como por poder. Conseqüentemente, isso encobre o poder das facções dominantes e reforça a dominação interna. Então, em geral, o modelo da identidade aproxima-se muito facilmente de formas repressivas do comunitarismo.

Isso fez com que as travestis começassem a se mobilizar e se articular em torno de um projeto próprio, constituindo um movimento específico para promover de forma autônoma suas reivindicações por cidadania, pugnando não só por igualdade de direitos, mas pelo respeito e reconhecimento social de suas identidades e características comportamentais e estéticas. Uma das travestis entrevistadas comenta:

Meus direitos deveriam ser respeitados, mas não são. Os meus direitos, os direitos dos homossexuais, são negados cotidianamente. Nós temos uma Constituição que foi pensada para as pessoas heterossexuais, a Constituinte não foi pensada para nós, homossexuais. No artigo 5º, quando diz lá que “Todos são iguais perante a lei”, não existe esse ‘todos’. Esse ‘todos’, na prática, são apenas alguns, porque nós, homossexuais, não nos contemplamos nessa frase, não nos contemplamos nesse artigo, porque nós não temos o direito de adotar, de casar, de ter parceria civil, de ter conta conjunta,... São mais de quarenta e tantos direitos, dentre os básicos, que os heterossexuais têm e que nós, homossexuais, não temos. Se meus

direitos fossem respeitados, eu não sofreria muitos constrangimentos (...)

O combate ao preconceito em virtude da identidade de gênero constitui a principal bandeira de luta do ativismo político travesti, que, malgrado guerras de vaidades, contradições, conflitos, incoerências e disputas internas – presentes em qualquer agrupamento social -, vem crescendo em termos de representatividade e força. Elas passam a assumir o atributo de cidadãs, não apenas no tocante à disciplina do cumprimento de obrigações, mas também porque transcendem a marginalização pela consciência da titularidade do poder do Estado, cobrando-lhe a formulação de leis e políticas que lhes contemplem a diversidade e reduzam os processos discriminatórios, o que constitui um benefício da sociedade como um todo. Para Kulick (2008a, p.9), “Esses grupos têm feito um trabalho político importante, cujo efeito não se limita ao empoderamento e à maior aceitação social das travestis; o ativismo travesti vem alargando as fronteiras e a qualidade da cidadania no Brasil de maneira mais ampla”.

No fim da década de 1990, época de surgimento da grande maioria das organizações de defesa dos direitos de travestis, a tônica da atuação governamental em favor desses grupos, como de resto em relação ao movimento homossexual, foi a prevenção à aids e doenças sexualmente transmissíveis. Esse processo foi nomeado por Pelúcio (2007b, p.122) de SIDAdanização, fazendo dos indivíduos SUSjeitos da aids:

(...) a politização desses indivíduos, tomada como meta, pode ser vista como uma estratégia de controle bastante sutil, centrada na responsabilização dos sujeitos diante das questões de saúde. É a este movimento que chamo de “SIDAdanização”. A partir da aids (ou “SIDA”, acrônimo mais utilizado no restante da América Latina para a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), essas pessoas devem construir uma bioidentidade política. (...) O que parece estar implícito nesse discurso de responsabilização é que as pessoas se tornem SUSjeitos. Isto é, que se assujeitem ao Sistema Único de Saúde e passem, assim, a freqüentar com assiduidade as unidades de saúde e a fazer regularmente seus exames, que não falem às consultas agendadas, usem sempre camisinha em suas relações, tornem-se responsáveis pela difusão de comportamentos que não acarretam risco, que sejam protagonistas na luta contra a aids e que, desejavelmente, se engajem politicamente.

Ao mesmo tempo em que possibilitou aporte de recursos através da

apresentação de projetos preventivos a essa temática vinculados, o que impulsionou o progressivo aumento da visibilidade e a multiplicação das associações de defesa dos direitos das travestis, essa estratégia se mostrou perversa ao vincular-lhes as imagens à aids, ignorando aspectos importantes de suas vidas, como transformações corporais, desejo, preconceito, violência, etc.

A organização em torno de um movimento próprio se deu em 1992, e conheceu um grande impulso através da criação, em 1994, da RENATA – Rede Nacional de Travestis, que viria a congregar as entidades de defesa de travestis e transexuais para discutir, analisar, propor e deliberar sobre demandas próprias do movimento. Em 1997, o nome da rede foi modificado para RENTRAL (Rede Nacional de Travestis e Liberados), até que, em 2000, a entidade foi fundada, na cidade de Porto Alegre/RS, com o seu nome atual, ANTRA – Associação Nacional das Travestis e Transexuais, com instituições afiliadas em todos os estados e no Distrito Federal. A estrutura continua com a dinâmica de comunicação e conexão em rede que norteou seu surgimento. A “sede” é definida pela região onde se localiza a associação de atuação da pessoa que ocupa presidência, mudando, pois, a cada nova gestão, eleita para mandatos bienais. Atualmente, a presidente é Jovana Baby, travesti radicada em Picos, no Piauí, eleita em 2009.

Em 1993, a ASTRAL, primeira associação de travestis do Brasil, fundada na cidade do Rio de Janeiro, deu início à realização de encontros nacionais para fortalecer as discussões e a articulação do movimento das travestis: o ENTLAIDS - Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta e Prevenção à Aids -, que foi ganhando espaço, não só junto ao movimento homossexual, mas também junto aos órgãos governamentais – em 1996, em sua quarta edição, o encontro passou a contar com a parceria do Programa Nacional de DST/Aids para sua promoção e realização. Durante a realização dos ENTLAIDS, lideranças antigas e novas se encontram para discutir temáticas relacionadas com a travestilidade e a transexualidade. Em 2010, será realizada sua XVII²⁶ edição na cidade de Aracaju/SE.

Em 2003, a campanha “Travesti e Respeito”, promovida pelo Ministério da Saúde com o objetivo de reforçar atitudes de respeito e promover a inserção das

²⁶ Em 2001, o evento, que seria realizado em Salvador, foi cancelado por razões de logística da organização local.

travestis junto à sociedade de uma forma mais abrangente. Centrada no slogan “Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida”, a campanha, que contou com a presença de militantes travestis em sua elaboração, buscou a sensibilização de escolas, serviços de saúde, comunidade e das próprias travestis através da distribuição de cartazes, *folders* e cartilhas, redigidos em linguagem mista, com termos do discurso oficial preventivo de formuladores de políticas públicas em saúde, e vocábulos e expressões próprios das travestis e alusão a suas práticas cotidianas e elementos de suas culturas. Apesar de ainda ser bastante vinculada a um discurso patologizante das identidades via vulnerabilidade às DST/Aids, a campanha teve a vantagem de evidenciar a parceria entre Governo Federal e travestis para formulação de políticas a elas afetas, pelo que a data de seu lançamento, 29 de janeiro, foi nacionalmente definida pelo movimento como o Dia da Visibilidade Travesti, conforme se depreende da fala da travesti Fernanda Benvenutty, militante do movimento de travestis e transexuais:

Essa campanha foi fruto do movimento nacional. Logo quando eu cheguei na ANTRA, a gente estava se reunindo nos encontros e nós decidimos que queríamos uma campanha que mostrasse pra sociedade que travesti também pode ter respeito, também pode ser respeitada, aliás, deve ser respeitada. Nasceu de uma parceria com o Ministério da Saúde, que é quem apoiava a gente na época, e foi uma campanha muito bem pensada porque ela não ficou só focada na questão da saúde, mas da visibilidade. O tema era “Travesti e respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida”, em todo lugar, enfim. A temática da campanha, pra mim, é o que foi mais importante, e ela deu frutos, sim, porque através dela, em muitos ambientes nos quais entrávamos, onde o cartaz estava afixado, nós passamos a ser mais respeitadas, passamos a ser vistas com outro olhar (...) Pra mim, foi um momento muito especial, pela primeira vez estivemos lançando uma campanha em Brasília, com o plenário lotado, havia ministros, chefes de estado,... pela primeira vez as travestis estiveram no Congresso Nacional. Estivemos em lugares em que nunca antes uma travesti tinha entrado, e estavam ali travestis de todo o país, isso deu muito orgulho, tenho muita satisfação, não só pela minha foto estampada no material, mas por ter participado do processo de criação, tivemos um workshop, e o resultado foi maravilhoso. Por causa disso, o dia 29 de janeiro, que foi a data de lançamento da campanha, foi definido como o “Dia da Visibilidade Travesti”, porque foi a partir dessa campanha que pudemos nos projetar e nos fazermos vistas.

A partir da elaboração do Plano Plurianual 2004-2007, o Brasil definiu, no âmbito do Programa “Direitos Humanos, Direitos de Todos”, a ação denominada

“Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais”, resultando no lançamento do “Brasil Sem Homofobia - Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual”; ele representa a inserção da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de *gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros, nas políticas públicas e estratégias de Governo, a serem implantadas (parcial ou integralmente) transversalmente por seus diferentes Ministérios e Secretarias. Apesar de constituir uma ação de certa forma massificante das sexualidades não-heterorientadas, o Programa se propõe a respeitar as especificidades de cada um dos segmentos populacionais aos quais destina suas ações; estas são voltadas para o fortalecimento de instituições via projetos que visem à promoção da cidadania desses atores sociais, capacitação de profissionais e representantes do próprio movimento, disseminação de informações sobre direitos e promoção da auto-estima homossexual e incentivo a denúncias de violações de direitos humanos que os atingem. Seus princípios se norteiam pela não-discriminação, promoção de direitos humanos, produção de conhecimento como subsídio para elaboração, execução e monitoramento de políticas públicas e reafirmação do compromisso governamental com o combate a todas as formas de discriminação e violência, aí inclusas aquelas praticadas por motivo de orientação sexual e identidade de gênero. Possui 11 eixos de atuação estratégica: Articulação da Política de Promoção dos Direitos de Homossexuais; Legislação e Justiça; Cooperação Internacional; Direito à Segurança: combate à violência e à impunidade; Direito à Educação: promovendo valores de respeito à paz e à não-discriminação por orientação sexual; Direito à Saúde: consolidando um atendimento e tratamentos igualitários; Direito ao Trabalho: garantindo uma política de acesso e de promoção da não-discriminação por orientação sexual; Direito à Cultura: construindo uma política de cultura de paz e valores de promoção da diversidade humana; Política para a Juventude; Política para as Mulheres; Política contra o Racismo e a Homofobia. Cada um deles traduz uma preocupação pela adoção de ações em pontos que afetam particularmente a população LGBTT, prescrevendo iniciativas isoladas e conjuntas de governo, movimentos e sociedade. Para garantir o êxito de tais propósitos, estabeleceu-se uma articulação entre a Secretaria Especial de Direitos Humanos, órgão responsável por sua implantação e avaliação, Secretarias e Ministérios e do Governo Federal, estes diretamente incumbidos da execução de

políticas atinentes à competência de suas respectivas pastas, bem como órgãos públicos federais, estaduais e municipais e a sociedade como um todo, para que esta possa efetivamente ser justa, igualitária, tolerante e democrática.

Para efetivar a defesa dos direitos à livre expressão da orientação sexual e da identidade de gênero, havia a necessidade de se estabelecer postulados fundamentais em nível internacional, que pudessem guiar a elaboração e aplicação de normas, políticas e ações institucionais para coibir violações de direitos humanos. Para tanto, um grupo de especialistas elaborou, debateu e sistematizou esses princípios, reunindo-se posteriormente na Universidade Gadjah Mada, em Jacarta, Indonésia. Entre os dias 6 e 9 de novembro de 2006, 29 renomados estudiosos oriundos de 25 países, deliberaram os “Princípios de *Yogyakarta*” sobre a Aplicação da Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero.

Os 29 princípios elencados nesse documento reafirmam direitos fundamentais já reconhecidos a todas as pessoas em declarações de direitos e nas leis e constituições de diversos países, como dignidade, vida, integridade física e psíquica, segurança, igualdade, liberdades, trabalho, proteção social, moradia, educação, saúde, família, cultura, participação política, responsabilização de agentes de violações, acesso à justiça, dentre outros, mas que, na prática, são cotidianamente negados àqueles que expressam seus afetos, desejos e identidades fora dos padrões heteronormativos.

Os destinatários das orientações prescritas pelos Princípios de *Yogyakarta* são prioritariamente os Estados, aos quais são dirigidas recomendações para implementação dos direitos humanos e sua aplicação a questões de orientação sexual e identidade de gênero, com o reconhecimento de que direitos e prerrogativas não se exaurem nas legislações existentes.

Também foi admitida a responsabilidade de membros da sociedade e da comunidade internacional, como diversos órgãos da ONU, instituições inter-governamentais, organismos nacionais de proteção, sociedade civil organizada, organizações humanitárias, profissionais, comerciais, meios de comunicação e financiadores, na concretização dos direitos humanos baseados nas disposições dos Princípios, dentro dos respectivos âmbitos de atuação.

Os Princípios de *Yogyakarta* foram concebidos para guiar e estruturar a padronização internacional de mecanismos de combate às violações de direitos humanos com base na orientação sexual e identidade de gênero. Malgrado não contenham recomendações específicas por segmentos, suas diretrizes traduzem compromisso com a promoção dos valores de igualdade e respeito à pessoa humana em virtude de sua dignidade, o que necessariamente inclui as travestis.

No primeiro semestre do ano de 2008 foram organizadas, de norte a sul do Brasil, diversas Conferências, em níveis municipal e estadual, sobre o tema “Direitos Humanos e Políticas Públicas: O caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (GLBT).” Para encaminhar as propostas dos estados para a Conferência Nacional, foram eleitos delegados, representantes do Poder Público e da sociedade civil organizada. Culminando como resultado dessas articulações em todas as regiões do país, a Conferência Nacional GLBT aconteceu em Brasília no período de 5 a 8 de junho de 2008, sendo a primeira Conferência com essa abordagem no mundo.

No encontro, foram discutidas políticas públicas e a necessidade elaboração do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBTT. Também foi objetivada a revisão, avaliação e definição de estratégias para consolidação das ações propostas no “Brasil sem Homofobia”, além da intensificação do debate sobre o Projeto de Lei da Câmara no. 122/2006, que objetiva criminalizar práticas de preconceito baseado na orientação sexual e identidade de gênero. Observou-se uma notável expressão da força política de movimentos de travestis de todo o Brasil, que, a despeito de divergências internas, souberam se articular e apresentaram suas demandas específicas de forma coesa e articulada em todos os grupos de discussão e na plenária final.

As propostas da Conferência Nacional GLBT foram discutidas e sistematizadas por representantes de 17 pastas a partir das deliberações votadas em assembléia por ocasião do evento. Esse trabalho resultou no lançamento, em maio de 2009, do Plano Nacional da Cidadania e de Direitos Humanos de LGBT, destinado a orientar políticas públicas para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais com suas 50 diretrizes e ações, as quais têm prazos de execução situados entre os anos de 2009 e 2011, e são divididas em dois eixos estratégicos: um destinado à formação e promoção do conhecimento, formação de atores, defesa

e proteção dos direitos, sensibilização e mobilização; outro voltado para a formulação e promoção da cooperação federativa, a articulação e fortalecimento de redes sociais, a articulação com outros poderes, a cooperação internacional e a gestão da implantação sistêmica da política LGBTT. Através dele ainda, o governo federal assumiu o compromisso de apoiar projetos de lei do interesse da comunidade, além de, por meio de lei, criar um fundo nacional de combate à discriminação homofóbica. O monitoramento ficou a cargo de um grupo interministerial de caráter permanente, a ser criado e coordenado pela Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), com a assessoria técnica de um Comitê formado pela Subchefia de Articulação e Monitoramento da Casa Civil (SAM/PR), Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos (SPI/MPOG) e pela própria SEDH/PR. Representantes de entidades do movimento social e da Frente Parlamentar Pela Cidadania LGBT devem ser convidados a participar das reuniões do Grupo de Trabalho, que deverá elaborar relatórios semestrais de gestão, os quais, além de apresentarem caráter informativo do andamento das ações governamentais, também poderão dar suporte à formulação de políticas públicas.

Criado pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) em parceria com a Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), o Projeto Astral TOP, cujo nome homenageia o primeiro grupo organizado de travestis do país, realizou, entre os dias 02 a 04 de junho de 2009 em Brasília/DF, seminário para definir e desencadear ações a serem desenvolvidas nos estados e municípios, com vistas a propor e implementar políticas públicas de trabalho, oportunidades e previdência (TOP). Nele, travestis e transexuais coletivamente organizadas em associações oriundas dos mais diversos estados, juntamente com representantes de vários ministérios, discutiram a elaboração de um programa de âmbito nacional, a contar com a parceria de governos e outras instâncias estaduais e municipais, para proporcionar às trans meios de acesso ao mercado de trabalho e à previdência social. A semente do Projeto foi lançada no II Congresso da ANTRA, em 2006, e amadurecida durante o XIV ENTLAIDS – Encontro Nacional de Travestis e Transexuais que atuam na Luta e Prevenção à Aids, ocorrido em 2007; nesse encontro, foram eleitas as coordenadoras regionais, boa parte das coordenadoras estaduais do projeto, além da coordenadora-geral,

Fernanda Benvenuto, travesti paraibana de grande influência no movimento LGBTT nacional.

Durante três dias, foram discutidas demandas e propostas relativas a educação e profissionalização, experiências bem-sucedidas de políticas para o segmento, *advocacy*, oportunidades de trabalho e emprego, políticas de inclusão na Previdência Social Brasileira e fortalecimento da Rede de Travestis e Transexuais no Brasil.

Em 29 de janeiro de 2010, no aniversário de lançamento da campanha “Travesti e Respeito”, houve o pré-lançamento, pelo Programa Nacional de DST/Aids, de uma nova ação nesse sentido, intitulada “Sou travesti. Tenho direito de ser quem eu sou”. Lideranças travestis foram chamadas a produzir, em oficina de criatividade, o material e o conceito da campanha, que não se orienta prioritariamente pelo viés da prevenção, e tem por objetivo promover a inclusão social e uma imagem positiva das travestis para minimizar as atitudes de violência e discriminação.

Na Paraíba, foi fundada em 2002 a Associação das Travestis e Transexuais da Paraíba. Em 2003 ela foi oficializada, tendo recebido em 2007 o título de Utilidade Pública Municipal em João Pessoa, e, em 2008, o Estadual, sendo ainda responsável pelo Convênio com a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República para criação e manutenção (através da renovação do convênio) do Centro de Referência e Combate à Homofobia pela Cidadania LGBT na Paraíba (Associação: 2009). A ASTRAPA participou de forma bastante ativa de diversas conquistas junto a outras organizações LGBTT no Estado, dentre as quais podem-se citar: a promulgação da Lei estadual 7.309/2003, que proíbe a discriminação com base na orientação sexual, definindo e descrevendo os atos e omissões que a caracterizam, vedando a contratação, pela administração estadual, de empresas que reproduzam tais práticas, estabelecendo sanções pelo seu cometimento, dentre outras providências. (PARAÍBA: 2003). A Medida Provisória estadual 41/2006 instituiu importantes alterações, especificando no caput os destinatários das sanções estabelecidas nos incisos do art. 4º, às quais acrescentou a advertência como precedente à multa, reforçando o caráter educativo da lei; ainda, estabelece as multas, formas e critérios de atualização de seus valores. Também foi feita modificação no art. 7º, no sentido de suprimir a menção do prazo para

regulamentação da Lei pelo Executivo Estadual, dispensando a indicação de um órgão municipal para acolhimento das denúncias (permaneceu apenas o estadual), e colocando também as escolas municipais e estaduais no foco das campanhas de divulgação e conscientização do teor da norma. Sua regulamentação se deu através do Decreto Estadual 27.604, de 19 de setembro de 2006, o qual estabelece o Fundo Especial de Segurança Pública para Combate à Homofobia, ao qual devem ser destinadas as multas recolhidas pela prática de discriminação por orientação sexual para posterior distribuição às ONG's responsáveis pelas ações de campanhas educativas sobre o tema; institui Comissão Especial na estrutura da Secretaria de Segurança e da Defesa Social – SSDS, e seu respectivo Conselho Consultivo, dentre outras determinações. (PARAÍBA: 2006)

Também é importante destacar a criação dos cargos de Delegado Titular e Chefe de Cartório da Delegacia Especializada em Crimes Homofóbicos, através da Medida Provisória estadual 129/2009, convertida em 19/08/2009 na Lei estadual 8.873/2009. (PARAÍBA: 2009a). Ainda no ano de 2009, duas iniciativas preconizaram o reconhecimento do nome social a Portaria estadual 41/2009, que garante às travestis e transexuais o registro pelo nome que escolheres nos serviços de atendimento das unidades da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Humano, tais como os Centros de Referência de Assistência Social, SINE, Centros Sociais Urbanos e Gerências Regionais de Desenvolvimento Humano (PARAÍBA: 2009b); nesse mesmo sentido, também foi assinada portaria municipal estabelecendo o uso do nome social no âmbito das Secretarias Municipais de Educação, Saúde e Desenvolvimento Social. (PORTARIA: 2010)

O sucesso de tais iniciativas depende da ação conjunta de governo e sociedade civil, para implementar e monitorar a execução dessas políticas, do fortalecimento das organizações de promoção e defesa das travestis, bem como do comprometimento pessoal de cada cidadã e cidadão que, independentemente de orientação sexual e identidade de gênero, faça jus à sua humanidade, e contribua efetivamente com a construção de uma cultura de valorização e respeito dos direitos humanos.

4.2 – Travestis e suas representações de cidadania

Um maior empoderamento das travestis foi possível a partir da organização política das mesmas, pois o sentimento de solidariedade entre elas, a sensação de pertencimento e a consciência da exclusão por elas vivida modifica as representações de suas causas, desnaturalizando-as e possibilitando superação das situações de discriminação e preconceito. É através da articulação, da discussão, da reflexão coletiva sobre os problemas enfrentados em virtude da identidade de gênero assumida que elas passam a se enxergar como sujeitos de direitos, agentes de suas histórias, introduzindo suas especificidades no debate político e assim reformulando conceitos e valores. Segundo Honneth (2003, p.163), o advento de movimentos sociais se atribui a um ideário coletivo que catalisa as injustiças individualmente percebidas, de modo a transcender da experiência puramente pessoal para uma percepção compartilhada da opressão sofrida pelo grupo, que se organiza em torno de um projeto político próprio, somando forças em torno de suas demandas por reconhecimento.

Novos direitos devem ser formulados para atender às suas necessidades humanas peculiares, e urge que direitos fundamentais tradicionais sejam repensados à luz da emergência de novas identidades sexuais, o que requer uma mudança de paradigmas e mentalidades daqueles que formulam normas e políticas públicas; a participação das travestis se demonstra de indiscutível importância nesse processo, para que possam se fazer ouvidas, aduzindo suas necessidades, desejos, anseios, aspirações, e a organização política é uma forma de catalisar seus potenciais de transformação para uma efetiva mudança social. Essa mudança repercute positivamente na sociedade como um todo, na medida em que provê a inclusão e, a partir dela, a constituição de novas formas de relações sociais pautadas na tolerância, no respeito, em um conceito abrangente de cidadania.

É recorrente nas falas de algumas travestis a associação entre cidadania e o pagamento de impostos, ou inserção em um determinado mercado consumidor, em uma concepção de direitos de cunho claramente liberal e individualista; ao mesmo tempo em que equipara as travestis às pessoas heterossexuais pelo aspecto do cumprimento de obrigações formais como legitimador do acesso a produtos e serviços, esse tipo de discurso gera exclusões de pessoas que não conseguem se

integrar ao mercado de trabalho em razão da aparência transformada (realidade que persiste entre muitas travestis), e, conseqüentemente, não têm renda para desfrutar das benesses de um mercado de alto padrão, o *gay friendly*, sofisticado, elitizado e caro, movimentado pelo *pink money*, reforçando desigualdades sociais. Curioso constatar que, muitas vezes, pagar não basta: é preciso se adequar a convenções descaracterizadoras, ser discreto – algo que uma travesti, com sua marca de exuberância e exotismo, dificilmente conseguirá ser, independentemente de como se comporte, seja *delicada* ou *barraqueira*, para situar em termos que elas próprias usam para se referirem a si e às *outras*. O depoimento de Zaniah, travesti informante desse trabalho, demonstra:

(...) eu não vou nx [local de entretenimento 1] nem que a vaca tussa, desde uma vez que eu fui,... a **gente é obrigada a pagar como homem**, ao invés de pagar como mulher na portaria. E ele faz mais, diz “você é homem”, olha que coisa chata! Agora, engraçado, nós **pagamos como homem, e quando entramos, nem os homens querem revistar, nem as mulheres**, assim, sem querer chegar perto. Já que tratam como homem, porque um homem não vai revistar? Ou então, paga como mulher e uma mulher revista, mas não, ninguém quer revistar. (...) eu tenho uma amiga que é **super feminina**, até a voz dela é feminina, ela foi ao banheiro, e a segurança falou pra ela, olhe só, olha como foi que ela se expressou: “**Vá ao banheiro dos homens, você pode ser bonita como for, mas pra mim, você vai ser sempre um homem.**” (...) X [local de entretenimento 2] é muito baixo, mas lá a gente é tratada como mulher, você acredita? **É ordem do dono, entra como mulher e é tratada como mulher lá dentro, até no banheiro**. Pra não ir no banheiro dos homens nem das mulheres, vai no banheiro da segurança, justamente pra não ir dos homens, pra não sofrer constrangimento, e nem no das mulheres, pode ser que elas não gostem, aí, no banheiro da segurança,... olha só, não é melhor do que você passar pelo constrangimento, **o povo fica vendo, fica mangando, fica dizendo “olha, o travesti tentou entrar ali”**, você barrada, olha que coisa chata!

Uma inclusão operada dessa forma se mostra questionável, na medida em que condiciona um tratamento tolerante a pagamento: ao governo - por meio de impostos, e ao mercado - através do consumo de bens e serviços. Sobre os limites dessa tolerância, pontuam Felipe e Bello (2009, p. 152) que tal ideia

(...) para com os chamados “diferentes” é perigosa e escorregadia, pois quando simplesmente toleramos o outro, exercemos o poder de suportá-los com suas práticas. É como se disséssemos: no fundo, não entendo, não aceito, apenas tolero, permito que o outro seja assim, dessa maneira. Em resumo, a tolerância não significa necessariamente aceitação. Pelo contrário, ela pode disfarçar a não-aceitação, especialmente em tempos de diversidade, quando as pessoas começam a se sentir impelidas a se dar conta do que é e do que não é “politicamente correto” dizer ou fazer.

Praticamente não se vê a divulgação de produtos e serviços *gay friendly* nos meios de publicidade de massa, como propagandas em canais da TV aberta ou anúncios em jornais e revistas de grande circulação, restando aos serviços específicos a divulgação comercial através de *folders* distribuídos em locais GLS²⁷, na mídia impressa voltada para o público não-heterossexual ou em propagandas exibidas em canais restritos (*pay-per-view*) da TV paga, normalmente aqueles destinados à veiculação de conteúdo impróprio para menores de 18 anos, o que remete à formação de um gueto publicitário e à sexualização de todos os setores da vida do sujeito homossexual. Não resulta em enfrentamento do preconceito – muitas vezes, até o reforça -, não cria um conceito de respeito às diferenças, não inclui, apenas assimila as pessoas que se alinham aos seus ditames. Para Peres (2005, p.51),

A expansão da idéia de cidadania solicita a sua problematização, para que vá além do sujeito pensado como consumidor, ou seja, para que os sujeitos possam criar novas realidades, diferentes dos modelos previamente dados, ou de produtos que foram formatados em outros contextos e por outras pessoas, que se voltem para as suas reais necessidades e desejos.

A perspectiva capitalista de organização social, econômica e política determina os bens e serviços que devem ser consumidos, sem levar em consideração as necessidades reais de determinados grupos ou coletivos. Esse movimento se mantém pela produção intensa da desigualdade social, que naturaliza as péssimas condições de vida de determinados grupos, naturalizando e reproduzindo a crença de que as desigualdades sociais sempre existiram e sempre existirão nos moldes como são apresentadas e impostas.

Esse ultrapassamento da idéia de cidadão sob a ótica do consumo e da disciplina dos comportamentos possibilita repensar o indivíduo como sujeito politizado, orientado pelo senso de coletividade, disposto ao exercício de direitos e cumprimento de obrigações de uma forma consciente de si e de seus pares, de sua influência e força como elementos capazes de transformar uma realidade de exclusão. Sua luta não se encerra na satisfação apenas das próprias necessidades e desejos, mas na plenitude da conquista e consolidação de direitos por parte de todas as pessoas. Em outras palavras, é possível dizer que sua luta não se encerra, uma vez que conciliar princípios, valores, normas e demandas, com vistas ao

²⁷ Gays, lésbicas e simpatizantes (GLS), sigla de teor mercadológico e apolítico, na visão dos ativistas do movimento LGTBTT.

apaziguamento de conflitos e à formação de um consenso para construção de uma sociedade efetivamente justa, tolerante e democrática é tarefa contínua e nunca acabada.

5 - ANÁLISE DO DISCURSO

Este capítulo é dedicado ao trabalho de análise dos dados das entrevistas realizadas junto às travestis; em um primeiro momento, far-se-á uma sucinta descrição do *software* ALCESTE, ferramenta informatizada com a qual foi possível categorizar os depoimentos, dividindo-os em classes; posteriormente, estas classes foram descritas, e os termos significativos mais freqüentes foram apresentados através da transcrição de trechos exemplificativos dos relatos das travestis; por último, foi feita uma breve análise fatorial de correspondências entre as categorias obtidas pelo cruzamento das classificações, a partir de suas disposições, intersecções e oposições nos planos temporal e de realização pessoal.

5.1 – Sobre o *software* Alceste

Com as entrevistas transcritas e configuradas em um arquivo de texto, procedeu-se à escolha de método analítico mais aproximado aos objetivos desta investigação. Seguiu-se uma análise informatizada denominada ALCESTE, programa estatístico computadorizado, que permite tratamento de dados oriundos de fontes escritas diversas, criando matrizes cuja base é a co-ocorrência de palavras em um mesmo eixo de significado (ou classes).

O *software* ALCESTE constitui-se de método qualitativo e quantitativo de dados textuais, e foi desenvolvido na França por Reinert em 1990, para permitindo investigar a distribuição de vocabulário em textos diversos. Este método se utiliza principalmente de duas técnicas estatísticas: Classificação Hierárquica Descendente e a Análise Fatorial de Correspondência (Kronberger e Wagner, 2002). A utilização do ALCESTE apresenta vantagens consideráveis, pois permite rapidamente exame preciso de grande número de dados, que, no caso desta pesquisa, provêm das transcrições das 20 entrevistas realizadas junto às travestis.

Este programa exige alguns pré-requisitos necessários ao seu uso; abaixo, alguns sugeridos por Kronberger e Wagner (2002):

- O conteúdo dos textos a serem analisados precisa ter um grau de coerência entre si;
- O volume total de vocábulos deve constituir no mínimo 10.000 (dez mil) palavras;
- A criação de um diretório com todo conteúdo a ser analisado, com formatação específica, o qual será posteriormente a base de dados do ALCESTE.

O programa trabalha com nomenclaturas próprias essenciais à compreensão da análise estatística construída (Menandro, 2004). São elas:

- **U.C.I. ou Unidade de contexto Inicial** - trata-se das divisões naturais do texto ou *Corpus* que se vai analisar – entrevista, livro, jornal, etc. Esta é a primeira estrutura dimensionada para o ALCESTE. Na presente pesquisa, cada entrevista realizada constituiu-se uma U.C.I.
- **U.C.E. ou Unidade de Contexto Elementar** - Corresponde à repartição do *Corpus*; são frases dimensionadas das entrevistas pelo programa, que podem variar em função do tamanho do texto e da pontuação. As U.C.E.'s são segmentos dos textos analisados.
- **CLASSE** - É a representação de um tema extraído do texto analisado. Cada classe é representada por várias U.C.E.'s. O programa ALCESTE decompõe o texto em unidades de contextos idênticos e constrói uma classificação em função da distribuição do vocabulário.

A primeira atividade do programa é reconhecer as U.C.I.'s, subdividindo partes da entrevista - no caso dessa pesquisa -, em U.C.E.'s. Em outras palavras, é feito uma classificação de todo o *Corpus* em frações do texto calculadas pelo programa – constituindo-se no máximo 6 linhas. Com base em um dicionário, o *Corpus* é partilhado em um grupo e palavras com funções gramaticais: pronomes,

verbos, adjetivos, substantivos, etc. A análise final é baseada no segundo grupo de palavras, pois são elas que contêm o sentido do discurso (Menandro, 2002). Em seguida as palavras são agrupadas em função de suas raízes e é calculada a frequência com que aparecem no texto analisado.

O segundo passo do programa realiza cálculos para identificar classes através do método de Classificação Hierárquica Descendente - C.H.D. (*Classification descendante hierárchique*). Uma primeira classe - a matriz - é constituída pelo conjunto total de unidades contextuais. Em seguida, essa classe é dividida de forma que as duas classes resultantes se diferenciem de maneira nítida quanto ao vocabulário contido nas mesmas, evitando a presença de palavras sobrepostas. O critério utilizado é o valor do Qui-Quadrado (Khi^2 ou X^2). Esse processo calcula o grau de associação de cada palavra com sua classe. O processo realizado pelo programa é reiterado, ou seja, as classes são novamente decompostas até que não haja mais divisões e se encontre o produto final que é a C.H.D. - Hierarquia de todas as Classes do *Corpus*. Neste cálculo estatístico o programa considera significativo o índice de Qui-Quadrado = 3,84 e Grau de Liberdade = 1 (Kronberger e Wagner, 2002).

Na terceira etapa, o programa gera informações estatísticas para cada classe obtida, conforme explicitado na etapa anterior. Assim, para cada classe são calculadas as listas de palavras mais típicas, sua frequência, porcentagem e intensidade de associação com a classe a partir do valor do Qui-Quadrado.

A partir destas operações é possível visualizar os contextos lexicais formados pelas classes. Esses contextos são formados então pelos conjuntos de expressões que podem ser entendidos como diferentes formas de discurso sobre o objeto da análise.

Por fim, o programa apresenta uma Análise Fatorial de Correspondência que permite observar as relações de dependência entre as classes. Autores que explicam o uso deste programa ALCESTE consideram que a terceira etapa fornecida são os resultados mais importantes sobre os quais o pesquisador pode basear sua interpretação (Kronberger e Wagner, 2002; Reinert, 1990).

Ao final de todas as etapas o programa gera um relatório detalhando constituído de todas as operações realizadas, possibilitando ao leitor a interpretação

dos dados analisados. O ALCESTE permite utilizações com graus variados de sofisticação.

5.2 – Quando as estrelas falam: análise das entrevistas realizadas

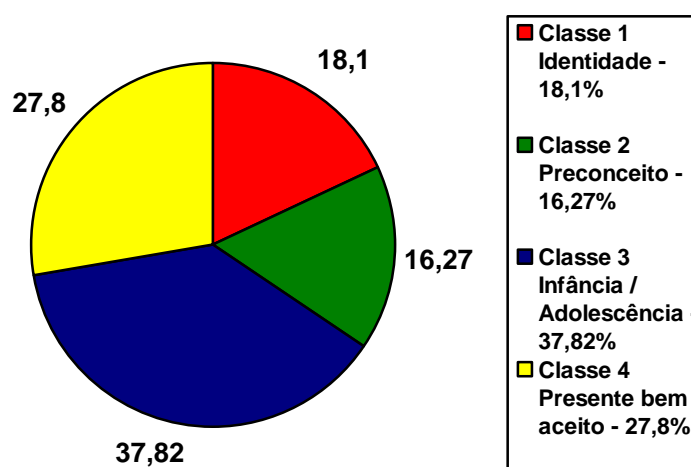


Gráfico 1: ocorrência de termos por classe

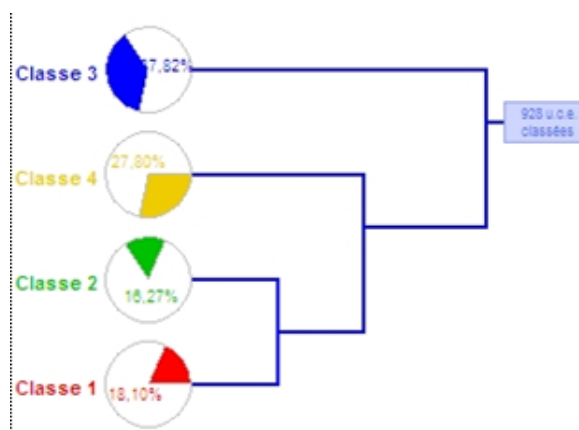


Gráfico 2: Classificação hierárquica descendente

Os gráficos acima mostram a distribuição de termos mais freqüentes em classes que remetem a questões de relevo na vida das travestis e a classificação hierárquica descendente estabelecida entre as classes. O cruzamento das classificações (gráfico 1) mostrou a existência de 4 classes; a classificação hierárquica (gráfico 2) mostrou que as classes 1 e 2 mostram-se bastante

relacionadas, e que a classe 4 mantém uma certa relação com as duas classes anteriores. Já a classe 3, que representa 37,82% do discurso analisado, contrapõe-se às outras três classes

Na classe 1, é possível vislumbrar alusões a elementos referenciais para construção da identidade travesti. Dentre as entrevistadas, 45% acreditam que a identidade travesti as acompanha desde o nascimento, ao passo que 55% sublinha que a homossexualidade é de nascença, mas a travestilidade, não. A maior parte das travestis constrói sua identidade a partir da concatenação de elementos culturalmente associados ao feminino, sem abrir mão de características consideradas masculinas que julgam importantes – vide capítulo 2. Conforme referencia Kulick (2008a, p.204), a maior parte das travestis são “essencialistas construtivas”; elas deslocam a inexorabilidade prescrita para o gênero do plano físico para o plano moral: sabem-se fisicamente homens, mas enfatizam uma mentalidade feminina que condiciona seus desejos, suas práticas, suas performances, e define-lhes a identidade.

Termos significativos mais frequentes	X²	%
Nascer	44	59,46
Homem	166	74,65
Mentalidade	37	100
Mulher	136	54,62
Comportamento	44	85,71
Feminina/o	110	58,24
Vestir	22	72,73
Transformação	27	71,43
Identidade	46	100
Travesti	87	37,65

Exemplos classe 1

“Eu acho que travesti nasce assim, já o *gay*, ele pode ter oportunidade de ficar com uma pessoa do mesmo sexo e acabar gostando. Já travesti é de nascença, porque você tem que mudar a sua vida por completo.” (Thani)

“Eu acredito - e isso já está posto, já tem estudos sobre isso -, que ninguém vira homossexual, você nasce (...) Agora, ser transexual ou ser travesti, como as pessoas preferem chamar, isso aí é uma coisa que é uma transformação, isso aí você decide.” (Nashira)

“Fosse em outra encarnação, eu queria ter nascido homem, homem mesmo, porque é uma vida sofrida, o preconceito. A gente é assim, a gente não muda.” (Bellatrix)

“Eu gostava quando me chamavam de mulher, eu não gostava quando me chamavam muito de homem, tá entendendo, diziam, ‘ah, isso é cabra macho’, mas eu tinha ódio!” (Gemma)

“(…) parece que a travesti incomoda as pessoas e o viver das pessoas, principalmente dos homens. Parece que a gente aflige alguma coisa na masculinidade deles (…).” (Alcyone)

“Eu acredito muito nisso, que a gente tem que ser travesti, sim, porque gosta, porque é feliz, porque tem vontade, mas pensar no pensamento da mulher, ter um diálogo, bater a mesma consciência com a mulher, não esquecendo que somos homens.” (Meissa)

“Independente de ter o órgão genital ou não, isso não importa, a mulher está no cérebro, está na cabeça de cada uma.” (Alcyone)

“Um jeito assim, uma meta de vida feminina, pensamentos femininos, porque, só de pensar em ter um marido, em ter um namorado, em viver harmoniosamente com um parceiro, isso é um pensamento feminino.” (Meissa)

“Pra mim, ser mulher é uma coisa maravilhosa, é ser sensível, é ser o diferencial do homem, é não ter a mentalidade machista, (...). Pra mim, ser mulher é ser feminina, é totalmente diferente do que as pessoas acham, que só é mulher quem tem útero, quem engravida.” (Nashira)

“Existe muita diferença entre mulher e travesti, só que se você for tratada como mulher, você sabe ser mulher, então você se sente bem melhor do que você ser tratada como homem estando toda feminina.” (Adhara)

“Não é que eu queira ser mulher, eu não quero ser mulher, eu não sou boa pra ser mulher, mesmo fazendo cirurgia eu ainda não acredito que eu seria mulher. Eu sou que nem eu sou e acabou-se, o ruim é só isso, as pessoas tratam a gente querendo mostrar, como se fosse, assim, por implicância, você é homem e acabou.” (Zaniah)

“Ser travesti não é só ter um peito, uma aparência feminina, se vestir como mulher. Eu acho que travesti é o comportamento feminino. Não adianta você ter um rosto feminino, um corpo feminino, e não se comportar como uma mulher.” (Maia)

“É ser uma pessoa bruta, é chegar aos lugares e ficar armando barraco, querer bater nas pessoas, isso é tudo comportamento de um homem.” (Zaniah)

“Eu nunca fui nada masculino, sempre, sempre foi coisas femininas em cima de mim, nunca gostei de nada masculino, sempre coisa feminina. Nunca gostei de nada, nem bola sequer, nada, nada, nada, tudo sempre feminina.” (Alnair)

“Eu gosto de estar maquiada, de roupa de mulher, gosto de estar de calcinha, de soutien, pra mim, feminina é assim.” (Syrma)

“Mas eu vestia o vestido da minha irmã. E minha mãe dizia assim, ‘vai tirar esse vestido, senão o velho do saco vai lhe pegar’”. (Alcyone)

“Lá na escola, (...), existia uma farda masculina e uma farda feminina. Os meninos vestiam azul e as meninas vestiam vermelho, e eu queria por que queria que *mainha* comprasse uma farda vermelha pra mim.” (Denebola)

“(…) eu não uso roupa de homem, eu joguei a minha roupa de homem fora. A única roupa de homem que eu tenho é a que eu trabalho, tem que estar mais comportada. Mas fora isso, as roupas que eu uso é shortinho, é blusinha, é sandalhinha, vestido, calça feminina, salto, ... (Kelaine)

“Nos meus 13 anos eu já comecei (...)a vestir (...), de acordo já, quando eu tinha uma amiga, minhas amizades, aí já era influência, que eu via assim uma pessoa, uma mulher vestida, e aí eu começava a me montar, a me vestir sobre mulher.” (Risha)

“(…) eu fui me transformando, fui me revelando, até virar uma *trans* (…).” (Maia)

“Ser travesti não é moda, é bem mais que isso. Ser travesti, você sente já, desde criança, que você é feminina, que tem alguma coisa diferente em você, entendeu? É isso. Olhe, psicologicamente, o processo de transformação pra ser uma travesti é o mesmo.” (Alya)

“A travesti, quando se descobre travesti, ela se descobre mulher, ela descobre uma nova identidade, a identidade feminina.” (Vega)

“E nós, travestis, assumimos uma identidade feminina, nós mostramos para a sociedade que vivemos o lado exterior feminino.” (Alcyone)

“Ser travesti é me vestir da maneira que eu quero, ser olhada e respeitada, (...), é ser vista como uma mulher. Não como um homem que põe uma roupa de mulher e diz que é travesti. Há uma diferença de ser travesti, travesti já é feminina, e um homem vestido de mulher, a gente olha e vê que é homem vestido de mulher.” (Adhara)

“(...) travesti, querida, é a mulher do futuro. Ela não engravida, não menstrua, não bota na justiça, não reclama se o marido chega tarde, né, sempre está disponível, (...) travesti é *glamour!*” (Alcyone)

Na classe 2, verificam-se as representações do preconceito e as percepções da discriminação. Em uma sociedade pautada pelos valores informados pela heteronormatividade, transgredir essa norma através da expressão de desejos por pessoas do mesmo sexo genético e da transformação da estética corporal pode suscitar violentas reprimendas nos planos físico (surras, assassinatos) e moral (piadas, agressões verbais), mas ainda assim as travestis almejam se integrar a essa sociedade que as recrimina, assimilando seus valores, em razão do reconhecimento – aqui compreendido na acepção referenciada por Butler (2003), inteligibilidade; algumas afirmam que a sociedade em geral tem se tornado mais tolerante com o passar do tempo, outras acham que é isso é ilusão, que as pessoas só têm dissimulado mais seus preconceitos, expressando uma falsa aceitação. Elas também fazem alusões à atuação de policiais, com os quais o relacionamento é geralmente marcado por medo, tensão e hostilidade. Elas também apontam a injustiça presente no preconceito, frisando que são tão humanas quanto os quaisquer outras pessoas, e que, portanto, têm igualmente direito ao respeito. Elas frisam que o respeito tem que ser imposto, observado, recíproco, e que, para merecerem-no, elas têm que “se darem ao respeito”, pelo que algumas apontam nas outras vulgaridade, promiscuidade, e vêem nisso uma razão para o preconceito - a generalização de um tratamento discriminatório, por parte da sociedade, devido ao “mau comportamento” de algumas

**Termos significativos
mais frequentes**

X²

%

Sociedade	37	63,64
Heterossexual	25	85,71
Discriminação	36	42,03
Desejo	55	86,67
Preconceito	26	37,5
Homossexual	31	45,65
Violência	39	68,42
Polícia	25	57,89
Humano	25	85,71
Respeito	39	58,62

Exemplos classe 2

“(...) a gente passa por muita humilhação, as pessoas olham a gente dos pés à cabeça, quando a gente chega em qualquer ambiente, e a sociedade não aceita, (...). Até hoje nunca aceitaram.” (Alnair)

“(...) eu já sou independente financeira, sou uma travesti já, assim, bem colocada na sociedade, bem inserida (...).” (Alya)

“Hoje a sociedade já aceita mais, já deixa a gente mais liberto, não tem muito preconceito (...).” (Denebola)

“(...) a gente é travesti, a gente já não tem valor, a gente já não tem nome na sociedade (...).” (Syrma)

“(...) eu pensei que eu ia me agregar ao pessoal hétero, que sempre falam ‘eu não tenho preconceito’, mas tem aquele preconceito oculto, que é pior do que o preconceito que você demonstra.” (Thani)

“Nós temos uma Constituição que foi pensada para as pessoas heterossexuais (...).” (Nashira)

“Olha, a travesti que ela disser que ela não se sente discriminada, ela está mentindo, ou ela não existe nesse mundo.” (Alya)

“(...) há muita discriminação ainda. Muita, muita, muita. Assim, já evoluiu um pouco, mas resiste muita discriminação ainda e, se Deus quiser, com bastante luta e raça e poder, a gente vai conseguir tirar isso.” (Diphda)

“Hoje não me sinto discriminada, porque isso pra mim não é nada, porque eu sou uma pessoa que tem muita história, já sofri muito. Pra uma pessoa que saiu com 12 anos de idade pra [capital distante], de carona, 7 dias de viagem, pegando carona, dormindo debaixo de papelão, em posto de gasolina, quer dizer, que uma pessoa que tem uma história dessa de vida, não é qualquer coisa que vai abater aquela pessoa.” (Alhena)

“(...) com desejos carnis por pessoas do mesmo sexo, (...) desde criança, eu já ficava imaginando, quando achava um rapaz bonito, eu ficava imaginando como seria ele sem roupa, isso aí sempre tive na minha mente.” (Zaniah)

“(...) eu corria pra detrás do banheiro e ficava brechando os homens urinarem pelos buracos dessas lonas. (...) aí eu comecei a ter aquele desejo, e sempre fui danadinha.” (Alcyone)

“Eu era muito criança, mas eu me lembro, ele não tinha malícia. Ele me colocava no colo, e ele era um homem muito bonito e muito perfumado. Então, quando ele me colocava no colo, eu já me excitava, eu gostava quando ele me abraçava, aqueles braços, aqueles músculos, aquelas coisas assim, sabe? E quando meu pai me levava à praia, e eu ia à praia com minha mãe, que eu via os

meninos maiores de sunga, aquilo me excitava e eu, ... assim, eu achava bonito.” (Alya)

“Hoje em dia, em todo canto que você anda, tem preconceito. Pega um ônibus, você sente preconceito, o povo não quer sentar do seu lado, eu acho preconceito em todo canto.” (Bellatrix)

“Todo mundo quer discriminar, quer pisar, porque acha isso é uma coisa do outro mundo, um bicho-de-sete-cabeças, mas não é.” (Alifa)

“Eu me sinto discriminada demais! Assim, não me afeta mais, não. Antigamente me afetava muito, eu pensava muito, muito em me matar. Eu ficava, ... eu morava em apartamento, eu pensava em me jogar do apartamento, essas coisas. Mas depois eu disse, ‘meu Deus, pra que eu vou fazer isso, pra quê? Eu vou ser mais uma a se jogar do prédio por causa do preconceito do povo!’” (Kelaine)

“(...) eu acho que isso aqui é uma coisa hereditária, coisa de família, porque eu tenho dois irmãos e um primo que já é homossexual.” (Alhena)

“(...) quando eu me assumi *gay*, eu não queria ser um *gay* normal, eu queria ser um *gay* mulher, travesti, é tanto que eu falo a muita gente que, se eu quisesse, eu era um *gay* normal, um *gay* homem, malhado, masculino, mas eu me sinto muito bem sendo mulher, quero ter cabelão, quero me maquiar, sair de shortinho, essas coisas.” (Kelaine)

“(...) já sofri violência, estava numa parada de ônibus, chegou um cara deu uma mãozada na minha cara do nada, eu caí, me levantei e avancei em cima dele, mas tinha mais dois, aí me espancaram (...)” (Denebola)

“Me sinto discriminada até hoje, sim. É a discriminação quando gera uma violência psicológica, porque a gente fica martelando, porque mexe com nossa auto-estima.” (Vega)

“Passar e ser apontado é uma violência, é uma agressão. Você passar numa calçada, todo mundo sair de dentro de casa, dizendo ‘olha lá, é um travesti’. A gente não é um bicho, isso é uma violência!” (Alcyone)

“A violência, acho que ela emana da sociedade, eu acho que não é só com os homossexuais, mas com os homossexuais ela tem uma particularidade, se torna mais visível e mais cruel. Ninguém é assassinado por ser heterossexual, mas é assassinado porque é homossexual, essa é a diferença.” (Nashira)

“Em questão de segurança, tem aquelas coisas né, hoje em dia, às vezes, a gente tem mais medo da polícia do que dos marginais. Porque os marginais respeitam mais a gente do que as policiais, (...) se a gente tiver transando num beco e os marginais chegarem, a gente diz ‘vai embora’, eles saem. A polícia, quando chega, além de mandar a gente sair, ainda pega o dinheiro dos homens e as roupas da gente (...)” (Electra)

“A polícia dá segurança na medida do possível. Se tiver dois casos, uma travesti sendo espancada e uma casa sendo assaltada, a polícia nunca vai socorrer a travesti primeiro, mas eu entendo que é o trabalho dela.” (Thani)

“Não existe segurança pública nem pra heterossexuais, imagine pra nós, homossexuais, que somos vistos como devassos, mundanos, imorais, seres de terceira categoria, ...! O aparato policial do estado não está preocupado com a vida dos homossexuais. (...) os homossexuais ainda são as maiores vítimas do preconceito, da discriminação e da violência nas abordagens policiais. (...) A não ser que esses policiais tenham algum desejo por essa pessoa, queiram praticar sexo com ela, e até nessa hora a abordagem é diferente, porque ele se sobrepõe à lei, é como se a farda lhe desse o direito de dar uma voz de prisão e levar você a qualquer lugar, pra fazer com você o que ele quiser, e não o que você deseja. Então, a abordagem policial com travesti é muito preconceituosa, muito discriminadora, até porque, muitas vezes, se o policial tratar a gente de uma forma delicada, as outras pessoas podem pensar que ele é homossexual, esse preconceito muitas vezes força as pessoas a serem machistas. (...) na polícia, o ambiente é sempre um pouco hostil. Mesmo como testemunha, você se sente um pouco como réu,

principalmente você sendo travesti, porque parece, dá a entender que pelo fato de você ser travesti, você nunca fala a verdade, você é sempre vista como um ser que mente, de tanta imagem negativa que venderam a vida toda, mesmo que você seja uma pessoa íntegra, uma pessoa que fale a verdade.” (Nashira)

“Pra mim, não é pra ter homofobia. Em primeiro lugar, era a gente poder andar livre na rua, as pessoas olharem a gente assim, como ser humano, respeitarem a gente.” (Syrma)

“Eu espero que chegue um dia em que isso tudo acabe, que travesti seja tratado feito hétero, como uma pessoa normal, porque, quer queira, quer não, somos pessoas, somos seres humanos.” (Thani)

“É quando me chamam de ‘veado safado’, veado, com palavrões, ‘veado *miserá*’, (...). Isso aí me dói, isso mexe por dentro de mim, chega me dá uma revolta tão grande que a minha vontade é de avançar em cima dessa pessoa e mostrar pra ele que eu sou um ser humano e pago todos os meus impostos, tenho o mesmo direito que ele (...)” (Denebola)

“Às vezes, eu penso em revidar, às vezes eu penso que não, porque eu tenho que manter a minha imagem, tenho que manter o meu respeito, porque, se eu for discutir, se eu for bater boca, se eu for me agarrar com alguém no meio da rua, aquilo não vai ficar feio praquela pessoa, vai ficar feio pra mim; porque eu tenho que me valorizar, eu tenho que manter o meu respeito, né?” (Alifa)

“O ruim é somente a amargura, da dor, do preconceito, da discriminação, a falta de respeito, porque, quando as pessoas não respeitam você da forma como você é sexualmente, as suas práticas sexuais do jeito que você quer e do jeito que você deseja, isso te limita, isso te veda algumas coisas, te fecha algumas portas, isso de certa forma faz com que você se sinta muitas vezes inferior, este é o grande problema, é essa falta de respeito que leva à discriminação, que leva ao preconceito, que as pessoas externam esse preconceito e transformam em uma violência (...)” (Nashira)

“Se você (...), respeitar para ser respeitada, cobrar na hora de cobrar, cumprir seus deveres e seu papel na sociedade, fica tudo mais fácil.” (Alcyone)

“Eu consegui conquistar o respeito de todo mundo. Pra isso eu respeitei sempre as pessoas, eu acho que é por isso que hoje eu sou uma pessoa respeitada.” (Zaniah)

“Sou mais respeitada, porque é assim, de alguma maneira, o preconceito é duas vezes mais contra travesti do que com gay, mas a gente é mais respeitado, o travesti é mais respeitado do que o gay. A gente passa num canto, o pessoal tem aquele medo de mexer com a gente. Quando você é gay, o pessoal mexe, ‘lá vai o veadinho, lá vai o gay’, e da gente, eles têm medo, porque a maioria é barraqueira, gosta de fazer escândalo, baixaria.” (Syrma)

Na classe 3 situam-se as representações da infância e adolescência nos contextos doméstico e escolar: o relacionamento com os pais, mães, irmãos, as razões de terem saído ou de permanecerem morando com a família, o gosto por brincadeiras, atividades e companhias femininas, as primeiras experiências sexuais, as vivências no colégio e os motivos de abandono ou perseverança nos estudos.

Termos significativos mais frequentes	X²	%
Lembrança	35	100
Época	32	100

Mãe	56	72,45
Pai	55	87,76
Irmã/o/s	51	87,23
Menina/o/s	68	88,14
Morar	32	70,77
Escola	39	90,63
Estudar	40	82,22
Professor	44	96,55

Exemplos classe 3

“(...) eu já me lembro, (...), apesar da pouca idade, mas eu já sabia assim, tinha alguma coisa comigo, tinha alguma coisa ali diferente, ‘eu não sou um menino normal’, (...) Minha mãe chegava do trabalho, eu calçava os sapatos dela, eu colocava os colares dela, eu colocava os brincos, que ela antigamente usava muito tipo de pressão naquela época, (...), eu passava batom escondido, eu me maquiava, eu fingia que era ela, (...)” (Alya)

“Minhas primeiras lembranças são quando eu tinha meus 8 anos de idade, tinha muitos amigos, e, no meio deles, foi quando eu me descobri que eu sentia prazer por outra pessoa que não era (...) de outro sexo, do meu mesmo sexo, vizinhos, próximos a mim mesmo.” (Alnair)

“Naquele tempo era tudo separado: menina brincava com menina, menino brincava com menino.” (Gemma)

“(...) naquela época, em 80, 80 e pouco, estavam acostumados a lidar com outras pessoas, tidas como naturalmente normais.” (Nashira)

“Então, assim, tive uma certa experiência no tempo que eu era evangélico, tal, quando pequeno, mais ou menos com 10 anos, por aí, nessa faixa etária, e foi por um pastor que eu comecei, assim, a me liberar mais, porque eu era muito trancado.” (Diphda)

“O meu pai era muito rígido também. (...) isso aí eu ainda me lembro, ele num gostava, não. Ele pegava, diz as minhas irmãs, que ele pegava logo um chinelo pra ir me bater. Minha mãe tomava logo a frente, meu pai não gostava.” (Gemma)

“Minha mãe tomava um prato de comida da minha mão, que ela dizia que os cachorro valia mais do que eu (...) não deixava ninguém ir à minha procura - se fosse do sexo masculino, já era meu macho.” (Denebola)

(...) eu já tava começando a notar que ela (...), tava fazendo um esforço pra entender essa minha opção sexual, e as roupas que ela comprava era totalmente diferente da dos meus irmãos, a cor, o modelo era diferente. Então, mãe, ela procurava mais entender. Foi difícil pra ela aceitar, claro, mas aos poucos ela vem entendendo.” (Vega)

“Minha mãe me aceita como eu sou, graças a Deus! Eu falo pra todos que eu não tenho uma mãe, não, é Deus no céu e minha mãe na terra, porque minha mãe é uma santa. Ela participa de movimento *gay* comigo, participa de parada *gay*, vai pra reunião *gay*, minha mãe é envolvida com tudo, eu digo que ela é uma mãe *gay*.” (Syrma)

“(...) meu pai nunca gostou, porque minha mãe tinha um irmão que era homossexual, ele não entrava lá em casa, que meu pai não queria. (...) só porque um dia o cara disse que eu parecia com um *gay*, meu pai pegou uma briga com ele, quase que fazia um assassinato.” (Denebola)

“No início, minha mãe não queria, nem meu pai, eles falavam pra mim que era uma vida perigosa, que a maioria dos homossexuais eram tudo matado, o povo não gostava porque tinha preconceito, aí eu comecei a viajar, ganhar meu dinheiro, ser independente, depois que eu virei independente, eles me aceitaram.” (Bellatrix)

“(...) meu pai, ele nem ligou, tratou normal, como se nada tivesse acontecendo. Eu gostei muito da reação dele, porque não é todo pai que aceita, e ele aceitou.” (Alifa)

“Meu pai, por ser daquele pessoal antigo, policial, mas ele encarou isso com naturalidade, ele apenas me pediu respeito a minha família, (...), nunca agir com falta de respeito dentro de casa, eu podia viver minha vida como eu quisesse. Assim, nunca trazer homem pra dentro de casa, sempre se pôr assim, em respeito, por exemplo, não estar com bagunça dentro da minha casa. Sempre usei roupa feminina em casa, meu pai nunca me discriminou, não.” (Electra)

“Quando meu pai descobriu que eu tinha tendências homossexuais, (...). Foi na porrada, a bicha rodou.” (Alcyone)

“Chegou em casa, pôs o revólver na minha cabeça, queria saber se era verdade, e eu tava de calcinha, não tinha mais como negar, nem mentir. Então foi uma reação que ele teve, mas ele não atirou, nem nada, só fez dizer que, a partir dali, eu não ficasse mais dentro de casa, que eu não era mais filho dele, aquelas coisas que todo pai diz na hora da raiva (...) [depois] ele me chamou e falou que não queria que eu fosse embora, porque se fosse, por exemplo, minha irmã que ‘desse pra puta’, como ele dizia lá, ele não ia botar pra fora de casa, desde que eu respeitasse a casa dele. Aí eu fiquei dentro de casa, (...) eu acho que foi o teste, pra saber se, de fato, ele queria me colocar pra fora de casa, se aquilo era o pensamento dele mesmo, se todo amor que ele dizia ter por mim tinha acabado ali, ao descobrir quem eu era, a forma que eu gostava de ser e a forma que eu ia ser dali pra frente. (...), eu percebi que o amor dele não acabou, (...)” (Nashira)

“Na minha infância, quando eu era mais pequeno, eu me lembro muito assim, do tempo que tinha más relações em casa com minha mãe, meu irmão. Assim, o tipo de eles não aceitar mais assim, que eu tinha esse gênero.” (Risha)

“A rejeição que eu tive por parte dos meus irmãos, até apanhei, (...) apanhava bastante do meu irmão mais velho, porque ele queria que minha mãe me colocasse de casa pra fora, porque, assim, ele já percebia que eu tinha uma tendência a ser homossexual, pela maneira de eu me comportar com as pessoas, de eu falar e os meus amigos (...)” (Vega)

“Hoje me tratam assim, maravilhosamente, super bem. Eu tenho um sobrinho que me chama de tia, não me chama de tio, e sim de tia. Meus irmãos, os dois que moram em [outra cidade] e meu irmão que mora aqui comigo, me tratam como se eu fosse a irmã que eles não tiveram.” (Zaniah)

“[Meu pai] Ficou um pouco frustrado, porque os sonhos, os ideais do menino ser médico, doutor, isso, aquilo outro, tinham ido de água abaixo, porque, dali pra frente, ele ia ter que lidar com uma pessoa que ele não idealizou e que ele não sonhava ter, que era uma pessoa feminina, (...) eu passei a ser a menina da casa.” (Nashira)

“Na verdade, eu sempre quis ser menina, eu sempre achava que ser menino era uma agressão pra mim, eu queria ser menina, eu não me conformava em ser menino.” (Meissa)

“(...) eu não me envolvia muito com os meninos. Eu brincava mais com as meninas e meus irmãos, não, tinham um comportamento mais diferente, procuravam bater bola, soltavam pipa, brincadeira essa que eu não gostava, não me sentia bem brincando dessa forma, né? Então, quando eu via as meninas brincando de casinha, brincando de cuidar de boneca, eu me aproximava, e com esse tipo de brincadeira eu me sentia bem.” (Vega)

“(...) eu vou conseguir realizar esse meu sonho, de adotar uma, principalmente uma menina, eu sou louca por menina, pra enfeitar, maquiagem, ajeitar o cabelo, arrumar ela, (...)”. (Syrma)

“(...) eu passei um período da minha vida, da minha infância e adolescência, vivendo entre mãe e pai, morava um pouco com meu pai e um pouco com a minha mãe. (...) eu vivia entre a casa da minha mãe, meu pai, morava um ano com ela, um ano com meu pai.” (Alya)

“(...) foi a última surra que eu tomei do meu irmão, foi quando eu desmaiei. (...) meu pai (...), teve conhecimento dessa violência que eu sofri, que tinha sido praticado por meu irmão, e me tirou de

casa. (...) morei um tempo com ele, (...), só que ele é uma pessoa muito exigente, uma pessoa muito rígida, né? Aí, eu também não agüentei, e saí da casa dele.” (Vega)

“Atualmente, moro sozinha. Saí da casa dos meus avós com 12 anos, porque meu avô era aquele preconceito, não aceita *gay* na família. Ele disse ‘então, se quer ser assim, aprende a se manter sozinho’, foi o que eu fiz.” (Adhara)

“A minha escolaridade é só até a sexta série, por causa de motivo de preconceito na escola, os professores também, os próprios amigos, (...). Chegava até gente não querer sentar perto de mim, por causa de tá com risadinhas. Até os próprios professores também ao círculo em geral, todo o colégio.” (Alhena)

“Saí da escola porque estudava à noite, e às vezes, quando eu saía da escola, é que eu vinha pra rua, foi um erro na minha vida que eu tive, não pude terminar meus estudos, tá entendendo? Se eu soubesse, não teria parado, mesmo na rua. Dava pra conciliar, sim. Nunca fui discriminada, não, porque lá nx [bairro], eu estudava nx [escola], lá sempre tiveram homossexuais estudando, travestis também. Nós nunca fomos discriminadas, apesar de uma vez ou outra ter aquelas baguncinhas, piadinhas, mas sabe que com a gente, piada nao tem axé, né? Soltou piada, leva uma por cima. Era um funcionário que tinha lá, um inspetor.” (Electra)

“Enquanto as escolas e os pais não começarem a ensinar desde cedo, ‘olha, meu filho, *fulana* ali se veste assim porque ela gosta, (...) ela é diferente, a gente tem que respeitar. O nome dela é *tal*, chame ela de tia’, quando os pais começarem com as crianças a fazer isso, e o complemento continuar na escola, o mundo vai ser diferente. Mas não só os pais, a escola também tem que ajudar.” (Alcyone)

“(...) comecei a fazer programa na praia, mas hoje em dia eu não faço mais, porque eu voltei a estudar (...).” (Thani)

“Eu tô no primeiro ano. Eu nunca desisti, nunca parei, (...). Estudar, né, bastante, pra ser alguém na vida. (...) tem sempre umas coisinhas, (...) umas piadinha, mas dá pra relevar... (...) Tem professores que discriminam, (...) alunos também, principalmente, as alunas, né? Porque elas pensam que nós, só porque somos assim, queremos ser mais do que elas.” (Alifa)

“Não estou insatisfeita com a minha profissão, mas quando você estuda mais, você cresce mais, amadurece mais, você passa a ser uma outra pessoa.” (Nashira)

“(...) alguns professores preconceituosos, isso é um motivo bem interessante pra que eles estejam exercendo o preconceito e tirando chacota de nós. E não foi fácil; e eu não agüentei essa pressão.” (Vega)

“(...) na sala em que eu estudava, tinha um professor que era *gay* também. Aí não tinha nada. Nenhuma diferença (...).” (Kelaine)

“Dos professores, eu nunca senti muito preconceito, até porque eu não permitia, (...) eu não permitia que os professores tivessem alguma conotação de discriminação. Mesmo que eu sentisse, mas eu ia lá, chamava os professores, dizia, ‘olha, eu tô aqui pra estudar, você tá aqui pra me ensinar, você não pode ser assim, porque você é meu professor, (...) Lá fora, você pode pensar o que quiser, mas na sala de aula, você vai ter que ser da forma que é pra ser: eu vou lhe tratar como aluna, e você vai me tratar como professor’. O único problema que eu tinha, foi sempre a questão do nome, que era o único momento que era constrangedor pra mim, era quando chamava o nome na caderneta, porque chamar o nome masculino, naquela época, servia de muita chacota, muita ridicularização.” (Nashira)

Na classe 4, elas relatam o tempo presente, no qual, apesar de ainda serem discriminadas, têm maior capacidade para reagir a isso. Falam das transformações empreendidas no corpo para torná-lo mais curvilíneo e voluptuoso, das profissões

que exercem, da realização que proporciona felicidade, das perspectivas de futuro, dos sonhos, alguns relacionados à conquista de bens materiais, muito, à superação do preconceito na sociedade, outros relativos ao aperfeiçoamento estético, e das ambições de serem financeiramente bem-sucedidas, até para poderem ajudar a família, tenham sido por elas agredidas ou acolhidas.

Termos significativos mais freqüentes	X²	%
Hormônio	31	66,67
Silicone	73	96,67
Programa	30	74,07
Trabalho	55	57,8
Feliz	54	76,74
Cabeleireira	34	88,89
Futuro	26	100
Sonho	34	72,73
Dinheiro	33	67,5
Prótese	32	100

Exemplos classe 4

“Já tomei muito hormônio, hoje, eu não tomo mais. Tomei dos 16 aos 26 anos. Eu não sinto vontade de tomar. Pra mim, do jeito que eu sou, eu não vou ser mais ou menos feminina se eu tomar hormônios. Pelo contrário, eu acho que feminilidade é uma questão de quem olha, a atração do desejo é de quem olha, de quem vê e de quem sente. Pra algumas pessoas eu posso ate ser atrativa, pra outras eu não sou, e não é por causa disso que eu vou me entupir de medicamentos, de hormônios, que isso vai atrapalhar no meu desempenho sexual, apenas pra agradar socialmente as pessoas, (...).” (Nashira)

“Já tomei hormônio uma vez, mas vi que não dava pra mim, até pelo lado de que, quando eu fazia programa, eu era uma pessoa versátil, não dá pra ficar tomando hormônio, porque dificulta a ereção e a pessoa não pode gozar. Comecei com 21 anos, só tomei uma caixa de comprimidos e pronto, parei.” (Thani)

“Não tomo hormônio, porque, ave maria, é muita coisa. O dinheiro que eu pego é pra pagar minhas dívidas. (...) eu não vou deixar de pagar minhas contas pra comprar hormônio, né?” (Alifa)

“Eu comecei a tomar hormônio, eu comecei a engordar, comecei a criar peito, comecei a deixar o cabelo crescer, tirar sobranalha. (...) eu tomo hormônio desde os 18 anos, duas injeções, uma de *perlutan*, numa semana, e na outra é de *decadronal*. Eu tava tomando comprimido, mas tava ficando muito inchada com os comprimidos. Eu tava tomando 3 comprimidos por dia, aí eu deixei de tomar, e tô tomando injeção agora.” (Kelaine)

“Silicone, não penso em colocar, não, por conta das conseqüências, do que pode ocorrer futuramente. (...) não dá pra garantir o que pode acontecer com a pessoa depois de 10 anos com silicone industrial, que não é adaptado para o corpo humano. Quero envelhecer em paz.” (Vega)

“Eu tomo hormônio de vez em quando, agora eu tenho meu corpo todo feito de silicone. Pra mim, travesti é quem tem silicone. (...) eu tenho silicone no peito, no rosto, nas pernas e na bunda. É a

dor da beleza. Medo, a gente tem, mas é aquela coisa, a gente tá fazendo porque quer, sabendo os riscos que isso pode causar, até a morte pode ser.” (Electra)

“Eu tenho um pouco de silicone na boca, e até penso em pôr no corpo, mas eu tenho medo da rejeição, que acontece muito isso. Tem muitas amigas minhas que colocaram e o corpo rejeitou. Eu já vi de perto como é essa rejeição e tenho medo.” (Adhara)

“Sou profissional do sexo, não queria ter outra profissão. Eu nasci pra ser puta, vou morrer puta! Eu gosto de fazer os homens felizes (...)” (Electra)

“(…) faço programa, assim, é como se fosse um *hobby* pra mim.” (Syrma)

“Atualmente, eu sou prostituta. (...) eu tenho planos assim de ser uma micro-empresária. (...) por enquanto, não, quando eu tiver mais velha, assim, lá pros 30, 32, 35 anos, quando eu já ver que a vida, pra mim, da prostituição, já se limitou.” (Alya)

“Você tá se expondo ao cara fazer o mal com você, a doença, a tudo, e também a vergonha. A vergonha de você estar parada numa rua pra alguém te pegar, pra pagar e fazer o que quiser com você, depois dar uma mixaria pra você se manter. É uma humilhação que você passa. (...) Eu não vou dizer que não faria, eu faria se tivesse precisando, mas enquanto eu não precisar, enquanto eu puder procurar um meio pra não fazer isso, eu não quero. Minhas amigas falam ‘bicha, a senhora tá novinha, a senhora tem um corpão de mulher, a senhora tem que ir pra Itália, depois que você ficar velha, não vai poder mais.’” (Kelaine)

“Fazer a prostituição é um direito de qualquer pessoa que queira, já que não é crime, e nem deveria ser, eu acho que não deveria criminalizar uma coisa que, de certa forma, no mundo e no Brasil, ainda é uma das profissões mais rentáveis. E assim, eu acho que ser prostituta é um dom, e um direito que as pessoas têm, porque você não vai ser prostituta simplesmente pela questão social e porque você quer, você precisa saber ser prostituta. Não acho que se deve menosprezar ou desqualificar a pessoa que se prostitui.” (Nashira)

“Você não consegue emprego sendo travesti (...), acaba indo pra prostituição, infelizmente.” (Alya)

“Porque assim, você sabe que, pra gente se empregar em alguma repartição pública, hoje não tem como. Ninguém emprega um travesti em uma prefeitura, ninguém emprega um travesti em uma farmácia. Hoje é pra travesti ou ser cabeleireira, ou estilista, ou ter uma loja própria, ou programa. São as únicas opções que temos pra travestis. (Maia)

“Não sou feliz porque a gente não é feliz. Acho que nem heterossexual é feliz. A felicidade do ser humano aqui na terra é constituída por pequenos momentos felizes, porque felicidade plena não existe (...) eu sou mais feliz sendo travesti como quando eu era *gay*, né? E feliz, feliz, eu não sou. Eu vivo pequenos momentos felizes que constituem minha felicidade, mas vivo bem.” (Alya)

“Se houver outra encarnação, eu quero ser travesti. Eu sofri muito sendo assim. Se não fosse assim, eu não teria crescido, até por conta de tanta pressão que eu já sofri. Mas tem essa vantagem, essa felicidade que me mantém em pé. Não mudaria, continuaria sendo travesti, mas num mundo mais justo e humanitário que esse mundo que nós vivemos. Eu sou feliz.” (Vega)

“Eu tô muito feliz do jeito que eu sou, eu me acho bonita, antes que alguém ache, eu mesma acho. Enfim, eu me acho tudo, só não sou feliz no amor, mas eu não sou feliz no amor não é por ser travesti, é porque eu não tenho sorte... eu tenho a sorte de conseguir o homem que eu quero, mas não tenho a sorte de ficar com um, assim, eu queria um só, mas eu não tive ainda esta sorte, de ficar com um só. Eu queria um relacionamento duradouro, mas eu não consigo. Sempre que eu tento, a pessoa apronta, faz alguma coisa, é por isso que eu digo que não sou feliz, mas sou feliz pelo fato de chegar a uma festa, olhar pra um rapaz, achar ele bonito e de dizer ‘é aquele que eu quero’, e conseguir, eu consigo, pode passar o tempo que for, nem que eu passe a noite todinha naquela festa, mas é com ele que eu quero ficar, é com ele que eu fico, eu consigo. Eu sou feliz por causa disto, eu sou feliz com certeza como travesti.” (Zaniah)

“Sem sombra de dúvida sou feliz, com todas as dores, com todo sofrimento da vida que a gente passa, com todas as discriminações e todos os preconceitos, mas eu sou muito bem resolvida e sou feliz da forma que sou.” (Nashira)

“No momento, só o que me dá dinheiro é minha profissão de cabeleireiro. Eu não pretendo continuar a ser cabeleireiro, não, porque é uma coisa que eu vejo, que não tem muito futuro pra mim. (...) eu não tenho experiência em mais nada, a não ser cabelo.” (Alifa)

“Sou cabeleireira. Não queria mudar, eu amo a minha profissão e pretendo continuar até o último dia de minha vida na área da beleza. Ao futuro, eu ainda penso, (...), ir embora do país. (...), eu moro com meu esposo aqui, e a gente pretende abrir um centro de beleza na Itália e tentar viver minha vida lá, porque eu amo a Europa!” (Alhena)

“Sou cabeleireira, só queria ter outra profissão se fosse Direito, porque eu tenho a minha profissão, eu gosto demais de minha profissão, e também, se eu nascesse outra vez, eu queria ser cabeleireira outra vez. Quando comecei a fazer cabelo, eu nem cheguei a fazer curso, eu fiz curso só pra aperfeiçoar. Eu fui dormir achando que sabia fazer cabelo, e aí acordei, inventei de cortar o cabelo de um rapaz, depois comecei a fazer cabelo de mulher, pronto, até hoje!” (Zaniah)

“Travesti pode ser cabeleireira, estilista, ... Pra isso, falta o preconceito acabar, pra gente tentar alguma coisa na vida!” (Bellatrix)

“No futuro, eu me vejo bem de vida, não fazendo programa, com minha casa própria, meu emprego.” (Bellatrix)

“Eu me preocupo muito com meu futuro, porque eu não sei o que vai ser de mim daqui a 30 ou a 20 anos. Porque nós não temos carteira assinada, (...), eu nunca tive um emprego fixo, eu nunca paguei INSS.” (Vega)

“O meu sonho na vida é viver em paz, sem preconceito, ter um Brasil mais feliz, menos políticos corruptos, (...) a gente não tem direito. Que exista um presidente no Brasil que bote, finalmente, essa lei que nunca foi votada, que tá no congresso e nunca foi votada, sobre a discriminação sexual das pessoas, liberdade sexual. (...) enquanto não existir essa lei, todo dia morre travesti, todo dia é discriminado gente e, realmente, a gente não pode fazer nada, porque a gente não tem nossos direitos. O meu sonho é um Brasil com menos discriminação, que isso seja normal, (...) como um homem e uma mulher, (...).” (Alhena)

“Quero adotar uma criança, eu vou conseguir realizar esse meu sonho, se Deus quiser! (...) E que diminuísse a discriminação e o preconceito, porque ainda tem. Não venha dizer que acabou, que não acabou.” (Syrma)

“Eu sonho em ter minha casa, ter meu espaço, ser reconhecida, (...) Eu quero ser conhecida assim como [Kelaine], mulher bonita, sem ser taxada como *traveco*. (...) ser reconhecida como travesti, sim, mas sem preconceito.” (Kelaine)

“Meu sonho é ir pra Europa, conquistar um canto meu, conquistar uma vida melhor aqui. Lá, eu só quero ganhar dinheiro, e vir pra cá, porque eu sou muito família, eu gosto de estar perto da minha família, ligo pra minha família sempre, converso com a minha família, ... assim, eu acho que lá eu fico muito longe deles, eu prefiro ficar aqui. (...) agora, eu estou com planos de ir a Europa, conquistar o que eu tô querendo, voltar pra estudar e ter uma vida normal, como qualquer outra pessoa. Ter minha casa, ter meu trabalho, voltar a estudar, e viver a vida. Meu principal sonho é ter minha casa.” (Maia)

“Eu queria ter muito dinheiro, pra fazer muitas vontades de minha mãe. Conforto, luxo, porque eu acho que mãe é tudo, né?” (Electra)

“Assim, particularmente, sou uma pessoa muito ambiciosa, eu gosto muito de dinheiro. É bom, né? Eu quero estar muito bem financeiramente, eu quero um pé-de-meia muito bom pra mim.” (Kelaine)

“Da maneira como eu me comportava com os clientes, era porque eu tava ali gostando, pelo dinheiro e também pelo tesão, nada forçado. Até porque eu sou uma pessoa que, graças a Deus, não preciso fazer o que eu fazia, mas como eu queria um dinheiro extra, já era uma pessoa de maior, sem emprego, não queria estar sugando a minha mãe, então eu procurei fazer uma coisa pra que eu ganhasse dinheiro. No caso, eu posso dizer a você que tudo o que eu fazia não era forçado, tanto que, quando eu não queria, eu não ia. É como se eu tivesse fazendo o que eu gosto, e ainda por cima, ganhando.” (Thani)

“(…) eu botei prótese de silicone, botei silicone, e hoje eu sou uma pessoa feliz. Hoje eu me sinto melhor assim do que antes. (...) hoje eu me sinto feliz assim, por ter me assumido, ter colocado meu silicone.” (Syrma)

“Meu principal sonho é colocar minha prótese. Está em primeiro lugar. (...). Eu já fui pra Europa, pra Roma... (...) Fui por causa da minha prótese (...). Passei 1 ano e 1 mês lá. Eu peguei empréstimo de uma amiga minha, que falou ‘você vai, e me paga € 12 mil’, (...). E eu perguntei ‘em quanto tempo dá pra pagar isso?’. Ela disse ‘em um ano você me paga, fica sem dívida e tem tudo que você quer: peito, casa e carro’. (...) A Europa realmente dá muito dinheiro para quem se droga e quem transa sem preservativos. E isso não era muito o que eu queria, então, como eu não fazia isso, não conseguia ganhar tanto.” (Adhara)

“Muitas conhecidas minhas foram [para a Europa], e conquistaram muitas coisas, (...) tem delas que construíram casa, carro, fizeram plásticas, (...). Toda *trans* tem esse sonho, de ter um peito de prótese, fazer uma plástica, se sentir mais mulher, (...)” (Maia)

5.3 – Análise fatorial de correspondência: a contextualização e a convergência das representações

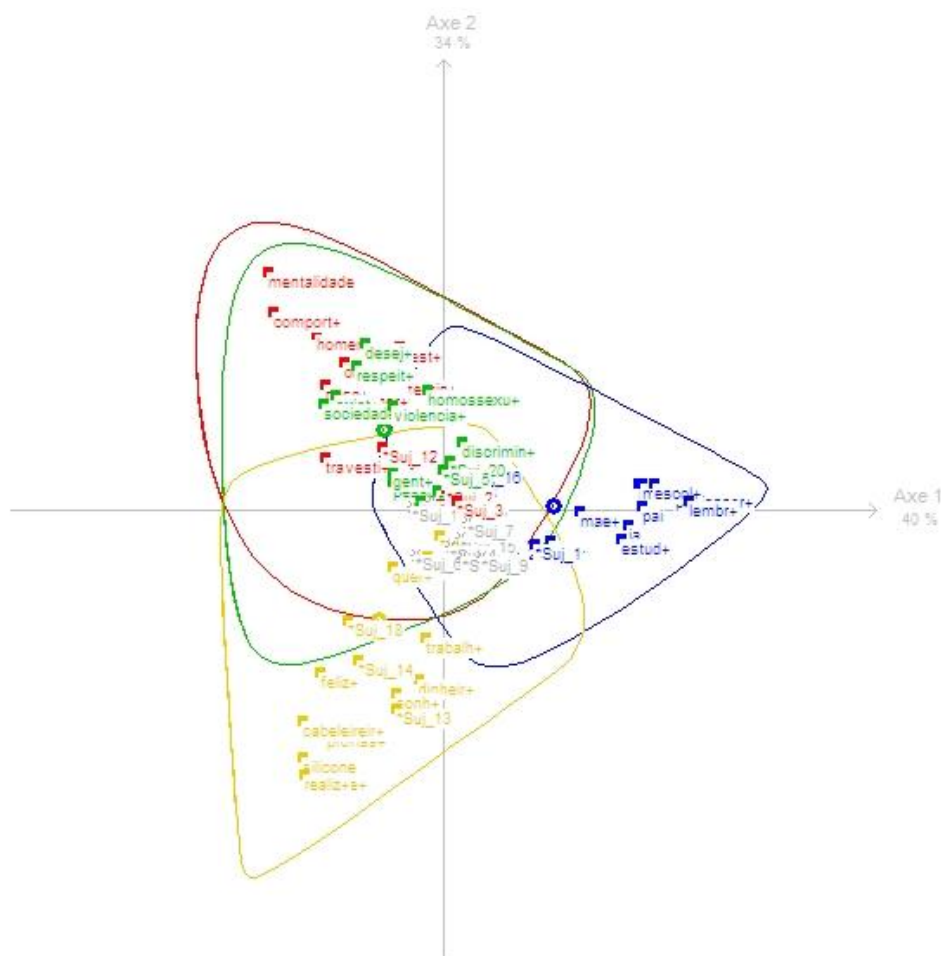


Gráfico 3: Análise fatorial de correspondências - representações em coordenadas

Os referenciais identitários (classe 1, em vermelho) relacionam-se de forma bastante estreita com as representações do preconceito (classe 2, em verde), e o que se pode depreender dessa correspondência é a consciência dos processos discriminatórios desencadeados a partir do momento em que as travestis assumem uma identidade de gênero feminina; a confluência desses fatores repercute em modos de enfrentamento e/ou perspectivas de superação da discriminação e da exclusão dela resultante, em suas formas de afirmação no presente (classe 4, em amarelo), tempo no qual, em geral, elas se mostram mais resolutas e dispostas ao enfrentamento das adversidades, projetando-se em um futuro no qual elas tencionam serem mais belas e bem-sucedidas. Os discursos que remetem à infância (classe 3, em azul) aparecem contrapostos aos demais, justamente porque remete a uma época em que elas sofrem mais em virtude do preconceito. O cruzamento das classificações permitiu identificar as quatro classes de discurso analisadas; uma

leitura do gráfico 3 possibilita verificar que as travestis situam seus depoimentos em duas dimensões: a temporal (eixo 1, horizontal), representada em cerca de 40% de seus depoimentos, e a perspectiva de realização (eixo 2, vertical), representada em aproximadamente 34% dos segmentos textuais analisados (os demais 26% se referem aos termos não-classificados pelo ALCESTE).

Elas dividem suas vidas entre relatos de uma infância conflituosa e da idade adulta, a cujas responsabilidades em geral elas são lançadas precocemente. Elas representam a infância de uma forma mista: entre confusas e satisfeitas, elas descobrem seus corpos, seus prazeres e a orientação de seus desejos, o que suscita reações no seu entorno – familiares, professores, colegas, ... A maior parte dessas reações é de repressão; nelas, o preconceito é patente. A diferença das percepções de discriminação na infância para as da idade adulta se deve ao fato de que naquela fase, em geral, o preconceito é manifestado em ambientes nos quais elas buscam acolhimento e compreensão, além do fato de que, nessa idade, elas ainda não têm maturidade emocional para revidar, para resistir, e sofrem internalizando as críticas; algumas mencionam mesmo terem sido expulsas de casa em razão da orientação sexual demonstrada, sendo obrigadas a enfrentar a vida bastante cedo. Na idade adulta, elas parecem se sentir mais felizes. Mesmo ainda vivenciando situações de flagrante preconceito e até mesmo de violência, geralmente estão mais aptas para repeli-las, enfrenta-las, denunciá-las, seja por reconhecerem que passaram por experiências piores, seja porque já são mais maduras e bem-resolvidas, ou porque já têm alguma consciência de seus direitos – ou minimamente, de si e de suas dores; ademais, nessa fase, muitas delas mencionam terem saído de casa para viverem plenamente suas vidas, suas transformações, seus hábitos, de acordo com seus desejos, longe das ingerências familiares, conquistando alguma autonomia econômico-financeira através do desempenho de profissões nas quais se sentem plenamente realizadas, ou satisfatoriamente inseridas, nunca deixando de sonhar com um futuro melhor para si e para os seus.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, buscou-se tratar da luta por direitos. Importante destacar que o que aqui se colocou como direito não encontra correspondente na norma escrita, nos tecnicismos jurídico-legais, mas na noção que serve de base a demandas por reconhecimento e respeito para as travestis, que constituem um grupo identitário que, para o bem e para o mal, vem ganhando cada vez mais visibilidade. Para o bem, pela impossibilidade de ignorar-lhes a exuberância, o brilho, a assertividade e a capacidade de articulação para reivindicar direitos e se afirmarem; para o mal, pelo preconceito e pela violência que contra elas são praticadas diariamente pelo simples fato de ousarem desafiar as fronteiras de um gênero rígido, pré-estabelecido como destino dos corpos que elas continuamente transformam para expressarem o feminino auto-percebido.

A partir das leituras e interações com as travestis, durante participação de atividades do movimento social e nos processos de marcação e realização das entrevistas, foi possível verificar como estas constroem seus gêneros e, *pari passu*, reformulam seus corpos, interpretam e expressam seus desejos no equilíbrio entre a identidade feminina por elas assumida e os caracteres masculinos que evocam para forjar estratégias de afirmação e defesa ou usufruírem de seus prazeres. Transitar entre o feminino e o masculino contrapõe-se às normas reguladoras de gênero e de controle dos corpos, pelo que travestis teimam em escapar à ação dos mecanismos de disciplina operados por um dispositivo que mobiliza saberes e poderes para enunciar verdades definitivas e absolutas sobre a sexualidade e a vida; nesse contexto, finda-se por relegar os 'desviantes' a um domínio perverso de exclusão através da discriminação e do preconceito expressos em discursos e práticas que prescrevem, explícita ou tacitamente, os usos adequados dos corpos dentro dos limites de uma potencial complementaridade reprodutiva.

Buscou-se estabelecer um nexo causal entre as peculiaridades da identidade de gênero por elas expressa e as experiências de discriminação das travestis entrevistadas, identificando os modos como tais situações, vividas nos ambientes doméstico, escolar e laboral (ou fora destes, quando são deles alijadas) destituem-nas do gozo das benesses da legitimação de suas características identitárias e lhes conferem o *status* de uma cidadania precária, desvirtuada, posto que arbitrariamente

seletiva das pessoas às quais confere reconhecimento social, circunscrevendo-as à condição de não-sujeitos pela via da negação de direitos, ou, na melhor (ou menos pior) das hipóteses, à de cidadãos de segunda classe. A cidadania enquanto expressão da dignidade não comporta hierarquizações, contemplando a diversidade como constitutiva da noção de humanidade, orientada pelo diálogo entre as diferenças.

Esclarecidos os critérios que nortearam a escolha dos métodos adotados para a realização da pesquisa, em virtude de sua natureza e seus propósitos, e as razões que suscitaram o interesse pelo estudo da temática a partir do paradigma dos direitos humanos, passou-se à revisão bibliográfica das diversas obras que compõem o referencial teórico da dissertação, nas quais se buscaram as primeiras pistas a guiar os passos pela pesquisa. Entretanto, nenhuma teoria ou relato de experiência similar de outrem dá conta de preparar o pesquisador para as surpresas, desafios e vicissitudes do campo, pois apenas após a incursão em seus caminhos e descaminhos é possível verificar a aplicabilidade das teorias estudadas, referendando e/ou ratificando seus preceitos, conforme estes se espelhem ou não na realidade estudada. O resgate da importância da experiência corporal empreendido por algumas autoras feministas foi de capital importância para a compreensão do liame estabelecido entre as transformações estéticas das travestis e a construção de suas subjetividades e modos de sociabilidade. Em harmonia com os relatos das entrevistadas, pode-se dizer que o corpo travesti é, a um só tempo, forma e conteúdo, suporte de definições e uma redefinição em si, e as experiências de sua construção se projetam para além de suas fronteiras. É um corpo moldado para expressar uma performatividade que não se realiza em um corpo viril, transgredindo os limites da inteligibilidade que pugna pela anormalidade desses indivíduos.

O exame das narrativas do preconceito sofrido na infância foi procedido com base nas formulações da teoria feminista do direito, que propõe a desnaturalização da dicotomia público/privado a partir do reconhecimento do domínio doméstico como espaço onde são praticadas graves violações de direitos contra mulheres e especialmente, no âmbito do presente estudo, contra crianças e adolescentes que manifestam comportamentos e desejos considerados inadequados para a anatomia sexual que ostentam, enfatizando a necessidade da intervenção do Estado nesse ambiente para assegurar o direito à vida, à integridade física e moral e ao

desenvolvimento físico, emocional e social dessas pessoas em formação. Há, de início, uma tentativa de neutralizar o fascínio exercido pela indumentária, jogos e atividades associadas culturalmente ao sexo oposto, classificadas como coisas de meninos e coisas de meninas, categorias consideradas mutuamente excludentes. A sexualidade e a identidade de gênero, ainda em desenvolvimento, são assim tomadas como definitivas e determinadas por esses comportamentos, e, então, duramente reprimidas. Culpas e acusações são trocadas entre pais atônitos e confusos, que, despreparados para lidar com uma questão tão delicada, muitas vezes enveredam por um caminho de negação e de rejeição. Outros partem para o convencimento pela imposição de argumentos calcados no senso comum. Há os que buscam a cura em clínicas psiquiátricas e/ou em instituições religiosas. Sendo mal-sucedidos tais intentos, há os que partem para a desqualificação moral, castigos físicos e até mesmo a expulsão, isso quando a saída do lar já não é empreendida antes, como conquista da liberdade e fuga da opressão. Muitos relatos aludem a infâncias marcadas por uma maior vulnerabilidade às críticas em razão de seus comportamentos e suas relações de amizade e afeto, pela necessidade de amparo no seio da família que muitas vezes as discrimina, pela dependência econômico-financeira que as faz se submeterem a abusos, pelo despreparo emocional para lidar com essas situações. Não raro, elas tiveram que aprender a, solitariamente, forjar resistências para reagir à violência física e simbólica, que é aquela que as despoja de caracteres morais que lhes são caros, e possivelmente por essa razão, elas se sentem mais realizadas e felizes na idade adulta.

Também foi destacada a responsabilidade da escola na promoção do respeito às múltiplas formas de expressão dos afetos e desejos, e a contrastante realidade de *bullying*, de perseguição, de discriminação e de “evasão”, corroboradas por professores e gestores omissos, preocupados com o conceito da escola e da reputação de seus dirigentes e do corpo docente perante a comunidade e as famílias de estudantes; se unem no esforço para, de forma às vezes sutil, às vezes abrupta, contextualizar e socializar as travestis entre os meninos, o que acaba exasperando-lhes o sentimento de inadequação e a sensação de angústia pelo não-pertencimento, bem como reações que envolvem a prática de lesões corporais, agressões verbais e violência sexual. Ainda é comum o rechaço de expressões de sexualidades, no lugar de uma política não-moralista de educação sexual que

esclareça sobre mecanismos de prevenção à gravidez, às DST/aids, e de enfrentamento do preconceito em virtude da orientação sexual e da identidade de gênero no espaço escolar de uma forma dialógica e franca. Há por outro lado um grande temor de serem responsabilizados e cobrados por incentivo à iniciação sexual precoce e a desvios de conduta, além do fato de que, muitas vezes, os pais relegam à escola a correção dos comportamentos que consideram inadequados para o filho, em uma parceria que exacerba a repressão.

Tudo isso finda por contribuir para que travestis muitas vezes abandonem as salas de aula. A elas, o acesso ao trabalho é geralmente dificultado pelo preconceito e por baixos índices de escolarização. A falta de qualificação para um mercado cada vez mais competitivo e a discriminação na busca por emprego acabam por traçar caminhos que parecem inevitáveis, como a prostituição, mas foram discutidas e apontadas alternativas ao que se apresenta como destino inexorável na vida de muitas travestis, a partir da adoção de uma postura não-discriminatória, de modo que o trabalho possa proporcionar realização pessoal e profissional, sendo resultado de uma opção consciente entre possibilidades igualmente válidas e legítimas, não uma condição imposta pela falta de oportunidades. Muitas realizam-se ou se projetam em profissões ditas femininas, de acordo com a clássica divisão do trabalho fundada no gênero.

Um caminho possível para superação desses processos discriminatórios que reverberam em exclusão das travestis é delineado a partir da organização delas em torno de um projeto político próprio; mesmo mantendo os laços com os movimentos *gay* e *lésbico* para enfrentamento do preconceito em virtude da orientação sexual como um inimigo comum, travestis e transexuais passaram a pontuar autonomamente suas demandas específicas, quais sejam, aquelas relacionadas à identidade de gênero, o que representou um maior empoderamento delas, conferindo maior peso às suas reivindicações. A partir do surgimento das primeiras associações de travestis no Brasil, fortaleceu-se a consciência de que é preciso solidariedade, união e engajamento para uma efetiva conquista da cidadania, não no plano da igualdade, mas na perspectiva de valorização de suas diferenças enquanto signos de suas humanas identidades, conferindo-se-lhes respeito e dignidade, não apesar, mas em função de suas particularidades físicas e morais, de maneira que elas possam ultrapassar limitações impostas em função dessas características.

Paulatinamente, o ativismo travesti vem empreendendo transformações e

exigindo políticas públicas que lhes permitam ocupar os espaços de onde são excluídas, e lhes dêem condições de dignamente exercerem seus direitos. A sensibilização da sociedade para uma reformulação de conceitos e adoção de valores e práticas pautados no respeito também é um importante viés de ação das associações de travestis atualmente presentes em todos os estados brasileiros. É através dessa conscientização que elas combatem as discriminações baseadas na ignorância, em conceitos carentes de bases objetivas, no senso comum.

A progressiva participação de travestis na formulação de campanhas, políticas, programas e ações que lhes dizem respeito demonstra a dimensão do vínculo estabelecido entre elas, e a força que, juntas, elas têm para pressionar as esferas deliberativas de poder, denunciando o preconceito que as atinge, reivindicando a reversão deste, e assim confrontando as exclusões por ele causadas.

A articulação social e política das travestis apresenta conflitos, divergências ideológicas, alterações e, eventualmente, desvios de sua finalidade precípua de combate à discriminação, mas possibilitou, além da inserção das demandas das travestis nas agendas políticas de governos em níveis municipais, estaduais e federais, significativas mudanças na direção de uma sociedade mais tolerante, e propiciou-lhes uma maior visibilidade enquanto sujeitos de direito e cidadãos, reforçando entre elas valores de solidariedade e o senso de coletividade, e projetando suas representações para além da página policial, dos obituários e das esquinas, onde elas teimam em brilhar por entre nuvens de preconceito e violência.

REFERÊNCIAS

ABGLT. **Seminário Nacional discute Trabalho, Oportunidades e Previdência para Travestis e Transexuais**. Disponível em:

<https://www.naohomofobia.com.br/noticias/mostraNoticia.php?Section=5&id_conten t=423>. Acesso em 01.mar.2010.

AGNOLETI, Michelle. MELLO NETO, José Baptista de. Orientação sexual nas escolas: como trabalhar a diversidade? *In: Anais do 19º. Encontro dos Programas de Pós-Graduação em Educação do Norte e Nordeste*. João Pessoa: EdUFPB, 2009a.

_____. Trabalho e emprego para travestis: do estigma à realização pessoal e profissional. *In: Anais do 5º. Encontro Anual da Associação Nacional de Direitos Humanos, Pesquisa e Pós-Graduação*. Belém: ANDHEP, 2009b.

ALBUQUERQUE, Fernanda Farias de. JANELLI, Maurizio. **A Princesa**: depoimentos de um travesti brasileiro a um líder das Brigadas Vermelhas. Trad. Elisa Byington. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

ANMEGHICHEAN, Maxim. CABRAL, Mauro. CORRÊA, Sonia Onufer *et al.* **Princípios de Yogyakarta**: Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de Direitos Humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. Trad. Jones de Freitas. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2008.

ANTRA. **Histórico da Associação Nacional de Transgêneros**. Disponível em: <<http://www.antrabrasil.com>> Acesso em: 01.mar.2010.

ASTRAPA. **Cronologia da Associação das Travestis e Transexuais da Paraíba**. Disponível em: <<http://www.astrapa.blogspot.com>>. Acesso em: 27.dez.2009.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**: a experiência vivida. Vol. II. Trad. Sérgio Milliet. 2 Ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967

BENEDETTI, Marcos Renato. **Toda Feita**: o Corpo e o Gênero das Travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo**: Sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2006.

_____. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BOZON, Michel. A nova normatividade das condutas sexuais ou a dificuldade de dar coerência às experiências íntimas. *In: Família e Sexualidade*. Maria Luiza Heilborn

(org.). Rio de Janeiro: FGV, 2004a.

_____. **Sociologia da sexualidade**. Trad. Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: FGV, 2004b.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação/Ministério da Saúde. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual**. Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução CNS 196, de 10 de outubro de 1996**. Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

_____. **Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal.

_____. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

_____. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural: orientação sexual**. Vol.10. 2 Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Travesti e Respeito: já está na hora dos dois serem vistos juntos**. Em casa. Na boate. Na escola. No trabalho. Na vida. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMISC00B1070ITEMID7F238C045880413DAC7F8B09FBA11D1FPTBRIE.htm>>. Acesso em 02.mar.2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Sou travesti**. Tenho direito de ser quem eu sou. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/travestis>>. Acesso em: 03.mar.2010.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST e Aids. **Profissionais do sexo**: documento referencial para ações

de prevenção das DST e da aids. Brasília: Ministério da Saúde, 2002.

_____. **Projeto de Lei da Câmara nº. 122, de 12 de dezembro de 2006.** Altera a Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, dá nova redação ao § 3º do art. 140 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e ao art. 5º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT.** Brasília: Subsecretaria de Promoção dos Direitos Humanos, 2009.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. **Anais da Conferência Nacional GLBT.** Brasília: Subsecretaria de Promoção dos Direitos Humanos, 2008.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação.** Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/conselho/combate/historico>. Acesso em: 06 mar. 2008.

BUTLER, Judith. **Bodies that matter: on the discursive limits of "sex".** New York & London: Routledge, 1993

_____. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo.** In: **O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.** Guacira Lopes Louro (Org.). Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2 Ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2007.

_____. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade** Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Undoing Gender.** New York & London: Routledge, 2004.

_____. **Variações sobre sexo e gênero – Beauvoir, Wittig e Foucault.** In: **Feminismo como crítica da modernidade: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher.** Sheyla Benhabib e Drucilla Cornell (Orgs.). Trad. Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

CAMINO, Leôncio. **Discriminação, estereótipos e preconceitos.** Grupo de Pesquisa em Comportamento Político, Departamento de Psicologia, UFPB. João Pessoa: Mimeo, s/d.

CARRILLO, Jesús. Entrevista com Beatriz Preciado. In: **Cadernos Pagu.** Campinas, nº. 28, 2007.

CENTRO latino-americano em sexualidade e direitos humanos. **Notas de um escândalo:** entrevista com Larissa Pelúcio sobre o “caso ‘Ronaldo e as travestis’”. Disponível em: <http://www.clam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=41588&sid=43>. Acesso em: 03.mar.2010.

DENIZART, Hugo. **Engenharia Erótica:** Travestis no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

DORLIN, Elsa. **Sexe, Genres et Sexualités.** Paris: PUF, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7 Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

_____. **As palavras e as coisas:** Uma arqueologia das ciências humanas. Trad. Salma Tanus Muchail. 8 Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

_____. **História da sexualidade I:** a vontade de saber. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 19 Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2009.

_____. **Microfísica do Poder.** Org. e Trad. Roberto Machado. 14 Ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999b.

_____. **Os anormais.** Curso no Collège de France. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem Ética? *In:* SOUZA, Jessé; MATTOS, Patrícia (Orgs.). **Teoria Crítica no século XXI.** São Paulo: Annablume, 2007.

_____. *Rethinking recognition.* *In:* **New Left Review.** New York, nº. 3, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4 Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HONNETH, Axel. **The Struggle for Recognition: the moral grammar of social conflicts.** Cambridge: MIT Press, 1996.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. *In:* **Antropologia do ciborgue:** As vertigens do pós-humano. Org. e Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

JESUS, Beto de. **Diversidade Sexual na Escola:** uma metodologia de trabalho com

adolescentes e jovens. Ecos-CORSA, 2006.

KAHLMAYER-MERTENS, Roberto Saraiva. MARQUES, Claudia Toffano Benevento. SILVA, Fabio do Nascimento Siqueira da. *et al.* **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**: Linguagem e Método. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

KRONBERGER, N. WAGNER, W. Palavras-chave em contexto: análise estatística de tetos. *In*: M.W. Bauer e G. Gaskell (Orgs.). **Pesquisa qualitativa com teto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2002.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Trad. Mirian Goldenberg. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2008a.

_____. **Travestis, Stigma, Violence and Escândalos**. Palestra proferida no CLAM/UERJ em 21 de maio de 2008. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/publique/media/kulickrioravesti.pdf>>. Acesso em: 14.dez.2008b.

LACERDA, M., PEREIRA, C. e CAMINO, L. Um estudo das novas formas do preconceito contra os homossexuais na perspectiva das Representações Sociais. *In*: **Psicologia**: Reflexão e Crítica. 15(1), 2002.

LAMAS, Marta. Gênero: os conflitos e os desafios do novo paradigma. *In*: **Revista Proposta**, nº. 84/85, março/agosto de 2000.

LAQUEUR, Thomas Walter. **Inventando o sexo**: corpo e sexo dos gregos a Freud. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

LE BRETON, David. **A Sociologia do Corpo**. Trad. Sonia M. S. Fuhrmann. 2 Ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

_____. **Adeus ao corpo**: antropologia e sociedade. Trad. Marina Appenzeller. 3 Ed. Campinas: Papirus, 2008

LORETONI, Anna. Estado de Direito e diferença de gênero. *In*: Pietro Costa e Danilo Zolo (org.). **O Estado de direito**: história, teoria, crítica. Trad. Carlos Alberto Dastoli. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria *queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MELLO NETO, José Baptista de. AGNOLETI, Michelle. Dignidade Sexual e Diversidade Humana: cidadania e respeito para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). *In*: **Direitos Humanos**: capacitação de educadores. Maria

de Nazaré Tavares Zenaide; Rosa Maria Godoy; Adelaide Alves Dias (org.). Volume 2 – Fundamentos Culturais e Educacionais da Educação em Direitos Humanos. João Pessoa: EdUFPB, 2008.

MENANDRO, M. C. SMITH. **Gente Jovem Reunida: Um Estudo de Representações Sociais da Adolescência / Juventude a Partir de Textos Jornalísticos.** Tese de Doutorado em Psicologia. Vitória: UFES, 2004.

MOTT, Luiz. CERQUEIRA, Marcello. **Matei Porque Odeio Gay.** Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2003.

MOVIMENTO Gay Leões do Norte. **Descubra quais são os 78 direitos negados aos Homossexuais.** Disponível em: <<http://www.leoesdonorte.org.br>>. Acesso em: 28.dez.2009.

NEVES, Marcelo. Entre subintegração e sobreintegração: a cidadania inexistente. *In: Dados – Revista de Ciências Sociais.* Rio de Janeiro, v. 37, n. 2. 1994.

OKIN, Susan Moller. Gênero, o público e o privado. Trad. Flávia Biroli. *In: Revista Estudos Feministas.* Florianópolis, 16(2), maio-agosto 2008.

OLIVEIRA, Neuza Maria de. **Damas de Paus: o jogo aberto dos travestis no espelho da mulher.** Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 2005.

OLWEUS, Dan. ***Bullying at school: What we know and what we can do.*** Oxford: Blackwell, 1993.

PARAÍBA. **Decreto nº 27.604, de 19 de setembro de 2006.** Regulamenta a Lei nº 7.309, de 10 de janeiro de 2003, e dá outras providências.

_____. **Lei nº 7.309, de 10 de janeiro de 2003.** *Proíbe discriminação em virtude de orientação sexual e dá outras providências.*

_____. **Lei nº 8.873, de 18 de agosto de 2009[a].** *Dispõe sobre a criação dos Cargos de Delegado Titular e de Chefe de Cartório da Delegacia Especializada em Crimes Homofóbicos da Capital, alterando o anexo II, da Lei nº 8.186/2007, e dá outras providências.*

_____. Secretaria de Estado do Desenvolvimento Humano. **Portaria nº 041/2009, de 11 de setembro de 2009[b].**

PELÚCIO, Larissa Maués. “No salto”: trilhas e percalços de uma etnografia entre travestis que se prostituem. *In: Alinne Bonetti e Soraya Fleisher (org.). Entre saias justas e jogos de cintura.* Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul:

EdUNISC, 2007a.

_____. Na noite nem todos os gatos são pardos - notas sobre a prostituição travesti. *In: Cadernos Pagu*. Campinas, nº. 25, 2005a.

_____. **Nos Nervos, na Carne, na Pele:** uma etnografia sobre prostituição travesti e o modelo preventivo de aids. Tese de Doutorado em Ciências Sociais. São Carlos: UFSCar, 2007b.

_____. Toda Quebrada na Plástica - corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. *In: Campos*. Curitiba, v. 06, n. 01, 2005b.

PERES, Wiliam Siqueira. **Subjetividade das Travestis Brasileiras:** da vulnerabilidade da estigmatização à construção da cidadania. Tese de Doutorado em Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: UERJ, 2005.

PISCITELLI, Adriana. Gênero no mercado do sexo. *In: Cadernos Pagu*. Campinas, nº. 25, 2005.

PORTARIA da PMJP vai garantir direitos sociais de travestis. Disponível em: <<http://www.joaopessoa.pb.gov.br/noticias/?n=13203>>. Acesso em: 25.fev.2010.

PRADO, Marco Aurélio Máximo. MACHADO, Frederico Viana. **Preconceito contra homossexualidades:** A hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

PRECIADO, Beatriz. **Manifiesto Contra-sexual: Prácticas subversivas de identidad sexual.** Madri: Opera Prima, 2002.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. **Dignidade Humana e Moralidade Democrática.** Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

_____. Feminismo e Direito. *In: Revista do Núcleo de Gênero e Direito*. João Pessoa: EdUFPB. No prelo 2010.

REINERT, Max. *Une Méthodologie d'analyse des Données Textuelles et Une Application: Aurélia de Gérard de Nerval.* *In: Bulletin de Méthodologie Sociologique.* v.26, 24-54. 1990.

RUIZ, Alicia. *La construcción jurídica de la subjetividad no es ajena a las mujeres.* *In: El Derecho en el Género y el Género en el Derecho.* Haydée Birgin (comp.). Buenos Aires: Biblos, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Paulo Reis dos. **Entre necas, peitos e picumãs:** subjetividade e construção identitária entre as travestis do Jardim Itatinga. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Campinas: UNICAMP, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para a análise histórica. Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. 2 Ed. Recife: SOS Corpo, 1992.

SILVA, Hélio. **Travestis:** entre o Espelho e a Rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

SMART, Carol. *La teoría feminista y el discurso jurídico.* In: **El Derecho en el Género y el Género en el Derecho.** Haydée Birgin (comp.). Buenos Aires: Biblos, 2000.

TAYLOR, Charles. **Multiculturalism: Examining the Politics of Recognition.** Princeton: Princeton University Press, 1994.

VARELLA, Drauzio. **Homens que são mulheres.** Jornal Folha de São Paulo. Caderno Ilustrada, pág. E12. Edição de 11.abr.2009.

WEEKS, Jeffrey. O corpo e a sexualidade. In: **O Corpo Educado:** pedagogias da sexualidade. Guacira Lopes Louro (Org.). Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 2 Ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2007.